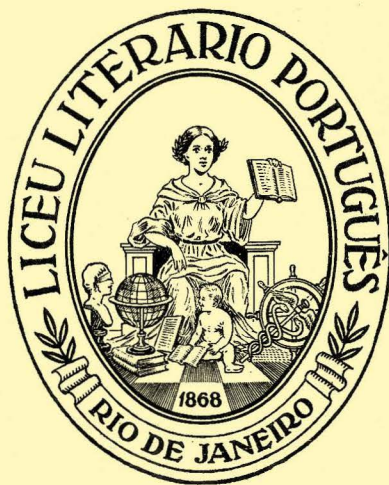


CONFLUÊNCIA

REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

“Per multiplum ad unum”



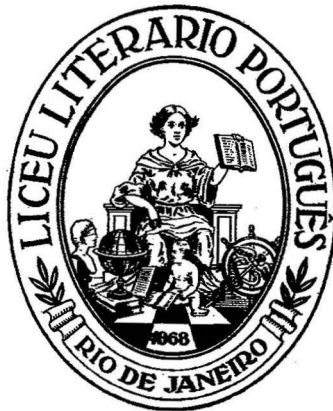
Nº 4 – 2º semestre de 1992 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

"Per multiplum ad unum"

*"As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: pero
nã gastará doutrina, costumes,
língua, que os portugueses
nestas terras leixaram."*

*(João de Barros, Diálogo em louvor
da nossa língua)*



Nº 4 - 2º semestre de 1992 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO
LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

DIRETORIA DO I.L.P.

A. Gomes da Costa (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA

Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE PORTUGAL, DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS E LUSO-BRASILEIRAS E DA TAP – AIR PORTUGAL.

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (Dr. Antônio Gomes da Costa)	5
Homenagem a José G. Herculano de Carvalho	7
Ensinar a Língua (Herculano de Carvalho)	9
Bibliografia de Herculano de Carvalho	11

ARTIGOS

Edith Pimentel Pinto	
<i>De neologismos</i>	25
Sílvio Elia	
<i>Para uma teoria sintática</i>	33
Francisco Gomes de Matos	
A línguística e o Professor de Português como língua materna	47
Gladstone Chaves de Melo	
<i>A língua das "Sextilhas de Frei Antão"</i>	53
Maximiano de Carvalho e Silva	
<i>Proteção ao texto literário como peça integrante do nosso patrimônio histórico-cultural</i>	65
Leodegário Amarante de Azevedo Filho	
<i>Sobre os tercetos de Camões</i>	83
Dino Preti	
<i>Transformações sociais e seu reflexo no léxico da linguagem urbana brasileira contemporânea</i>	93
Evanildo Bechara	
<i>Um aparente desconcerto de adjetivação em Camões e as áreas semânticas de puro n'Os Lusíadas</i>	101

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS – 124 ANOS

Antônio Gomes da Costa	
<i>Discurso proferido na sessão solene comemorativa</i>	115
COLABORADORES DESTA NÚMERO	117

EDITORIAL

NA PROA FOI A MÚSICA E FOI A LÍNGUA

No dia a dia, não nos apercebemos da importância da Língua que falamos e através da qual exprimimos as nossas idéias, vontades, sentimentos e preces.

Como o Idioma é um bem incorporado à própria existência, usamo-lo com a maior naturalidade – tal qual o ar que respiramos e a água que bebemos. Durante essa utilização quotidiana, nem sentimos como chegou a um determinado padrão de linguagem, quais foram os percursos seguidos pela Gramática, ou como se moldaram as construções da frase. Apropriamo-nos da Língua, recebemo-la como um legado, convivemos com ela – e pronto, não assumimos a obrigação sequer de a defender e de a aprimorar. Deixamos essa tarefa aos mestres e aos filólogos que têm paciência para estudar e investigar a etimologia do vernáculo, as regras da sintaxe, as características do texto e os arrebiques da forma.

Na maioria dos casos, cada um de nós guardou apenas a lembrança da aprendizagem do Português, do tormento da redação na escola e do incômodo do ditado, da leitura obrigatória e da análise de um poema camoniano ou de um excerto do Padre Vieira.

Mas, num certo dia, damo-nos conta de que a Língua, parecendo que não, é muito mais do que uma estrutura gráfica ou do que uma estrutura fônica. Existe nela uma carga de emoções e uma dimensão que ultrapassam o desenho dos símbolos e a variedade dos sons.

Lembramo-nos, por exemplo, de dois episódios que ilustram este "tomar conhecimento" do Idioma materno como um elemento importante para cada ser humano. O primeiro desses episódios passou-se num hotel em Londres. Já estávamos de saída e foi na hora de pagar a conta. Enquanto no terminal do computador ia aparecendo a fatura, a funcionária, decerto para agradar ao cliente, ia-nos inquirindo se tínhamos gostado da estadia, se na véspera assistimos ao "Hamlet" e quando pensávamos retornar à Inglaterra. No nosso inglês medíocre agüentamos a conversa, sabe Deus com que esforço. Até que a certa altura, fitando-nos no rosto, ela perguntou: "Are you Greek?" – "Você é grego?" – "No, I'm Portuguese." – "Não, sou Português" – respondemos-lhe sem pensar muito nos traços helênicos. E ela, então, com um sorriso nos lábios, abriu os braços e exclamou: – "Mas eu também sou portuguesa! E estamos os dois a falar mal o inglês." – "Tem razão, falemos antes o minhoto" – brincamos com ela, evocando a tia de Eça de Queirós que, apesar de ter aprendido somente o minhoto, nunca deixara, durante a viagem ao Oriente, de ser muito bem atendida nos restaurantes, quando pedia ovos frescos e cacarejava, levantando o vestido, "cô-cô-rô-cô". Foi o momento de maior emoção na visita a Londres: o diálogo, em Português, com a moça do hotel.

O outro episódio ocorreu em Malaca, num bairro de pescadores, onde até hoje, 4 séculos depois de terem de lá saído os portugueses, ainda se fala o "papiá cristão". Foram 100 anos de domínio holandês; mais 200 anos de colonização inglesa; e, por último, algumas dezenas de independência da Malásia – e, mesmo assim, continuam vivas, naquela ponta da península, as referências portuguesas. Encontramo-las no nome dos estabelecimentos – "Ristorante Lisbona"; no apelido das famílias – Saraivas e Silvas; na cor das casas caiadas de verde e vermelho, etc.

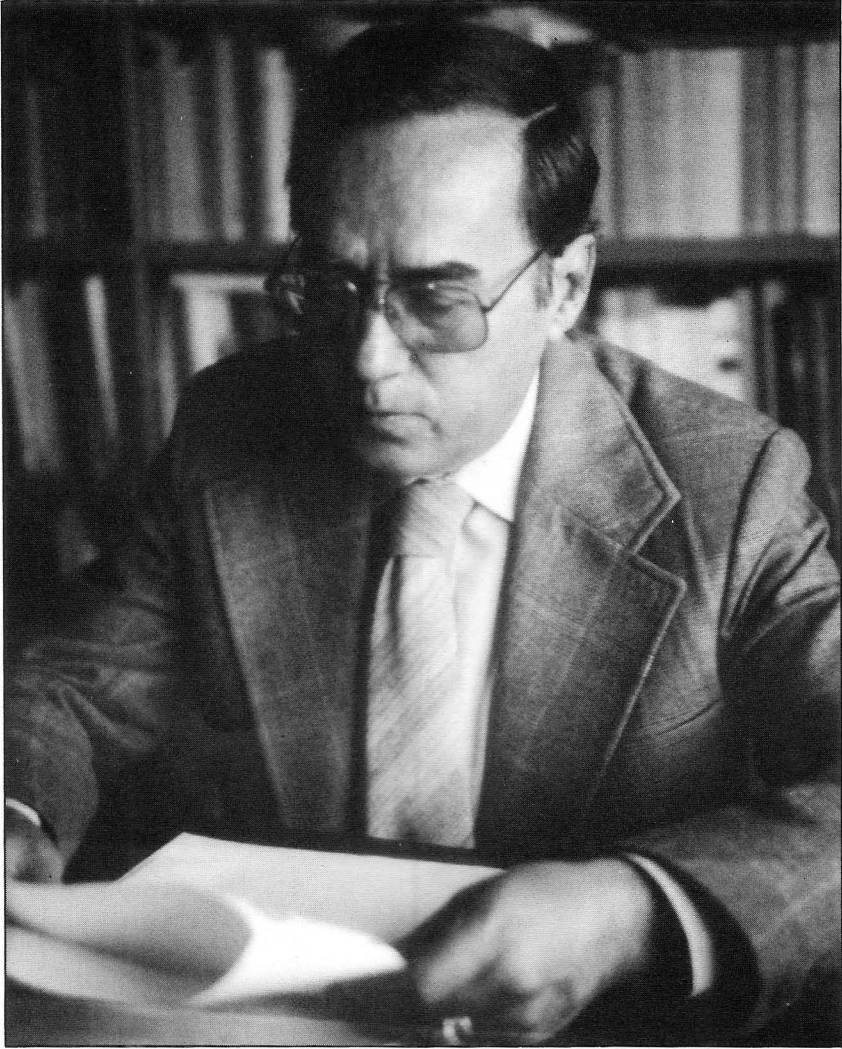
Quando chegamos ao "Portuguese settlement", depois de visitarmos as ruínas da Fortaleza de Santiago, um grupo de crianças malaias correu na direção do automóvel. E, ao ver-nos saltar do carro, uma delas perguntou: – "Ser português"? Respondemos afirmativamente com a cabeça. – "Nós falar Português." – e começaram a cantar uma série de cantigas medievais, levadas provavelmente para o Oriente pelos soldados de Afonso de Albuquerque.

É indiscutível o que se sente nessas horas. Em terra distante, no meio de gente estranha, num lugar onde não existe, nem onde nunca existiu, um único professor de Português, depois de uma permanência curta numa feitoria de que holandeses e ingleses se apoderaram – como era possível termos ao nosso lado dezenas de meninos e meninas a falar um Português medieval, arrezado e esquecido, com gosto de maresia e de aventura, de evangelização e de Fernão Mendes Pinto?

Mais emocionante do que ver as portas da fortaleza, com as marcas do tempo e da epopéia, foi, decerto, ouvir aquelas crianças a cantar a Saudade e o Amor numa Língua antiga, ali deixada pelos navegadores, e que vai sendo transmitida de pais para filhos, geração após geração, como se fora um tesouro que se deve guardar para sempre, enviado por El-Rei de Portugal.

A. Gomes da Costa

NÚMERO EM HOMENAGEM A HERCULANO DE CARVALHO



José Gonçalo Herculano de Carvalho

ENSINAR A LÍNGUA significará, por outra parte, nada menos do que proporcionar ao indivíduo a possibilidade de criar e alargar as fronteiras do Universo; de construir um mundo de conhecimento – intelectual e estético –; de agir com eficácia sobre os seus semelhantes num círculo cada vez mais vasto; enfim, de se realizar plenamente como personalidade espiritual, em face de si mesmo, dos outros e de Deus – de se afirmar como Homem.

Herculano de Carvalho

BIBLIOGRAFIA DE HERCULANO DE CARVALHO

1948

- (A) 1. "Sobre o texto da lírica camonianiana" in *RFL*, 2ª série, 14 (3), 1948, p. 224-238 e 15 (1-2), 1949, p. 53-91. Sep.
2. "Bueiro, bueira; Aroeira, daroeira, daro", in *BF* 9, 1948, p. 340 - 348. Sep. - In: H.C.-*EL* 1, 2ª ed. (1973), p. 25-37.
- (B) 1. María Concepción Casado Lobato, *El habla de la Cabrera Alta*, Madrid 1948 - in *BF* 9, 1948, p. 377-379.
- (C) 1. "Charles Bally (1865-1947)", in *RPF* 1, 1948, p. 625-631. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 2ª ed. (1973), p. 217-225.

1949

- (A) 1. "Estalagens e albergarias. (A propósito do trabalho de Gerster)", in *RPF* 3, 1949-1950, p. 152-167, 172-173. Sep. -In: H.C.-*EL* 2, 2ª ed. (1973), p. 5-24.

1950

- (A) 1. "Derivados do latim GALLA", in *BF* 11 (= *Miscelânea à memória de F. Adolfo Coelho* 2), p. 1-11. Sep.
- (B) 1. Rufino José Cuervo, *Disquisiciones sobre filología castellana*, Bogotá 1950 - in *Biblos* 26, 1950, p. 605.

1951

- (A) 1. "O vocabulário exótico na Histoire des Indes (1553)", *Biblos* 27, 1951, p. 397-420. Sep. -In: H.C.-*EL*, 1, 1ª ed. (1964), p. 7-38.
- (B) 1. Karl König, *Überseeische Wörter im Französischen*, Halle (Saale), 1939 - in *RPF* 5, 1951, p. 468-472. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 198-204.
2. Publicações do Centro de Estudos Filológicos: -Delmira Maçãs, *Os animais na linguagem portuguesa*, Lisboa, 1951; -Maria de Lourdes Belchior Pontes, *Bibliografia de António da Fonseca Soares (Frei António das Chagas)*, Lisboa, 1950; -Giacinto Manuppella, *Os estudos de Filologia Portuguesa de 1930 a 1949*, Lisboa 1950 - in *Biblos* 27, 1951, p. 506-508. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 185-197.

1952

- (A) 1. "Porque se falam dialectos leoneses em Terras de Miranda?", in *RPF* 5, 1952, p. 265-281 e 508. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 39-60.
- (B) 1. Jorge Dias, *Sacrifícios simbólicos associados às malhas*, Lisboa 1951 – in *RPF* 5, 1952, p. 325-327. Sep. -In: H. de C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 205-211.
- (C) 1. "Jakob Jud (1882-1952)", in *RPF* 5, 1952, p. 499-504. Sep.: Manuel de Paiva Boléo e J.G.C.H. de C., *O exemplo de um grande Mestre: Jakob Jud (1882-1952)*, Coimbra, 1953, p. 1-3.

1953

- (A) 1. *Coisas e Palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Dissertação de Doutoramento em Filologia Românica na Universidade de Coimbra. Coimbra, 1953. X + 413 p. + 13 mapas extra-texto. Dissertação de Doutoramento em Filologia Românica. (Publicado também, sem índices, in *Biblos* 29.)
2. "Sobre a evolução de LAUDARE > *louvar*, AUDIRE > *ouvir*", in *BF* 14, 1953, p. 218-232. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 93-113.
- (B) 1. Luís L. Cortés y Vásquez, *El dialecto galaico-portugués hablado en Lubián (Zamora)*. Salamanca, 1954 – in: *Humanitas* 5-6, 1953-1954, p. XLVI.
2. Johannes Hubschmid, *Pyrenäenwörter vorromanischen Ursprungs und das vorromanische Substrat der Alpen*. Salamanca, 1954 – in *Humanitas* 5-6, 1953-1954, p. XLIV-XLVI. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 2ª ed. (1973), p. 267-269.
3. Fritz Schür, *Dittongazione romanza e sostratto*. Mendonza, s/d – in *RPF* 6, 1953-1955, p. 427-428. Sep.

1954

- (A) 1. *O falar de Rio de Onor*. (De colaboração com Jorge Dias), in *Biblos* 30, 1954, p. 191-244. Sep.
2. "Comentários às Notas de paleontologia linguística I e II de Helmut Lüdtke", in *BF* 15, 1954-1955, p. 337-345. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 115-126.

1955

- (A) 1. "Terá Bernardim Ribeiro falecido antes de 1536?", in *Biblos* 31, 1955, p. 393-400. Sep.

- (B) 1. Erik Wistrand, *Textkritisches zur "Peregrinatio Aetheriae"*, Göteborg 1955 – in *Humanitas* 7-8, 1955-1956, p. VII-IX. Sep.

1956

- (A) 1. "Coisas e palavras" [sumário em francês do livro com o mesmo título], in *Orbis* 5, 1956, p. 516-525. Sep. -In: H.C. – *EL*, 1, 1ª ed. (1964), p. 79-92.
2. "A evolução portuguesa dos grupos -ky- e -ty- intervocálicos", in *Vox Romanica*, 15 (2) 1956 (= *Festschrift Arnald Steiger*), p. 259-278. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 139-163.
- (B) 1. Manuel Alvar, *El fuego y el léxico con el relacionado en la Navarra nordoriental*. Barcelona, 1954 – in *RPF* 7, 1956, p. 447. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 212-213.
2. Albert Henry, *Chrestomatie de la littérature en ancien français*. Berne, 1953 – in *RPF* 7, 1956, p. 568.
- (C) 1. "Discurso no doutoramento solene de sua Eminência o Cardeal Tisserant", in *Biblos* 32, 1956, p. 486-494. Sep.

1957

- (A) 1. "A influência italiana em Bernardim Ribeiro" in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1957, p. 121-133. Sep.
- (B) 1. Antonio Badía Margarit, *Gramática histórica del catalán*. Barcelona, 1951 – in *Revista Brasileira de Filologia* 3, 1957, p. 139-142. -In: H.C.-*EL* 1, 2ª ed. (1957), p. 273-278.
2. Marcel Cohen, *Onagre, zèbre, marabou*. Damas, 1956 – in *RPF* 8, 1957, p. 389-390. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 291-292.
3. André Martinet, *Économie des changements phonétiques. Traité de phonologie diachronique*, Berne, 1955 – in *RPF* 8, 1957, p. 288-301. Sep. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 269-287.
4. S. M. Stern, *Les chansons mozarabes*. Palermo, s/d – in *RPF* 8, 1959, p. 388-389. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 289-290.

1958

- (A) 1. *Fonologia mirandesa* 1, Dissertação de concurso para Professor Extraordinário do 2º Grupo da Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra, 1958. 161 p.

-Publicado também in *Biblos* 33, 1957, p. 1-137 (sem Índice de palavras e frases, Tábua das matérias e "Addenda et corrigenda").

2. *Os grandes escritores portugueses*. (Campanha Nacional de Educação de Adultos.) Plano de Educação Popular. XXXV Coleção Educativa, Série G – Número 7, (Lisboa), Direcção-Geral do Ensino Primário, (1958). 228 p.

3. *Lições de Linguística Românica*. Coimbra, 1958-1959. 120 p. Policopiado.

1959

(A) 1. "Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego", in *Revista Portuguesa de História* 8, 1959, p. 227-284. Sep. -In: H.C. – *EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 127-138.

2. "Elementos estranhos no vocabulário mirandês", in VIII Congresso Internazionale di Studi Romanzi (Firenze, 3-8 Aprile 1956), *Atti*, Volume II, Parte prima, Firenze, 1959, p. 487-497. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 61-78.

3. Relatório. Secção II – A Língua. Tema 2 – "Terminologia náutica e terminologia rural em Portugal, Ilhas Atlânticas e Brasil", in III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa, 1957 – *Actas* vol. I, Lisboa, 1959, p. 220-223. Sep.

4. *Fonética geral*. Coimbra, 1959. 98 p. Policopiado.

5. *Introdução aos Estudos Linguísticos. Esquema do curso e bibliografia*. Coimbra, 1959-1960. 105 p. Policopiado.

1960

(A) 1. "Dialectologická Studia v Portugalsku za posdleních dvacet let", in *Časopis pro Moderní Filologii* 42, 1960, p. 236-242. [Trad. tcheca do original de 1961.]

2. "O Livro das Saudades – Livro dos Desejados", in *Colóquio de Artes e Letras* 7, Fundação Calouste Gulbenkian, 1960, p. 60-61.

3. "Projecto de um Atlas linguístico-etnográfico de Portugal e da Galiza" (de colaboração com M. de Paiva Boléo e L. F. Lindley Cintra), in III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. *Actas*, Volume II, p. 413-417. Sep.

4. Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça ou Saudades*. Selecção do texto, introdução, notas e glossário. Coimbra, Coleção literária "Atlântida" 1, 1960. 103 p.

(B) 1. Joaquim Mattoso Câmara Júnior, *Princípios de linguística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1959 – in *RPF* 10, 1960, pp. 285-286. Sep.

- (C) 1. "Missão social da Universidade", in *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto* 20, 1960, p. 103-117. Sep.

1961

- (A) 1. "Os estudos dialectológicos em Portugal nos últimos vinte anos", in *RPF* 11 (2), 1961, p. 307-321. Sep. -In: H.C.-*EL* 1, 1ª ed. (1964), p. 165-182.
2. "Segno e significazione in João de São Tomás", in *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 2, 1961, p. 152-176. Sep. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 129-168.
3. "Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert", in 9º Congresso Internacional de Linguística Românica, Lisboa 1959, *Actas* 3, Lisboa, 1962 (= *BF* 20, 1961), p. 3-12. Sep. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 33-45.
4. *Fonética geral. Suplemento, Coimbra*, 1960-1961, 46 p. Policopiado.
5. *Introdução aos Estudos Linguísticos. Esquema do curso e bibliografia*, 2ª ed., Coimbra, 1960-1961. 91 p. Policopiado.
6. *Palestras linguísticas. 1ª série – Sobre a defesa da língua*. Coimbra, 1961. Policopiado. – In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 199-220.
7. *Palestras linguísticas. 2ª série – Sobre o ensino da língua materna*. Coimbra, 1961. Policopiado. -In: H.C. 2, 1ª ed. (1969), p. 221-241.
8. *Introdução aos Estudos Linguísticos. Textos de consulta*. Coimbra, 1960-1961, 34 p. Policopiado.
- (B) 1. W. D. Elcock, *The Romance Languages*, London, 1960 – in *RPF* 11 (2), 1961, p. 463-467. Sep. In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 295-301.

1962

- (A) 1. "Inovação e criação na linguagem. A metáfora", in *Revista da Universidade de Coimbra* 20, 1962, p. 245-274. Sep. -In: *Introdução aos Estudos Linguísticos. Textos de consulta*. Coimbra, 1960-1961. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 105-128.
2. "Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo caboverdiano" in Diego Catalán (ed.), *Miscelânea homenaje a André Martinet – Estructuralismo e historia*. La Laguna, Canarias, Universidad de La Laguna, 1962, vol. 3, p. 43-67. Sep. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 5-32.
3. *Lições de linguística. Introdução aos estudos linguísticos*, Coimbra, 1962-1963. 419 p. Policopiado.

4. "Nota sobre o vocalismo antigo português: Valor dos grafemas e e o em sílaba átona", in *RPF* 12(1), 1962-1963, p. 17-39. Sep. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 75-103.

1963

- (B) 1. Jorge de Moraes Barbosa, *Fonética e fonologia. Problemas teóricos e metodológicos*, Lisboa, 1961 – in *RPF* 12 (1), 1962-1963, p. 217-222. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 305-310.

1963-1967

- (A) Muitas dezenas de artigos sobre temas linguísticos nos vols. 1 a 11 e 13 a 17 de *VERBO. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa 1963 ss., a maioria dos quais se encontra enumerada no volume *Publicações dos Professores da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1974.

1964

- (A) 1. *Estudos linguísticos*, vol. I, Lisboa, Editorial VERBO, 1964. 221 p.
 2. "Sobre a creación poética", trad. galega de D. Ramón Piñeiro López, in *Grial* 5, Vigo 1964, p. 273-284. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 169-190.
 3. "Um tipo literário e humano do Barroco: o "cortesão discreto", in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 26, 1964, p. 208-227. Sep. -In: H.C. – *EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 243-265.
- (B) 1. Paul Teyssier, *La langue de Gil Vicente*, Paris, 1959 – in *Romance Philology* 17 (4), 1964, p. 809-813. Sep.

1965

- (A) 1. "Plan phonique et plan significatif. Phonétique et phonologie. Les fondements de la distinction", in 5th International Congress of Phonetic Sciences, Münster, Westfalen, 1964, *Proceedings*, Basel - New York, 1965, p. 353-355. Sep. -In: H.C.-*EL* 2, 1ª ed. (1969), p. 191-196.
 2. *Principais artigos linguísticos publicados nos vols. 1ª e 2ª da "VERBO" – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Coimbra, 1965. 39 p. Policopiado.
- (B) 1. Constantino García, *Contribución a la historia de los conceptos gramaticales. La aportación del Brocense*, Madrid, 1960 – in *Romance Philology* 18, 1965, p. 332-334.
 2. Roman Jakobson, *Selected Writings, I, Phonological Studies*, 'S-Gravenhage, 1962 – in *RPF* 13 (1-2), 1964-1965, p. 405-409. Sep.

1966

- (A) 1. "Sobre a natureza dos crioulos e a sua significação para a linguística geral", in 5º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra, 1963 *Actas*, vol. 3, Coimbra, 1966 p. 257-273. Sep. In: H.C.EL 2, 1ª ed. (1969), p. 47-73.
2. Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça ou Saudades*, Selecção e fixação do texto, introdução, notas e glossário. 2ª ed. corrigida e aumentada, Coimbra, Colecção Literária "Atlântida" 1, 1966. 131 p.
3. *Lições de Linguística Românica*, 3ª ed., Coimbra, 1966-1967. 138 p.
- (C) 1. "O ensino em crise", in *Rumo* 114, 1966, p. 100-103.

1967

- (A) 1. *Intonation et marginalité dans le langage. Lecture critique de l'étude de Jorge de Moraes Barbosa "Le problème linguistique de l'intonation"*, Coimbra, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, 1967, 26 p. -(Com algumas alterações) In: H.C.-EL 3, p. 305-340.
2. *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Tomo I. Coimbra, Atlântida, 1967, p. VII-XV, 1-381. -Tomo II. *Ibid.*, *ibid.*, [1967]- > 1973, p. 382-672.
- (B) 1. Wilhelm Giese, *Los pueblos románicos y su cultura popular. Guía etnográfico-folclórica*, Bogotá, 1962 – in: *Romance Philology* 21 (2), 1967, p. 223-226.
- (C) 1. "Funcionário, serviço e sacrifício", in *Rumo* 121, 1967, p. 194-197. Sep.

1968

- (A) 1. "Crítica filológica e compreensão poética", in *Festschrift Litterae Hispanae et Lusitanae zum fünfzigjährigen Bestehen der Universität Hamburg*. Herausgegeben von Hans Flasche, München, Max Hueber, 1968, p. 85-107. Sep.
2. *A língua como factor de Unidade*. Coimbra, I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, Coimbra 1968 [= I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea. *Actas.*, Sessão inaugural, Discurso do Presidente da Comissão Organizadora, p. 13-20.
3. [Proposta para a Unificação da Ortografia Portuguesa], in I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, *Actas*, Coimbra, 1968, p. 218-222 Esta Proposta, – já aprovada e subscrita por Antenor Nascentes, J. Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Aryon Dall'Igna Rodrigues, Adriano da Gama Kury, Vitorino Nemésio, J. do Prado Coelho, L. F.

Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior, Álvaro J. da Costa Pimpão [vencido no ponto nº 1], M. de Paiva Boléo, A. da Costa Ramalho, José Herculano de Carvalho [n.b.: o ponto nº 5 é quase totalmente a reprodução da sugestão apresentada por Dall'Igna Rodrigues depois de ler e aprovar o texto original. – ao qual porém, de essencial, nada acrescenta]. –, convertida em nº 3 das "Moções apresentadas" no final da "Sétima sessão de trabalhos" ao voto da "assembleia" dos simposiastas, foi por ela aprovada quase por unanimidade – Moção transcrita in: *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Volume organizado por Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria, Lisboa, 1987, p. 180-183.

4. "A Língua Portuguesa no Mundo", in Sociedade de Geografia de Lisboa. *Boletim*, 7-9, 1968, p. 13-20. Sep.

5. "Linguistics in Portugal: The Task ahead", in Raymond S. Sayers (ed.), *Portugal and Brazil in Transition*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1968, p. 241-249.

6. "Símbolo e conhecimento simbólico", in *Rumo* 135, 1968, p. 301-310. Sep. -In: H.C.-EL 3 (1984), p. 247-262.

7. "Universidade e profissão", in *Rumo* 134, 1968, p. 184-186.

1969

- (A) 1. *Estudos linguísticos 2*, Coimbra, Atlântida, 1969. 319 p.
- (B) 1. Heinrich Lausberg, *Lingüística Românica. Tomo I – Fonética; Tomo II – Morfología*, Madrid, 1965-1966 – in: *RPF* 15 (1-2), 1969-1971, p. 415-433. Sep. -In: H.C.-EL 3, 1984, p. 341-370.
- (C) 1. "O exército e a difusão da língua portuguesa", in *Diário de Notícias*, Lisboa, 15 de Fevereiro de 1969. Sep.: Edição do Estado-Maior do Exército.

1970

- (A) 1. "Paradigma e corrente da fala", in Anais do 1º Simpósio de Filologia Românica realizado na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, de 20 a 28 de agosto de 1958. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1970, p. 135-138.
2. Manuel Maria Barbosa du Bocage, *Odes. Canções. Epístolas. Idílios. Cantos e cantatas*. Preparação do texto e notas – Vol. 2 de *Opera omnia*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1970. 375 p.
3. Idem, *Elegias. Epicédios. Sátiras. Poesias várias. Fragmentos*. Preparação do

texto e notas. Vol. 3 de *Opera omnia* etc., p. 9-108, 325-329.

- (C) 1. "Antecedentes da colonização do Lubango, in *Boletim* da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 26, 1970, p. 3-22.

1971

- (A) 1. "Conhecer poético e símbolo" in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Vitorino Nemésio* [= *RPF* 3ª série, 13], Lisboa, 1971, p. 109-123. Sep. -In: *H.C.-EL* 3, 1984, p. 263-283.

2. *A difusão da língua portuguesa em África*, Luanda, Universidade de Luanda, 1971. 20 p.

1973

- (A) 1. "Atualizadores léxicos", in *Revista de Cultura VOZES*, 67 (5), Petrópolis, 1973 (Homenagem à memória de J. Mattoso Câmara), p. 385-396. -In: *H.C.-EL* 3, 1984, p. 5-26.

2. *Crítica filológica e compreensão poética*, 2ª ed., revista. MEC – Departamento de Assuntos Culturais, Programa especial UFF-FCRB, Niterói RJ, 1973. 33 p.

3. *Estudos linguísticos*, 1, 2ª ed. (acrescentada e completada com índices), Coimbra, Atlântida, 1973. 327 p.

4. *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Tomo I, 3ª tiragem emendada, Coimbra, Atlântida, 1973, p. V-XV, 1-381.

5. "O problema do género nos pronomes", in *Biblos* 41, 1965 [1973], p. 117-130. Sep. -In: *H.C.-EL* 3, 1984, p. 27-48.

6. Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça ou Saudades*. Selecção e fixação do texto, introdução, notas e glossário, 3ª ed. corrigida, Coimbra, Coleção Literária Atlântida, 1973. 131 p.

1974

- (A) 1. *Teoria da linguagem*. Tomo II, 2ª tiragem, Coimbra, Atlântida, 1974.

1976

- (A) 1. "Systems of deictics in Portuguese", in Jürgen Schmidt-Radefeldt (ed.), *Readings in Portuguese Linguistics*, Amsterdam, North Holland Publishing Company, 1976, p. 245-266. -In: *H.C.-EL* 3, 1984, p. 49-75.

1979

- (A) 1. "Construções com *senão* no quadro de uma comparação com o alemão", in *Iberoromania* 12, Neue Folge, 1980, p. 18-29. Sep. -In: H.C.-EL 3, 1984, p. 125-145.
2. "Contribuição de *Os Luisíadas* para a renovação da língua portuguesa", in *RPF* 17, 1980, p. 1-38. Sep. -In: H.C.-EL 3, 1984, p. 77-123.
3. "Sobre um arabismo português e um possível hispano-arabismo", in *Romanica Europaea et Americana. Festschrift für Harri Meier*, 8. Januar 1980, Bonn, Bouvier Verlag, 1980, p. 110-111. -In: H.C.-EL 3, 1984, p. 285-286.

1981

- (A) 1. "Deux langues créoles: Le *criôl* du Cap Vert et le *forro* de S. Tomé", in *Biblos* 57 [= *Homenagem a M. de Paiva Boléo*], 1981, p. 1-15. Sep. -In: H.C.-EL 3, 1984, p. 147-166.

1982

- (A) 1. *Teoria da linguagem*, Tomo 1, 5ª ed., Coimbra, Atlântida, 1979 <1982>.

1983

- (A) 1. *Teoria da linguagem*, Tomo I, 6ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1983.
2. "*Ficar em casa/ficar pálido*: Grammatikalisierung und aspektuelle Werte", in Jürgen Schmidt-Radefeldt (Hrsg.), *Portugiesische Sprachwissenschaft*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1983, p. 57-75. Sep. -In: H.C.-EL 3, 1984, p. 167-197.
3. "Temps et aspect: Problèmes généraux et leur incidence en portugais, français et russe", in *Arquivos do Centro Cultural Português* vol...., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 1983, p. 225-252. -In: H.C.-EL 3, 1984, p. 199-236.
4. "Germanismos ou galicismos?", in *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du Colloque*, Paris, 11-16 octobre 1982, Centre Culturel Portugais, Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, p. 625-631. Sep. -In: H.C. -EL 3. 1984, p. 291-302.
5. "Lendo a *Écloga* VI de Camões", in *Revista Camoniana*, 2ª série, vol. V, São Paulo, U.S.P., F.F.L.C.H., 1982-1983, p. 77-90. Sep.
- (B) 1. (1) Hans Schemann, *Die portugiesischen Verbalperiphrasen. Corpus und Analyse*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1983; (2) Hans Schemann/Luiza

Schemann-Dias, Die portugiesischen Verbalperiphrasen und ihre deutschen Entsprechungen. Lehr- und Übungsbuch mit ausführlichen portugiesischen Beispielen und ihren deutschen Übersetzungen, Ibidem, ibidem, 1983: in *Romanistisches Jahrbuch* 35, 1984, p. 321-324. Sep.

1984

- (A) 1. *Teoria da linguagem*, Tomo II, 4ª reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 1984.
2. *Estudos linguísticos*, 1º vol., reimpressão da 2ª ed. (1973); 2º vol., reimpressão da 1ª ed. (1969); 3º vol., 373 p., Coimbra, Coimbra Editora, 1984.
3. *Estudos de linguística portuguesa*, Organizadores H.C. e J. Schmidt-Radefeldt, Coimbra, Coleção linguística, Coimbra Editora 1, 1984. 393 p.
4. "Ficar em casa / ficar pálido: Gramaticalização e valores aspectuais", in *Estudos de linguística portuguesa*, CLCE 1, 1984, p. 131-155. Sep.

1986

- (A) 1. "Verbes et locutions causatifs en portugais en comparaison avec le français", in *Morphosyntaxe des langues romanes*, Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Aix-en-Provence, 29 août – 3 septembre 1983, vol. 4, p. 325-334, Université de Provence 1986. Sep.
2. "Ortografia e ortografia portuguesa", in *ICALP-Revista*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, julho/1986 nº 5, p. 72-75.
3. "Em defesa do Acordo [ortográfico]", in *JL jornal de letras, artes e ideias* de 14/7/1986.

1988

- (A) 1. "Três notas filológicas a D. Francisco Manuel de Melo", in *RPF* 19, 1988-1990, p. 235-248. Sep.

1989

- (A) 1. "O livro do desassossego / Das Buch der Unruhe", in *Duas línguas em contraste: Português e Alemão*. Actas do 1º Congresso de Linguística Contrastiva Português-Alemão, Porto, 6-7 de Outubro de 1988. (Anexo III de *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Línguas e Literaturas*.) Porto, Faculdade de Letras do Porto, Instituto de Estudos Germanísticos, 1989, p. 147-171. Sep.

2. *Pequena contribuição à história da linguística. Observações (algo tardias a Linguística cartesiana de Noam Chomsky*, Coimbra, Coleção Linguística, Coimbra Editora 2, 1984. 121 p.

3. "Lendo a Écloga VI de Camões", in IV Reunião Internacional de Camonistas, Ponta Delgada, 12-17 de Junho de 1983, *Actas*, Ponta Delgada 1984, p. 103-114. Sep.

4. "Tempo e aspecto numas páginas da *A Relíquia*", in *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft*, 1. Reihe, Bd. 18, 1983 [1985], p. 153-156. Sep. -In: H.C.-EL 3 (1984), p. 237-246.

1990

- (A) 1. "Pessoa leitor de Rimbaud", in IV Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos-Secção Brasileira, 27-30 de Abril de 1988, Universidade de São Paulo, *Actas*, I volume, p. 419-421. Fundação Eng. António de Almeida, Porto 1990.

ABREVIATURAS E SIGLAS

(A) Monografias, ensaios.

(B) Recensões críticas.

(C) Miscelânea.

BF = *Boletim de Filologia*, Lisboa.

RFL = *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa.

RPF = *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra.

Sep. = Separata.

H.C.-EL = J. G. Herculano de Carvalho, *Estudos linguísticos*, vols. 1-3.

Os artigos que aqui se estampam foram, há já alguns anos, redigidos para uma miscelânea em homenagem ao Prof. Doutor José G. Herculano de Carvalho, a ser publicada fora do Brasil, miscelânea que, por motivos alheios à vontade dos autores brasileiros, não chegou a ser editada.

Mas como persiste, acrescida, nestes autores a admiração pela obra científica, profunda e extensa, do notável lingüista português e sobram as razões de amizade e carinho à sua inconfundível figura humana, vimos hoje – e conosco a comunidade luso-brasileira que labuta no e pelo Liceu Literário Português – concretizar o antigo sonho, na esperança de que nele o Mestre e o Amigo encontre refletidos o agradecimento por tantas lições e a alegria por tantos momentos de ameno convívio.

ARTIGOS

DE NEOLOGISMOS

Edith Pimentel Pinto
USP

I

1. Dos vários aspectos que oferece o estudo dos neologismos, alguns ainda não foram suficientemente explorados.

Cronologicamente, o primeiro aspecto que despertou o interesse dos estudiosos foi o da recepção dos neologismos nos meios lingüísticos formadores de opinião, conforme documentam vários escritos, sobretudo os de caráter polêmico, que surgiram desde meados do século passado aos meados deste.

Esgotado o debate em torno da admissibilidade dos neologismos na língua escrita, literária ou não, o interesse deslocou-se para a técnica de produção neológica, mediante a análise dos processos de formação vocabular, recorte que, com a expansão dos estudos de lingüística, se tem revelado fértil.

Além desses dois aspectos, há, no entanto, vários outros dignos de consideração, tais como o papel do produtor, ou, conforme o caso, do divulgador, ao qual incumbe, finalmente, a escolha do tipo de neologismo compatível com suas intenções, sempre em função do rendimento expressional pretendido. É desse aspecto que aqui se tratará.

2. Para efeito operacional, distribuímos os neologismos, de maneira genérica, em dois grandes grupos, distinguíveis, a um tempo, por sua gênese, seu modo de circulação e sua finalidade textual.

Situam-se num desses grupos aqueles que chamaremos **neologismos culturais**, em vista de terem o uso coletivo como referencial, fonte, meio de circulação e base de projeção, no âmbito da língua escrita.

No segundo grupo incluem-se os **neologismos literários**, ou **estilísticos** ou de **autor**, cujo referencial é o indivíduo que os cria, em função da língua escrita, na qual, comumente, eles vicejam e morrem, sem atingir o uso coletivo.

Dentre os neologismos culturais de estrato popular, distinguem-se os que se devem ao contato lingüístico por contigüidade – como os indigenismos e africanismos, no português do Brasil; e os que se constituem em decorrência dessa situação – os ditos regionalismos, em sua maioria.

Por seu lado, os neologismos culturais de estrato culto devem-se, ou ao influxo das civilizações prestigiosas, num momento dado – como os francesismos e depois os anglicismos, neste século; ou à criação internacional, a partir de raízes ditas clássicas: os helenismos e latinismos.

Quanto à forma de circulação e instalação no léxico da língua, os neologismos percorrem um trajeto relativamente fácil de rastrear, através de textos escritos que atestam sua finalidade e seu rendimento: a par da função de atualizar o discurso, eles visam também a conferir-lhe precisão, decorrente do rigor do emprego.

II

1. Desde os tempos de Alencar aos de Rui Barbosa, os gramáticos, os filólogos e todos os sabedores da língua – isto é, os grandes conhecedores da variedade literária de tradição lusitana – estigmatizaram os neologismos.

Sobressaem nesse grupo, além do pontífice Castro Lopes, alguns nomes que, por seu prestígio, formaram a opinião dominante, como Júlio Ribeiro¹, Eduardo Carlos Pereira², João Ribeiro³ e Maximino Maciel⁴.

Quase todos esses e outros gramáticos renomados da época praticamente só tratam de neologismos culturais importados, considerando-os como "vícios de linguagem": "Os neologismos não passam de deturpadores da língua" (Júlio Ribeiro, *Gramática portuguesa*, p. 353). Eduardo Carlos Pereira, cuja influência no ensino gramatical cobre toda a primeira metade do século, nas sucessivas edições de sua *Gramática expositiva* jamais deixou de incluir os neologismos entre os "vícios de linguagem", deixando, assim, de acusar a desativação do purismo, que se esgotou durante esse período. Limitou-se a justificar o emprego de neologismos quando necessários para a expressão de idéias novas e quando são bem formados, isto é, de acordo com o "gênio da língua" – as regras do sistema – como se verificava nos vocábulos então recentes: **ferroviário**, **ferrovia**, **bisar**. Em contrapartida, rejeitava certos francesismos recentes, a seu ver evitáveis, como **avançar**, **comitê**, **constar**, **deboche**, **debutar**, **departamento**, **detalhe**, **fuzil**, **fuzilar**, **governante**, **interdito**, **sucesso**, **toailete** (*Op. cit.*, p. 251). Abria exceção, contudo, para os já fixados no léxico da língua, como **audacioso**, **bandido**, **boné**, **crachá**, **conduta**, **comportamento**, **degelar**, **emoção**, **envelope**, **felicitação**, **garantir**, **garantia**, **isolado**, **imbecil**, **jornal**, **pretencioso**, **ponto de vista**, **rotina**, **regressar**, **susceptível** (*Ib.*, loc. cit.)

João Ribeiro, que não condenava expressamente os neologismos, também incluiu, no entanto, os francesismos e anglicismos entre os "vícios de linguagem" (*Gramática portuguesa* – Curso superior, p. 363) Contudo, já no seu *Dicionário gramatical*⁵ parece inclinado a atenuar sua posição, pois considera admissíveis os neologismos de que haja necessidade e desde que não haja abuso de formações por derivação, que denunciariam pobreza de vocabulário. E exemplifica o caso com **beneficiar-se**, **bem posicionado**, **veneracionar** (*Op. cit.*, p. 274). Essa observação põe em relevo uma prática que devia ser comum na época.

No tocante aos neologismos, muito mais explícito é Maximino Maciel, em sua *Gramática descritiva*, onde os classifica em **técnicos, literários, populares e semânticos** (Op. cit., p. 245-247). E mais, chega a apontar as "causas dos neologismos", a saber, a moda, a influência e a criação do objeto (Op. cit., p. 247-248).

Além da visão ampla, ressalte-se a posição neutra do gramático em face do emprego de neologismos, que, a seu ver, constituem uma forma de reposição vocabular, compensatória do desgaste ocasionado pelo envelhecimento e conseqüente desuso de palavras. Em sua linha de reflexão, representativa do pensamento evolucionista da época, Maximino Maciel considera que há "duas grandes leis da biologia", a assimilação e a desassimilação, aquela correspondendo aos neologismos e esta aos arcaísmos. (Op. cit., p. 245).

Importa ressaltar, nessas considerações, a referência aos neologismos literários, que desde Alencar eram objeto de censura gramatical, inibindo os escritores que ousavam ultrapassar os limites da tradição literária portuguesa. Só os neologismos culturais impostos pelos avanços da técnica, da ciência, da filosofia, conseguiam romper essa barreira.

A grande invasão de palavras novas, provindas da Europa, sobretudo através do francês, ocorrida nos decênios finais do século passado e iniciais deste, traduzia a inserção do Brasil no mundo civilizado, ainda que sob os protestos dos puristas, sempre mais inclinados a recuperar arcaísmos que a admitir neologismos.

A esse respeito, a posição dos grandes gramáticos da época, com seu fogo cerrado contra as inovações lexicais, reflete-se nos escritores de formação tradicional, como Rui Barbosa, que condenava as "novidades ociosas e viciosas"⁶, apoiado explicitamente em gramáticos brasileiros e portugueses, como Júlio Ribeiro, Lameira e Pacheco, Ribeiro de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo.⁷

Nem por isso Rui Barbosa deixou de empregar palavras que escapavam às indispensáveis condições de admissibilidade, tais como **desvirginamento**, **viável** (como sinônimo de **vital**), **viabilidade** (por **vitalidade**) e muitas outras, todas energeticamente censuradas por Carneiro Ribeiro.

O que ressalta, na defesa de Rui a esse ataque, é uma justificativa em geral não invocada para sancionar o emprego de neologismos: seu potencial semântico e a decorrente precisão do emprego.

Esta interpretação é confirmada pelo próprio Rui Barbosa, ao condenar os neologismos literários, que, não tendo projeção pragmática, seriam mais que supérfluos, seriam nocivos: "os vocábulos inventados, os vocábulos artificiais" "destroem o tecido de uma língua" (*Réplica*, p. 390).

Nesse ponto, apoiado na opinião de Victor Hugo, só abria exceção para Chateaubriand – e nenhuma para escritores brasileiros e portugueses. Ao contrário, Eça de Queirós, para Rui Barbosa, é um nefasto veiculador de francesismos inúteis. (Op. cit., p. 380 e seguintes).

3. A história dos neologismos literários, raramente admitidos à consideração dos gramáticos ou francamente repudiados por eles e pelos puristas em geral, mereceria

um capítulo próprio, onde se captasse a tendência dos escritores, sobretudo poetas e ficcionistas, de conferir a seus textos, não só a carga da expressividade, mas também a marca do criador e, indiretamente, de sua época.

A veemência da condenação tinha alguma razão de ser, pois, contemporaneamente ao reinado do purismo, florescia no Brasil, com eventual exagero, a voga, importada da França, do uso literário do vocabulário científico.

Um dos mais expressivos exemplos dessa prática está em Augusto dos Anjos⁸, mas até os puristas não escapavam ao uso e eventualmente ao abuso desse tipo de vocabulário. Apesar de que, em certos casos, como no de Euclides da Cunha, o caráter do discurso o favorecesse: um ensaísmo de propósito técnico-científico, expandido por uma dicção literária, através da qual circulam comodamente palavras como: **fosforismo** (intoxicação por fósforo), **saturnismo** (intoxicação por chumbo), **hidrasgismo** (intoxicação por mercúrio) e **oxicarburismo** (intoxicação por óxido de carbono)⁹ – palavras que tiveram na língua diferentes destinos: no Aulete constam todas, sendo que, em vez de **hidrasgismo**, a variante registrada é **hidrargirismo**; nos dicionários mais recentes, como o Aurélio, já não constam **fosforismo** e **oxicarburismo**, enquanto **hidrasgismo** aparece abonada exatamente pelo uso de Euclides.

Passada a voga de tais neologismos, fortemente marcados pela época, verifica-se que, se o próprio progresso da ciência e da técnica os arquivou, seu potencial semântico é indiscutível, pois lhes incumbia, ao mesmo tempo, representar um ideal de rigor, de objetividade, e um efeito literário de impacto. Os de Euclides, por exemplo, funcionam, neste plano, como vozes-petardo, servindo perfeitamente a um propósito de denúncia e acusação.

Já em Augusto dos Anjos¹⁰, outro expoente dessa prática, por se tratar de poesia, o vocabulário filosófico e científico – especialmente biológico – é metaforizado, não correspondendo, pois, a qualquer ideal de rigor de emprego e objetividade. Antes, esse vocabulário, embora importado de campos semânticos explorados pelos cientificistas e deterministas europeus, ressuma subjetividade, pois é por essa via que explodem, em grande parte, os conflitos íntimos do Autor.

Essa função, atribuída também às formações cultas, forjadas pelo poeta, sobre matrizes greco-latinas, é favorecida pela predominância de proparoxítonos, que contribuem, do ângulo fonético, para a obtenção do efeito desejado – a expressão da agressividade e do desdém.

Hoje, arquivadas pelo desuso, as importações, e esquecidas, como **hapax legomenon**, as cunhadas pelo Autor, seu texto se tornou de árdua decodificação. Na própria época, é de crer, dificilmente um leitor médio brasileiro captaria a denotação e, muito menos a conotação de substantivos como: **noumenalidade** (p. 63), **centrosomas** (p. 68), **paraseleno** (p. 83), **psicoplasma** (p. 84), **filóstomo** (p. 85), **eximenina** (p. 135), **endimenina** (p. 135), **hebdomadas** (-as prosaicas semanas – p. 133, 197, 228); e de adjetivos como **foraminíferos** (p. 76), **xantocróide** (p. 110), **fronetal** (p. 128), **occíduo** (p.247), **ubiquitário** (Op. cit. p. 265).

No entanto, é forçoso reconhecer que, apesar das barreiras à compreensão racional, neologismos como esses cumpriram a função que lhes cabia, ao estabelecerem

um clima encantatório, que suscita no receptor um movimento emocional de compatibilidade com o horror.

Em oposição aos neologismos eruditos de Augusto dos Anjos – morto em 1913, com os estertores dessa voga – os autores que então se iniciavam e marcariam os anos vinte, modernistas ou não, criariam vocábulos ligados à realidade cotidiana.

Um dos mais engenhosos desses criadores foi, sem contestação, Monteiro Lobato, que os difundiu principalmente através de sua literatura infantil, produzida exatamente a partir de 1920. Aí os neologismos representavam, por seu potencial de humorismo e ironia, papel relevante como instrumento de crítica social. O mais superficial exame de seus textos permite levantar incontáveis exemplos, como **macacalidade**, **chimpanzeização**, **orçamentívoro**, **chinfrinice**, que só no contexto ganham sua inteira força expressiva.

A mesma independência de criação vocabular era compartilhada pelos modernistas, que, no entanto, lhe atribuíam função específica, ligada à reformulação da frase, cujo ritmo em parte incumbia aos neologismos acelerar, tornando-a, a um tempo, mais dinâmica e sintética.

Nesse propósito, Oswald de Andrade cria sobretudo verbos, a partir de substantivos, em geral correspondentes a objeto, uso ou costume próprio da época, razão pela qual sua decodificação se dificulta com o correr do tempo. Sirvam de exemplo da prática osvaldiana os seguintes exemplos, todos colhidos nas *Poesias reunidas*¹¹:

- "A orquestra **rabecoa** na mata" – p. 116
- "**Geometrizam** as atmosferas nítidas" – p. 123
- "A rádio bandeirantes **cinematiza** a 100 léguas" p. 125
- "Grandes cágados elétricos **processionam**" (sic) – p. 126
- "O piano **fox-trota / Domingaliza**" – p. 128
- "Chove chuva **choverando**" – p. 170
(grifos nossos)

Examinando as características das criações neológicas dos modernistas, para captar suas tendências – comó a preferência por esta ou aquela classe gramatical e a respectiva repercussão no discurso – vem à tona uma conclusão, associada ao programa do Modernismo, que preconizava a pesquisa pessoal, o experimentalismo: há uma chave para cada autor.

Assim, a particularização na cunhagem de palavras, que não se extinguiria com o Modernismo propriamente dito, permitiu as mais diversificadas soluções estilísticas, inclusive a volta às fontes eruditas, como aconteceria posteriormente com Guimarães Rosa.

4. Se é evidentemente enriquecedora a contribuição dos neologismos para o discurso específico de cada autor, o mesmo já não se pode afirmar em relação ao léxico da língua. De fato, se muitos neologismos culturais, bem formados ou não, indispensáveis ou não, acabam frequentemente legitimados pelos dicionaristas e passam a circular normalmente, a par de velhas palavras da língua, os de cunhagem literária

dificilmente alcançam semelhante estágio. E se alguns dos muitos devidos a Alencar ou Euclides da Cunha foram afinal lexicalizados, o destino mais comum dos neologismos de autor é sua circunscrição ao texto no qual e para o qual foram gerados.

Mário de Andrade visualizou bem a questão dos destinos dos neologismos, distribuindo-os em dois grupos, que poderíamos caracterizar, do ângulo da recepção, como aqueles que interessam à coletividade e aqueles que interessam sobretudo ao seu criador.

No seu projeto da *Gramatiquinha da fala brasileira*, o assunto seria tratado no capítulo "Formação de palavras", onde firmaria sua posição: do ângulo gramatical, pretendia amparar-se em Mário Barreto¹²; do ângulo estilístico, exporia suas próprias reflexões sobre o que chamava "palavras transitórias" ou "palavras falenas", "que não existem, não registradas pelos vocabularistas porque não têm existência imprescindível" e "que se aparentam com os neologismos". "Dessas criações efêmeras existentes ou passíveis de existir até o infinito todo homem tem direito de fazer".¹³

A intuição lingüística de Mário de Andrade fica assim evidente na distinção entre os neologismos culturalmente justificáveis e os de autor. Estas são criações vocabulares de indiscutível valor expressional, que, graças à virtualidade do sistema, podem surgir a qualquer momento no texto oral e, a partir do Modernismo, ganham o estatuto escrito, sob a indiferença crescente dos gramáticos, que acabam remetendo o assunto para os manuais de estilística.

5. É fato notório que, a partir dos anos vinte, os gramáticos e sobretudo os vigilantes da pureza da língua entram a perder acaloradamente seu domínio sobre os escritores, que pouco se importam com o estigma dos "vícios de linguagem". O fascínio pela criação vocabular acompanha o desinteresse pela "legitimidade" das palavras que empregam.

Não foi, porém, simultânea a mudança de atitude por parte de gramáticos e escritores. Ainda em 1923 saía a *Gramática secundária*, de Said Ali¹⁴, onde se tratava de neologismos de importação, na parte intitulada "Sintaxe e estilística" e se justificava seu emprego nas mesmas condições tradicionalmente exigidas, como a de serem úteis e não haver "expressões portuguesas em voga, que dizem a mesma coisa". (Op. cit., p. 310)

Por seu lado, Sousa Lima, na *Gramática expositiva da língua portuguesa*¹⁵, inclui a questão no capítulo "Da importação de palavras", ao tratar da constituição do léxico português. Justificam-se, assim, na história da língua, tais importações, com a ressalva de que sejam obedecidas "as leis de formação de palavras vernáculas" (Op. cit., p. 277).

Posteriormente, Evanildo Bechara, em sua *Moderna gramática portuguesa*¹⁶, põe indiretamente em relevo a falta de articulação dos neologismos no plano da gramática, ao tratar do assunto num "Apêndice", embora ainda os situe entre os "Vícios e anomalias da linguagem" (Op. cit., p. 332-333). Considerando que eles se devem a "um processo natural de assimilação cultural", o Autor só condena, em termos semelhantes aos de outros gramáticos, os neologismos desnecessários, por já se encontrarem "no vernáculo vocábulos e giros equivalentes" (Ib., p. 333)

Com Rocha Lima, na *Gramática normativa da língua portuguesa*¹⁷, o assunto é afinal banido do âmbito gramatical. Nem mesmo uma referência aos neologismos de autor consta no capítulo "Rudimentos de estilística e poética", onde poderiam acomodar-se.

Essa mesma prática fica definitivamente consagrada numa das mais recentes grandes obras do gênero, *A Nova gramática do português contemporâneo*¹⁸, de Celso Cunha e Lindley Cintra, onde não se abre espaço para o tratamento da questão, em qualquer de seus ângulos.

Assim, a partir do exame das gramáticas posteriores aos dois decênios iniciais deste século, pode-se concluir, no tocante ao tratamento dos neologismos, que as criações dos escritores livraram-se definitivamente de qualquer restrição, ao emigrarem para o campo da estilística; e os neologismos culturais, sobretudo os de importação, foram perdendo espaço até desaparecerem das gramáticas, ficando sem abrigo, pois, sendo afinal uma questão lexicográfica, não têm recebido acolhida e disciplinação no território dos dicionários, onde até hoje não consta um roteiro, um simples corpo de regras gerais para orientação dos interessados no processo de vernaculização de neologismos importados. Reivindicar, pois, atualmente, que eles sejam "bem formados", que "sigam as regras de formação das palavras vernáculas" é esperar o impossível ao comum dos usuários de língua escrita.

NOTAS

1. RIBEIRO, Júlio. *Gramática portuguesa*, 9ª ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1910.
2. PEREIRA, E.C. *Gramática expositiva*. São Paulo, Weiszflog, 1907.
3. RIBEIRO, João *Gramática portuguesa*. Curso superior, 22ª ed. refund. Rio de Janeiro, F. Alves, 1933.
4. MACIEL, Maximino. *Gramática descritiva*, 5ª ed. aum. e refund. Rio de Janeiro, F. Alves, 1912.
5. RIBEIRO, João. *Dicionário gramatical*, 2ª ed. aum. por Pacheco da Silva Jr. Rio de Janeiro, Livr. Clássica de Alves e Cia, 1897.
6. BARBOSA, Rui. *Réplica*. Reedição do Concelho Seccional do Rio de Janeiro e da Fund. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1980, vol II, p. 387.
7. Id. *ib.*, p. 384-385.
8. ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*, 7ª ed. Rio de Janeiro, Bedeschi/s.d./ Nota: 1ª ed. 1912.
9. CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, vol. II, p. 195.
10. Op. Cit.
11. ANDRADE, Osvald de. *Poesias reunidas*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
12. BARRETO, Mário. *Através do dicionário e da gramática*, Rio de Janeiro, Livr. Quaresma, 1927.

13. PINTO, Edith Pimentel. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade*. Texto e contexto. São Paulo, Duas Cidades, 1990.
14. ALI, Said. *Gramática secundária*. São Paulo, Melhoramentos, /s.d./
15. SOUSA LIMA, M.P. de. *Gramática expositiva da língua portuguesa*. São Paulo, Edit. Nacional, 1937.
16. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*, 19ª ed. São Paulo, Edit. Nacional, 1975.
17. ROCHA LIMA. *Gramática normativa da língua portuguesa*, 17ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1974.
18. CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

PARA UMA TEORIA SINTÁTICA

Sílvia Elia
UFF

1. O mais antigo compêndio gramatical do Ocidente, a famosa *tékhne grammatiké* de Dionísio da Trácia (fins do séc. II a.C.), não se ocupou de Sintaxe. Essa lacuna foi preenchida em parte por Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), diz-nos Robins (1951: 42). Jean-Claude Chevalier (1968: 28) refere-se a Prisciano como um dos pais da Sintaxe, "de uma Sintaxe ligada desde seus primórdios à análise dos filósofos".

Como se sabe, Prisciano (séc. VI d.C.) escreveu em 18 livros umas *Institutiones Grammaticae*, das quais os dois últimos se ocupavam de Sintaxe (*Constructio*).

Na verdade, porém, nem os gregos nem os romanos praticaram a Sintaxe, pelo menos como é hoje compreendida. Varrão (séc. I a.C.), no seu *De lingua latina*, em 25 livros, de que temos apenas os de V a X, ainda assim incompletos, dela não tratou. Robins (op. cit.: 57) alega que se perderam do célebre polígrafo todos os livros dedicados à Sintaxe. Mas parece mais realista a opinião de Collart, que fala claramente de lacuna do próprio autor. E assim se pronuncia:

Em resumo, se Varrão aflora por vezes um problema de Sintaxe, fá-lo por acaso, e seu raciocínio não vai longe. Ele permanece de todo indiferente à estrutura gramatical da frase. Devemos dizer que a causa decorre das lacunas da tradição? Certamente que não. Algumas reflexões feitas a propósito da composição do *De Lingua Latina* permitiram-nos supor que a Sintaxe não foi estudada nos últimos livros do tratado. (1954: 333)

O próprio termo *sintaxe* aparece, p. ex., em Dionísio da Trácia, mas aí designa simplesmente o sintagma **preposição + nome**. A frase, *oratio*, interessava sem dúvida, mas numa perspectiva antes lógica ou filosófica.

Prisciano, juntamente com Donato (séc. IV d.C.), dominou o ensino gramatical na primeira Idade Média.¹ Mas a obra mais considerável de Prisciano tornou-o doutrinariamente superior a Donato. Em seu estudo fundamental sobre o ensino de Donato, Luís Holtz dá ao gramático bizantino posição pioneira no que tange à constituição da Sintaxe:

Sua contribuição principal é compreensivelmente a dos livros XVII e XVIII das *Institutiones Grammaticae*, que fazem dele o verdadeiro criador da sintaxe latina, ainda quando essa sintaxe se mostre apesar de tudo muito parcial e ainda mal destacada dos conceitos filosóficos. (1981: 239)

A Sintaxe vai ser erigida sobre novos fundamentos com os gramáticos modistas dos sécs. XIII e XIV. Não tem razão, pois, J.-Cl. Chevalier quando afirma:

Não há solução de continuidade entre Prisciano, Alexandre e os "modistas"; os gramáticos lógicos dos séculos XIII e XIV não fizeram senão acentuar o esforço de sistematização, tão frequentemente desajeitado e encerrado no enunciado do formalismo. Tanto Prisciano é a base de suas análises, que o citam constantemente. (op. cit.: 51)

E a razão está em que Prisciano não foi um gramático lógico, à maneira dos modistas; a sua fundamentação gramatical é literária. Ficamos, pois, com a posição de Bursill-Hall:

O procedimento geral seguido por Tomás² acompanha muito de perto os lineamentos postos por Prisciano; todavia sua teoria sintática difere radicalmente da dos predecessores dos Modistas e deve portanto ser pensada como um considerável refinamento do trabalho dos Modistas anteriores. (1972: 98)

Na verdade, uma vez que não houve a rigor sistematização teórica da Sintaxe nem entre os gregos nem entre os latinos, quer-nos parecer que, sem forçar os fatos, podemos considerar os gramáticos modistas medievais como os fundadores da Sintaxe. Se tomarmos por ponto de referência a gramática de Tomás de Erfurt (J.-Cl. Chevalier preferiu a de Siger de Courtrai), veremos que aí a Sintaxe aparece com o nome de **Diasynthetica**. Tomás de Erfurt divide a **Diasynthetica** em três partes: **constructio**, **congruitas et perfectio**; a **congruitas** pressupõe a **constructio** e a **perfectio**, as outras duas.

2. O século XVI, renascentista e antimedievalista, retornou aos parâmetros clássicos, e foi ainda com apoio nos ensinamentos aristotélicos que Escalígero e Sanchez investigaram as "causas" da língua latina.

O século XVII viu nascer nova elaboração filosófica, **impulsionada pelo "espírito científico"**, marcante do pensamento ocidental: Locke, na Inglaterra; Leibniz, na Alemanha; Descartes, na França. A essa filosofia pode-se dar o nome genérico de empírio-racionalismo, dado que essas duas posições na realidade são complementares. A propósito do empirista e sensualista Locke, eis, p. ex., como se manifesta Hans Aarsleff:

A elaboração escrita deste ensaio também fez-me ver claramente que a distinção em compartimentos estanques, pedagogicamente conveniente e ideologicamente rígida (loaded) entre racionalismo e empirismo é infundada, como Leibniz analisando Locke também percebeu – e Leibniz de fato objetou mais fortemente contra Descartes do que contra Locke. Se há algo de válido nisso, Locke é um empírico racionalista, para citar o termo que Durkheim usou acertadamente para indicar a importância de Taine para sua geração. (1982: 9)

Foi essa posição racionalista que levou à maturação da *Grammaire Générale et Raisonnée*, de Port-Royal (1660), notavelmente reposta na ordem do dia pela prestigiosa ascensão da gramática gerativo-transformacional de Noam Chomsky. No entanto, na *Grammaire*, a Sintaxe ocupa modesto e discreto capítulo (XXIV e último). Foi o "logicismo" de Messieurs de Port-Royal que gerou a proliferação das **gramáticas filosóficas**, do séc. XVIII, das quais a do nosso Soares Barbosa é eco tardio.

O espírito científico criou, no séc. XIX, o método histórico-comparativo, germinado no Romantismo, mas frutificado no Positivismo. A Sintaxe, teoria da frase, logo de cunho necessariamente sincrônico (articulação de elementos coexistentes), não encontrou espaço científico no comparativismo, pois é notório que as sintaxes históricas não lograram sistematizar os módulos frasais. O prof. Francisco da Silva Borba, no esboço histórico que redigiu para sua *Teoria Sintática*, chamando a atenção para o fato de que o comparatismo restringiu-se ao materialmente observável e por isso deixou de ocupar-se com as relações, que são imateriais, faz esta observação pertinente:

É por isso que a grande produção do comparatismo faz pouca alusão à sintaxe ou coloca-a como um resíduo dos estudos filosóficos. (1979: 10)

Em sua *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*, o Dr. Manuel de Paiva Boléo lembra que, já em 1899, Reckendorf lamentava-se por ver a Sintaxe tratada como uma espécie de "enteada dos lingüistas" (1946: 93). Pois bem, essa mesma expressão caiu do bico da pena de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em carta a Júlio Moreira, inserta em *Apêndice à 2ª ed.* (1922) do 2º vol. dos *Estudos de língua portuguesa* deste último: "Ainda bem que a sintaxe não continua a ser a enteada dos filólogos".

No entanto a maternidade prop. dita viria com os lingüistas estruturalistas. Para a apreensão das unidades sintáticas, usou Bloomfield, in *Language* (1933) o processo de inspiração mecanicista dos "constituintes imediatos". Em artigo intitulado "Immediate Constituents", publicado em *Language* 23. 81-117, 1947 e republicado em *Readings in Linguistics I*, 186-207, procura Rulon S. Wells "substituir por uma teoria sistemática unificada os métodos heterogêneos e incompletos até então oferecidos para determinar os constituintes imediatos". Nessa mesma coletânea, transcreve-se conhecido artigo de Charles F. Hockett: "Two models of grammatical description", inicialmente publicado em *Word* 10. 210-31, 1954. Os dois modelos são os de **item e processo (IP)** e **item e arranjo (IA)**; um terceiro modelo, o tradicional, **palavra e paradigma (WP)**, que Wells diz não menosprezar, não foi apreciado por carência de tempo.

Essa recuperação da Sintaxe atingiu o seu clímax com o advento da gramática gerativo-transformacional de Noam Chomsky, cujo livro-marco, como se sabe, são as *Syntactic Structures*, de 1957. Mas não se há de esquecer Lucien Tesnière, com *Eléments de syntaxe structurale*, cuja 1ª ed. é de 1959, livro cujas potencialidades teóricas ainda não foram devidamente aproveitadas.

O momento é, pois, oportuno para umas reflexões sobre a questão sintática.

3. Partiremos da **proposição**, aqui entendida como a expressão verbalizada da mensagem.³ Croce (1926: 181) estende o sentido de "proposição" tanto a uma simples exclamação como a um longo poema. Limitaremos aqui proposição à dimensão da frase, tomada esta palavra no sentido francês, que é o nosso, e não no inglês e norte-americano.

Distinguiremos três tipos de frase: **interjeição, rese, oração**.

As interjeições são palavras ou locuções exclamativas portadoras de uma mensagem emotiva. Podem ser **interjeições puras**, isto é, expressas por vocábulos que só existem na língua como interjeições (Ai! Irra! Ui! Ufa! Oba! Olá! ...), ou **palavras interjectivas**, isto é, vocábulos ou expressões usadas com valor interjectivo (Obrigado! Viva! Diabo! Até logo! Dane-se! ...).

Rese, termo de Buysens (1943: 83) é um fragmento de oração cujo sentido se completa com a presença de um contexto de situação. Ex.: **Fogo!** A exclamação comporta um sentido quando feita perante um prédio em chamas e outro em face de um pelotão de fuzilamento.

Oração é a frase sintaticamente articulada.

As orações são as expressões mais perfeitas do que pensamos ou sentimos. Enquanto formas gerais do pensamento, a questão atraiu primeiramente a atenção dos filósofos. Assim é que coube a Protágoras (séc. V a.C.) distinguir os seguintes tipos de frases: **enunciativa, optativa, imperativa e interrogativa** (Robins, 1979: 26). Essa classificação encontrava correspondência nos modos verbais da língua grega: indicativo, optativo, imperativo.

Foi a esse significado filosófico, por assim dizer, que Coseriu denominou significado **ôntico** e destarte o explicitou:

... o valor existencial que se atribui ao estado de coisas designado em uma oração (o significado ôntico só se dá no plano da oração); por exemplo: "afirmativo", "negativo", "interrogativo", "imperativo", etc.). (1978: 137)

Propomos a seguinte classificação de orações quanto ao sentido ôntico: **declarativas, jussivas (imperativas e optativas) e interrogativas**.

As orações declarativas podem ser **afirmativas** (A criança dorme) ou **negativas** (A criança não dorme) e também **exclamativas** (O prisioneiro fugiu!).

As orações jussivas são sempre exclamativas (Rendam-se! Deus o favoreça!) e podem ser afirmativas, como nos exemplos dados, ou negativas (Não atire! Que a terra não te seja leve!).

As orações interrogativas (referimo-nos às chamadas "diretas") se caracterizam por um tipo especial de entoação, que na escrita é marcado por um sinal adequado. Podem ser simultaneamente interrogativas e exclamativas: "Toda a família morta?!".

Aqui iremos ocupar-nos somente com a oração declarativa independente, não exclamativa, nem interrogativa.⁴

4. Tomando como base uma oração independente declarativa, distinguiremos, em sua análise, três níveis: o **lógico**, o **lógico-sintático** e o **sintático**. São três níveis sintáticos *lato sensu*; sintáticos, porque dizem respeito à relação que contraem as unidades lingüísticas na frase, com o objetivo de torná-la uma construção semântica; mas, quanto ao valor da dependência para com a natureza da língua é que se apresentam os três níveis supracitados, em patamares descendentes.

As funções sintáticas que se estabelecem ao nível lógico são supralingüísticas, no sentido de que decorrem não de estruturas lingüísticas, mas da própria estrutura mental do ser humano: não podemos afirmar alguma coisa a não ser a respeito de outra. Decompomos sempre a realidade no seu aspecto **dinâmico** (processo) e **estático** (suporte). Aristóteles já distinguia entre **rhéma** (predicado) e **hypokeímenos**, (suporte, sujeito). Os escolásticos preferiram falar em **appositum** e **suppositum**. Segundo Donzé (1971: 219, n. 76), Boécio, no séc. V, distinguia entre **praedicatum** e **subjectum**. Na *Grammaire* de Port-Royal fala-se correntemente de **atributo** (outra expressão muito usada em vez de predicado) e **sujeito**.

Note-se que a moderna gramática transformacional partiu sempre da oração bimembre. Na *Syntaxe* francesa de Dubois e Dubois-Charlier, diz-se que isto é um **postulado**:

Um segundo postulado define a constituição do núcleo.⁵ Este é formado de duas partes que se chamam os **constituintes do núcleo**, o **sintagma nominal**, cuja abreviatura é SN e o **sintagma verbal**, cuja abreviatura é SV. Dir-se-á que P é formado de SN + SV. (1970: 18)

No fundo, trata-se da oposição gramatical básica entre o **nome** e o **verbo**; à qual se podem acrescentar os elementos que as relacionam interna ou externamente. Não se achava, pois, longe da verdade Henri Delacroix ao escrever:

O que vem a dizer em suma que a linguagem exprime a substância, a ação e a relação. (1930: 226)

Sujeito e predicado são, portanto, dois termos universais que, de uma forma ou de outra, devem existir em todas as línguas. São, por isso, os termos **essenciais** da oração. Logicamente não podem faltar (na estrutura de superfície ou na profunda). Não há, pois, primazia de um sobre o outro. São termos **interdependentes**.

Todavia há lingüistas e gramáticos que, na construção da frase, ora partem de um termo ora de outro.

Entre nós, o Prof. Mattoso Câmara Jr., p. ex., faz o predicado depender do sujeito. Em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, assim define o sujeito:

Termo da oração que, como determinado desse sintagma, se articula com o predicado como determinante. É assim o tema da comunicação que se

faz no predicado, ou seja, o ponto de partida da enunciação linguística constituída pela oração. (1974: 365, s/v **Sujeito**)

O sujeito como determinado (e o determinante obviamente pressupõe o determinado) pode ser justificado sintaticamente por ser o verbo que concorda com o sujeito. Contudo haverá réplica sintática, uma vez que é a oração subjetiva que recebe a classificação de "subordinada".

Para ilustrar a posição dos mestres que dão preeminência ao predicado, podemos recorrer a Lucien Tesnière, que em seus *Éléments de Syntaxe Structurale* ensina:

Já vimos que o verbo está no centro do nó verbal e, por conseguinte, da frase verbal. Ele é, pois, o **regente** de toda a frase verbal. (1966: 103, §9)

As integrações do verbo são, para Tesnière, os **actantes** e os **circunstantes**. Actantes e os circunstantes são os subordinados imediatos do verbo (§13).

Para corroborar sua tese, alega Tesnière que

... todos os argumentos que podem ser invocados contra a concepção de nó verbal e em favor da oposição entre o sujeito e o predicado decorrem da **Lógica Formal a priori**, que nada tem a ver em Linguística. (*ibidem*: 104, §5)

A afirmação é, sem dúvida, excessiva. Mormente se substituirmos **Linguística** simplesmente por **linguagem**. No que diz respeito, p. ex., com a **oração**, não podemos esquecer que esta é uma projeção da **proposição** (lógica) no campo da manifestação verbal. Não há como evitar na estrutura básica da oração a oposição sujeito/predicado, de origem lógica, sem dúvida. Destarte o que nos resta fazer é aceitá-la como tal e daí partir para o estudo das demais relações sintáticas.

5. Temos, pois, que os constituintes necessários e suficientes para que se defina uma oração manifestam-se como sujeito e predicado; os demais termos são **expansões** desses dois. Então descemos agora para o nível lógico-sintático, cujos termos dependem parcialmente das estruturas sintáticas próprias de cada língua.

Por **expansão**, entenderemos, segundo Martinet, "todo elemento acrescido a um enunciado que não modifica as relações mútuas nem a função dos elementos preexistentes" (1967: 128).

A idéia já ocorrera a Rulon S. Wells, em artigo republicado em *Readings in Linguistics I*. Comparando duas orações: **The king of England opened Parliament** e **John worked**, diz R. S. Wells que a primeira é expansão da segunda:

Assim, em nosso exemplo, é válido ver **The king of England opened Parliament** como uma expansão de **John worked**, porque **the king of**

England é uma expansão de **John** e **opened Parliament** é uma expansão de **worked**. (1966: 187)

Martinet distingue entre **expansão por coordenação** e **expansão por subordinação** e exemplifica, respectivamente, com os seguintes exemplos: "Il vend et achète des meubles" e "Les chiens mangent la soupe" (**la soupe** é expansão por subordinação do núcleo predicativo **mangent**). Aceitamos apenas a "expansão por subordinação"; a expansão por coordenação sugerida não passa de um acréscimo a um todo sintático de outro todo sintático, ao passo que o termo expandido é um todo sintático que se amplia por meio de termos especificadores.

Com a distinção entre "expansão por coordenação" e "expansão por subordinação" não se deve confundir a diferenciação de Bloomfield entre **construção endocêntrica** e **c. exocêntrica**, que aceitamos.

Na c. endocêntrica a expansão pertence à mesma natureza gramatical do termo expandido. Assim, se, na oração **A casa ruiu**, expandirmos o termo **casa** e tivermos o termo expandido **A velha casa**, a natureza gramatical de expansão e termo expandido é a mesma: substantivo. Diremos então que, em ambos os casos, estamos ante um **sintagma nominal**.

Na c. exocêntrica, a expansão é de natureza gramatical diversa da natureza gramatical de seus elementos componentes. Assim o sintagma "com a faca" é de natureza adverbial, ao passo que os elementos que o compõem ou são de natureza preposicional (com) ou de natureza nominal (faca). Para nós, tanto a c. endocêntrica, quanto a exocêntrica são de caráter subordinativo.

As funções sintáticas que se exercem ao nível lógico-sintático são as de **modificadores** e **complementos**. As funções se realizam na oração através de **sintagmas**.

Convém recordar que os gramáticos modistas (v.g. Tomás de Erfurt) distinguiam dois tipos básicos de relações intervocabulares: **dependentia** e **determinatio**. Assim em **Socrates albus** há **determinatio**, mas em **lego librum** há **dependentia**.⁶

Os modificadores são tradicionalmente conhecidos em Sintaxe como adjuntos. Podem modificar um verbo (adjuntos adverbiais) ou um nome (adjuntos adnominais). Os complementos são sempre internamente complementos verbais; a transitividade é traço sintático específico do verbo. Os chamados complementos nominais não passam de transformações dos compl. verbais (nominalização). São os complementos verbais classificados tradicionalmente como **objeto direto**, **objeto indireto** e **compl. de causa eficiente** (agente da passiva).

Os sintagmas, que manifestam as funções sintáticas, são de dois tipos, conforme a natureza do seu núcleo: **sintagmas verbais** e **sintagmas nominais**. Estes se subdividem em sint. nominais **substantivos**, **adjetivos** e **adverbiais**, constituídos vocabularmente por um substantivo (**A rosa** desabrochou), por um adjetivo (**A rosa vermelha** desabrochou) ou um advérbio (**A rosa vermelha** desabrochou **ontem**).

Os sintagmas adjetivos e adverbiais podem ser transformações de sintagmas substantivos, o que demonstra o seu caráter originariamente nominal. O instrumento

para essa transformação é a preposição. Ex. mancha **de** óleo (= oleosa), sintagma nominal adjetivo; agiu **de propósito** (= propositadamente), sintagma nominal adverbial.

Note-se que nem sempre a preposição modifica a natureza substantiva do núcleo; isto acontece quando o sintagma funciona como complemento e não como adjunto. Ex.: "Não recorro a **empréstimos**". Nesse caso, o sintagma que funciona como objeto indireto continua de natureza substantiva; isto é, a preposição **a** não alterou a natureza substantiva do núcleo **empréstimo**. Convém, portanto, distinguir sintaticamente dois tipos de preposições: **relatores** e **translatores**. Os relatores não alteram a natureza gramatical do sintagma, ao contrário dos translatores.⁷ Cumpre ainda acrescentar que as chamadas "questões de regência verbal" dizem respeito somente às preposições enquanto "relatores". A preposição enquanto relator pertence para o verbo: **assistir a**, **depende de**, **concorrer com** etc., ao passo que a preposição enquanto translator pertence para o complemento: **ir de carro**, **ir com o colega**, **ir por S. Paulo**, **ir para a praia**, **ir a Petrópolis**. Observe-se ainda que as construções em que não há transformações são **endocêntricas**; aquelas em que as há são **exocêntricas**.

6. Devemos agora passar ao terceiro e último nível, o estritamente sintático. Preliminarmente, porém, algumas considerações de ordem teórica. E tomaremos como base as seguintes reflexões do conhecido linguista russo S. K. Šaumjan, extraídas do artigo "La cybernétique et la langue", vindo a lume em *Problèmes du langage*:

Existe igualmente uma outra dificuldade na gramática de transformação. As regras de transformação dessa gramática se constroem de tal maneira que os dois principais graus de abstração na língua se confundem: o das relações sintáticas interiores e o dos recursos lingüísticos que servem para exprimir essas relações. Utilizando a terminologia de Ferdinand de Saussure, pode-se afirmar que dois planos totalmente diferentes se mesclam na gramática de transformação: o da **langue** e o da **parole**. Tomemos um exemplo concreto. Numa proposição, a relação entre o sujeito e o objeto pertence para as relações sintáticas interiores. Em certas línguas como o francês ou o inglês, o procedimento lingüístico que exprime essa relação é a ordem das palavras; em outras línguas como o russo é a flexão dos diferentes casos. A ordem das palavras como a flexão dos casos não pertencem propriamente às relações sintáticas interiores da língua, servem somente de meios lingüísticos para exprimir essas relações. (1966: 145-6)

Foi essa constatação que levou Šaumjan a propor um novo modelo de gramática transformacional, por ele denominado "modelo gerativo de aplicação".

Šaumjan foi buscar à Biologia os termos de **genótipo** e **fenótipo**, "onde o aspecto exterior do indivíduo em relação a certos sinais é um fenótipo e onde o genótipo é a constituição genética do organismo (*ibidem*: 146). Então explicita:

Os genótipos lingüísticos são objetos sintáticos independentes dos meios lingüísticos que servem para exprimi-los. Os fenótipos lingüísticos são formas exteriores de que se revestem os genótipos.

Daf o seu propósito de desatar a contradição interna que vicia o sistema de Chomsky:

A gramática transformacional é uma daquelas idéias poderosas que representam um papel decisivo no desenvolvimento da ciência. A sugestão e o desenvolvimento pormenorizado da gramática transformacional é a grande contribuição de Chomsky para a Lingüística. Deve-se todavia notar que, desde que, como já foi dito, a estrutura de uma série (string) devia ser considerada um fenótipo lingüístico, a seguinte dificuldade logo aparece no modelo transformacional: de um lado esse modelo foi construído como um modelo explanatório, i. é, destinado a investigar as relações profundas da linguagem, e, de outro lado, esse modelo opera com séries, o que leva a que fatos do nível de abstração do fenótipo sejam misturados com fatos do nível do genótipo. (1971: 143)

Essa distinção de Šaumjan parece-nos bastante pertinente. Por isso a adotamos e fazemos coincidir o nível de abstração do fenótipo com o nosso terceiro nível, o estritamente sintático.

Distinguimos entre **estruturacão** e **estrutura**. A estruturacão se faz nos níveis lógico e lógico-sintático. Temos aqui as relações internas de Šaumjan. O espaço mental, por assim dizer, é multidimensional. Mas, quando ele se realiza na frase oral, tem de obedecer à contingência do princípio da "linearidade do significante", ou antes, da "linearidade da forma fônica do significante". Então, para que as relações internas fiquem marcadas exteriormente, a língua se vale de recursos formais (e aqui "forma" obviamente não está tomada em sentido filosófico). São as relações externas que constituem propriamente a **estrutura** da língua.

O aspecto, fundamental, da elaboração interna dos procedimentos lingüísticos tem sido, em geral, descuidado pelos mestres da ciência da linguagem, talvez manietados pelos preconceitos positivistas ou ametafísicos dominantes na passada centúria. Chomsky pretendeu exorcizá-los e arvorou a bandeira do neomentalismo. Infelizmente não foi discípulo fiel de Humboldt e acabou por fazer da criatividade mera produtividade. Por isso devemos saudar com espírito de renovadora alegria a posição do Prof. Herculano de Carvalho, que, em sua *Teoria da Linguagem I*, acrescentou às mais difundidas **funções externas** da linguagem uma outra da maior importância, que chamou **função interna**. Para conhecermos melhor o seu pensamento, extrairemos do citado volume algumas linhas esclarecedoras:

Ao aprender palavras, expressões, formas gramaticais, a criança aprende a conhecer as realidades mesmas que essas palavras, expressões e formas gramaticais significam, e, nesta aprendizagem, o mundo desordenado e confuso das sensações, das percepções puramente sensíveis, adquire uma

ordem: é que as formas lingüísticas que aprende a identificar e a reproduzir, – as palavras e frases com as suas estruturas de relações, as categorias gramaticais –, não constituem, na sua totalidade, apenas um instrumento para a exteriorização, mas representam, antes disso, como que um esquema de compreensão da realidade, que permite apreendê-la, e aprendê-la ordenadamente, porque sujeitando-a a uma análise. (1967: 31-2)

E, na p. 34, reafirma esta sua posição:

Esta função interna, que consiste no conhecimento, deve considerar-se a função primária da linguagem, quer do ponto de vista do indivíduo falante, quer sob a perspectiva da própria comunidade.

Tal elaboração interna dos esquemas frasais se dá nos níveis lógico e lógico-sintático. E a sua projeção na forma fônica do significante ocorre através de recursos formais denominados "morfemas". O terceiro nível será, portanto, propriamente **morfossintático**.

7. Se fizermos abstração das qualidades prosódicas, poderemos distinguir os seguintes tipos de morfemas: de posição, segmentais (flexões, afixos), vocabulares.

Há morfemas que ocorrem em proporção inversa: assim os morfemas de posição e vocabulares variam na razão inversa dos morfemas flexionais. Esse fato levou até à distinção entre **línguas analíticas** (que desenvolveram morfemas vocabulares e de posição) e **línguas sintéticas** (ricas em flexão). Em latim, p. ex., língua sintética, a ordem das palavras é livre, mas não é indiferente, para falar com Marouzeau. Já as línguas românicas, porque perderam as flexões casuais e parte das verbais, tiveram de recorrer com maior freqüência aos morfemas vocabulares (preposições) e aos de posição. Contudo, como herança da sintaxe latina, subsistem em certos casos excessos de marcação morfemática, conhecidos por **redundâncias**. É o caso de frases portuguesas como esta: **Os meninos correm**. Para indicar a pluralidade do nome, por um princípio bastante conhecido, o da **economia**, seria suficiente marcá-la no determinante ou no determinado; em ptg. marcamo-la nos dois. Mais ainda: a pluralidade, uma terceira vez, reproduz-se no verbo. Confronte-se agora essa frase com a sua correspondente inglesa: **The boys run**. Marcou-se a pluralidade apenas uma vez no SN. É esse mesmo princípio da economia que explica a ocorrência na fala popular brasileira de frases como: **Os menino saiu**. Marca-se a pluralidade apenas uma vez; mas, ao contrário do inglês, é o artigo e não o nome que leva a marca. O que não impede que, em português, a frase correta seja **Os meninos saíam**. Daí que, numa gramática normativa (i.é, dotada do maior grau de gramaticalidade), a explicação (em sentido chomskyano) não se possa limitar a uma perspectiva sincrônica.

O terceiro nível é, pois, o da Morfossintaxe, porque é aqui que os procedimentos sintáticos se realizam através de morfemas. Acrescentemos que os morfemas de posição

geram a sintaxe de colocação; os de flexão, a de concordância, e os vocabulares, a de regência. Vejamos um exemplo em português, tomando como referência o procedimento para a marcação do sujeito: **Pedro beijou Maria** (s. de colocação), **A Maria beijou Pedro** (s. de regência)⁸, **As meninas Pedro beijou** (s. de concordância).

O que ficou dito pode ser resumido no esquema abaixo:

	Níveis	Relações	Funções
Sintaxe (lato sensu)	lógico	lógica	sujeito predicado
	lógico - - sintático	sintáticas (internas)	modificadores complementos
	sintático (stricto sensu)	sintagmáticas (externas)	morfossintáticas posição concordância regência

NOTAS

1. Até o séc. X. O séc. XI é de transição. A segunda Idade Média, ou simplesmente **Idade Média**, começa no séc. XII com a criação das Universidades.
2. Trata-se de Tomás de Erfurt, gramático modista do séc. XIV.
3. Em seu *El concepto de la oración en la Lingüística Española*, 1979, o Prof. Juan M. Lope Blanch estuda os diferentes sentidos que têm sido dados a termos como **oração, proposição, frase, sentença, cláusula**.
4. A Gramática Transformacional, nos primeiros momentos de sua prolongada gestação (Chomsky, *Syntactic Structures*, 1957; *A Transformational Approach to Syntax*, 1962), falava em **kernel sentences**, frase ou oração nuclear, "une phrase qui est engendrée en n'appliquant à une suite S-terminale que les transformations obligatoires". ERuwet assim caracteriza a **kernel sentence**: "En pratique, les phrases nucléaires, dans une langue comme le français ou l'anglais [e também "como o português", poderemos acrescentar], sont des phrases actives, déclaratives simples;

les phrases dérivées comprennent les phrases passives, les interrogatives, les phrases complexes, etc." (1968: 194)

5. O núcleo é a frase despida da forma de sua enunciação (afirmação, interrogação, volição).
6. V. Bursill-Hall, 1972: 105 e segs.
7. Termo inspirado em Tesnière, desnecessário dizê-lo.
8. Marcou-se "negativamente" o sujeito; é o termo que **não** está regido de preposição.

OBS: As traduções de texto estrangeiro são da responsabilidade do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARSLEFF, Hans. *From Locke to Saussure*. Londres, Athlone, 1982.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Nova Iorque, Henry Holt and Company, 1933.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*. Lisboa, Edição da "Revista de Portugal", 1946.
- BORBA, Francisco da Silva. *Teoria Sintática*. São Paulo, EDUSP, 1979.
- BURSILL-Hall, G. L. *Grammatica Speculativa of Thomas of Erfurt*. Londres, Longman, 1972.
- BUYSENS, Eric. *Les langages et le discours*. Bruxelas, Office de Publicité, 1943.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 6ª ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro, J. Ozon, 1974.
- CARVALHO, José G. Herculano de. *Teoria da Linguagem*, tomo I. Coimbra, Atlântida, 1967.
- CHEVALIER, Jean-Claude. *Histoire de la Syntaxe*. Genebra, Droz, 1968.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. Haia, Mouton, 1965 (a 1ª ed. é de 1957).
- COLLART, Jean. *Varron, grammairien latin*. Paris, Les Belles Lettres, 1954.
- COSERIU, Eugenio. *Gramática, Semántica, Universales*. Madrid, Gredos, 1978.
- CROCE, Benedetto. *Estética como ciencia de la expresión y lingüística general*. 2ª ed. espanhola. Madrid, Francisco Beltrán, 1926.
- DELACROIX, Henri. *Le langage et la pensée*. Paris, Félix Alcan, 1930.
- DONZÉ, Roland. *La Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*. 2ª ed. mise à jour. Berna, Editions Francke Berne, 1971.
- DUBOIS, Jean et DUBOIS-CHARLIER, Françoise. *Éléments de linguistique française: syntaxe*. Paris, Larousse, 1970.
- HOCKETT, Charles F. Two models of grammatical description. *Readings in linguistics I*. 4ª ed. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1966, pp. 386-392. Republicação de art. de *Word* 10, 1954.
- HOLTZ, Louis. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Etude et édition critique. Paris, Editions du CNRS, 1981.
- LOPE-BLANCH, Juan M. *El concepto de la oración en la lingüística española*. México, Universidad Nacional Autónoma, 1979.
- MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris, Armand Colin, 1967.

- ROBINS, R. H. *Ancient & Mediaeval Grammatical Theory in Europe*. Londres, G. Bell & Sons, 1951.
- _____. *A Short History of Linguistics*. 2ª ed. Londres e Nova Iorque, Longman, 1979.
- RUWET, Nicolas. *Introduction à la grammaire générative*, 2ª ed. corrigida e aumentada. Paris, Plon, 1968.
- ŠAUMJAN, Sebastian K. La cybernétique et la langue. *Problèmes du langage*. Paris, Gallimard, 1966, pp. 137-152.
- _____. *Principles of Structural Linguistics*, Haia, Mouton, 1971 (trad. de orig. russo).
- TESNIÈRE, Lucien. *Eléments de syntaxe structurale*. 2ª ed. revista e corrigida. Paris, Klincksieck, 1966.
- WELLS, Rulon S. Immediate constituents. *Readings in linguistics I*. 4ª ed. Chicago and London. The University of Chicago Press, 1966, pp. 186-207. Republicação de artigo de *Language* 23.81-117, 1947.

A LINGÜÍSTICA E O PROFESSOR DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA

Francisco Gomes de Matos
UFPE

Introdução

Lingüística: um macrodomínio

Quão abrangente ou ramificada é a ciência da linguagem? Podemos ter uma idéia do alcance e das subdivisões da lingüística, se examinarmos a síntese feita pelo lingüista e enciclopedista britânico David Crystal em sua *The Cambridge Encyclopedia of Language* (Cambridge University Press, 1987; p. 412). Segundo esse autor, os linguistas atuam em pelo menos 15 campos interdisciplinares: Lingüística antropológica, Lingüística aplicada, Biolingüística, Lingüística clínica, Lingüística computacional, Lingüística educacional, Etnolingüística, Geolingüística, Lingüística matemática, Neurolingüística, Lingüística filosófica, Psicolingüística, Sociolingüística, Lingüística estatística e Teolingüística. Examine-se o plano da *Internacional Encyclopedia of Linguistics* (organizada pelo lingüista antropólogo americano William Bright e publicada pela Oxford University Press, New York; 4 volumes, 1991) e verificar-se-à que, além das áreas mencionadas por Crystal, podemos incluir Literatura e Lingüística, Terminologia, Discurso e Texto.

Professores de português como língua materna que tenham recebido uma adequada formação lingüística certamente haverão estudado Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica e História da **Língua Portuguesa**. Dentre as áreas interdisciplinares que oferecem subsídios teóricos aplicáveis ao ensino-aprendizagem de português, destacaríamos – com base em nossa experiência na UFPE e PUC-SP – a Lingüística aplicada, a Sociolingüística e a Pragmática.

Por centrar-se na identificação e caracterização precisa de problemas comunicacionais entre pessoas, grupos, comunidades, a Lingüística aplicada contribui ao desenvolvimento de um **senso de relevância** entre os que possuem a prioritária missão de ajudar usuários de português como língua materna a aprimorarem sua capacidade de comunicação. O lingüista aplicado contemporâneo, imbuído de valores culturais, ecológicos, educacionais, espirituais, estéticos, éticos, lingüísticos, políticos, psicológicos e sociais, oferece a professores uma perspectiva segundo a qual **ensinar-aprender bem é ensinar-aprender para o bem** da pessoa, do grupo, da comunidade.

A Sociolingüística aplicada ao ensino de português, por outro lado, sensibiliza os professores a respeito dessa propriedade saliente das línguas naturais: a variação (sociocultural, social e geográfica). Adquirir e cultivar atitudes objetivas, realistas, sensatas a respeito de variantes (fonéticas, gráficas, lexicais, sintáticas) é um dos direitos

sociolingüísticos a serem assegurados aos alunos; tal comportamento corresponderia a um dos deveres **sociolingüísticos** do professor. Outra possibilidade de uso aplicativo da lingüística é através da **Pragmática**, entendida como o estudo das relações entre significados e contextos situacionais, i.e., a influência do contexto na escolha, pelo falante ou escritor, de mensagens lingüísticas significativas e nas interpretações desses significados pelo ouvinte ou leitor.

De princípios científicos a princípios pedagógicos

Fôssemos enumerar alguns dos princípios da lingüística, (cf. a lista proposta em nosso artigo "Influência da lingüística em livros de português", em *Lingüística e Ensino do Vernáculo*, organizado por Lúcia Lobato; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 53-54, abril-setembro de 1978), selecionaremos: A sistematicidade; a natureza cognitiva, humana e sociocultural das línguas.

Cada um desses princípios pode ser traduzido em reflexões e ações pedagógicas. Assim, teríamos:

Princípio lingüístico	Princípio pedagógico e pergunta-chave
1 – Sistematicidade da linguagem	1 – Apresentação organizada, interativa de partes do sistema fonológico, morfológico, sintático, semântico da língua portuguesa. Como descrever e explicar a organização e usos de elementos de cada sistema ou da interação de sistemas?
2 – Natureza cognitiva da linguagem	2 – Abordagem da linguagem como uma faculdade mental ou um sistema de base cognitiva. Como ajudar o educando a resolver seus próprios problemas de expressão e comunicação, i.e., a ser um decisor lingüístico confiante e esclarecido?
3 – Variação lingüística	3 – Seleção de variantes mais adequadas às intenções e às expectativas, respectivamente de falante-escritor e ouvinte-leitor. Que estratégias adotar para sensibilizar alunos-usuários de português a respeito da adequação comunicativa de seus textos falados e escritos?
4 – Natureza humana da linguagem	4 – Humanização dos usos lingüísticos e da compreensão desses usos. Como preparar-se e preparar seus alunos para usarem a língua portuguesa como instrumento promotor da paz comunicacional ; i.e., ser capaz de humanizar sua competência comunicativa ?

Conceitos-chave de lingüística: o que enfatizar?

Dentre os conceitos-chave da lingüística contemporânea que podem ser explorados produtiva, eficazmente por professores de português, destacaríamos: atos de fala, direitos lingüísticos (de aprendizes de português – da alfabetização à educação universitária), fonema (e alofonia), hiponímia (como base para taxionomias), morfema (e alomorfia), paráfrase (sintático-semântica), polissemia, cooperação comunicativa (princípio formulado pelo filósofo H. Paul Grice), mudança (fonética, morfológica, sintática). Onde encontrar esses e outros conceitos fundamentais com que trabalham os lingüistas?

Em dicionários (lembre-se a obra pioneira do Saudoso Joaquim Mattoso Camara Jr. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Tem o subtítulo **Referente à Língua Portuguesa**. Publicado pela Editora Vozes, continua a prestar um grande serviço a professores de português) e obras introdutórias.

Um exemplo recente de bem organizada, elucidativa iniciação à ciência da linguagem: *Introducción a la Lingüística Española*, do brasileiro (radicado nos EEUU) Milton M. Azevedo. Edição de Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jerser, 1992).

Lingüistas brasileiros e a formação de professores de português

Através de uma lista de 10 livros – brevemente comentados – exemplificaremos como os lingüistas brasileiros têm contribuído para a formação de professores de português. Cumpre esclarecer que todos os títulos escolhidos foram objeto de resenha pelo autor deste artigo, na *Revista de Cultura Vozes*, identificada abreviadamente RCV nas referências bibliográficas. A seleção é, pois, centrada em recensões publicadas de 1983 a 1990.

A idéia de analisar e explicar como as obras de lingüistas brasileiros e portugueses têm sido úteis na preparação de professores de português como língua materna poderia transformar-se em uma pesquisa para pós-graduandos em Lingüística aplicada ao Ensino de Português. Que este texto possa despertar o interesse de estudiosos – historiadores críticos – dessa interação entre Lingüística e Ensino de Língua Portuguesa.

1º exemplo: *Introdução à Estilística*. Nilce Sant' Anna Martins. São Paulo: T.A. Queiroz e EDUSP, 1989. Uma contribuição sistemática à apreciação e valorização das ações lingüísticas de poetas e prosadores portugueses e brasileiros. RCV, setembro-outubro, 1989, p. 625.

2º exemplo: *Língua e Liberdade: Por uma nova concepção da língua materna*: Celso Pedro Luft. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985.

Destaque-se a atitude positiva do autor, ao reconhecer que "bem ensinada e orientada para aspectos práticos da linguagem, a Lingüística (mais aplicada que teórica)

seria da maior utilidade para uma revisão nos métodos de ensino da língua materna" (p. 77) RCV, agosto, 1985, p. 475.

3º exemplo: *Lingüística Aplicada ao Português: Morfologia*. Maria Cecília P. de Sousa e Silva e Ingedore V. Koch. São Paulo, Cortez, 1983. Louve-se o empenho das autoras em tomar a obra clássica de J. Mattoso Camara Jr. *A Estrutura da Língua Portuguesa* (Vozes, 1975), como fonte principal para este estudo descritivo e não tanto **aplicativo**, como o título poderia sugerir. Por isso, em uma próxima edição seria adequado incluir-se exercícios para alunos dos três graus. RCV, março, 1984, p. 157.

4º exemplo: *Empréstimos lingüísticos*. Nelly Carvalho. São Paulo, Ática, 1989. Uma bem redigida e documentada iniciação a um dos importantes processos de designação: **o empréstimo**. Revela como a língua portuguesa é, ao mesmo tempo, autóctone e poliglota. RCV, julho-agosto, 1990, p. 496.

5º exemplo: *O Português Popular Escrito*, Edith Pimentel Pinto. São Paulo, Editora Contexto, 1990.

Este livro pode ajudar a repensar o conhecimento e o ensino da língua portuguesa no Brasil, através de uma exemplificação textual autêntica que evidencia a importância expressivo-comunicativa de variedades do Português escrito ainda à margem de pesquisas teóricas e aplicadas. RCV, julho-agosto, 1990, p. 497.

6º exemplo: *Análise da Conversação*. Luiz A. Marcuschi. São Paulo, Ática, 1986. Lingüistas, professores (atuais e futuros) de português e estudiosos da comunicação **falada**, muito beneficiar-se-ão com a leitura deste estudo de "um fenômeno altamente organizado", baseado em dados gravados (em grande parte, pela equipe do Projeto NURC-Recife, UFPE). RCV, março-abril, 1987, p. 246.

7º exemplo: *Comunicação não-verbal. A gestualidade brasileira*. Mônica Rector e Aluizio Ramos Trinta. Petrópolis, Vozes, 1985.

Oportuno e pioneiro manual, de orientação semiótica, sobre pesquisas centradas no comportamento gestual do brasileiro. Útil também para professores de português a falantes de outras línguas. RCV, março-abril, 1987, p. 247.

8º exemplo: *Guia Teórico do Alfabetizador*. Miriam Lemle, São Paulo, Ática, 1987.

Duas virtudes há neste livro: transparência explicativa e valorização do alfabetizando RCV, Set-out, 1987, p. 635.

9º exemplo: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Celso Cunha e Luis F. Lindley Cintra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

Este manual, dos saudosos colegas da UFRJ e Universidade de Lisboa, tem diversos méritos, dentre os quais uma razoável atenção à importância da Sociolinguística na descrição dos **usos** (atente-se que os autores optaram pelo termo Tradicional **emprego**, em vez de **uso**).

10º exemplo: *A Concepção da escrita pela criança*. Mary A. Kato (org.) Campinas, Pontes, 1988. Esta coletânea é fruto do sério interesse de linguistas brasileiros pela problemática da cognição em crianças de classe baixa e de nível sócio-econômico médio ou ligeiramente acima deste RCV, set-out, 1989, p. 628.

Direitos humanos, linguística e ensino de português

A partir de 1984, quando nossa *Proposta para uma Declaração Universal de Direitos Linguísticos* começou a ser difundida e apoiada por linguistas e outros cientistas humanos e sociais de vários países (cf. Prefácio à *The Cambridge Encyclopedia of Language*, Cambridge University Press, 1987, p. vii), patenteou-se a necessidade de repensar o planejamento linguístico educacional à luz de uma filosofia dos direitos humanos. Duas conseqüências dessa iniciativa: postulamos o conceito de **paz comunicativa**, como uma espécie de novo **universal** na educação em língua materna (cf. nosso artigo "A linguística a serviço da paz", em *Estudos Universitários de Linguística, Filologia e Literatura. Homenagem a Sílvia Elia*. Organizado por Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio, Tempo Brasileiro e Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, 1990) e preconizamos o ensino-aprendizagem de português para o bem de seus usuários (veja-se nosso *Português Positivo: comunicação construtiva em língua portuguesa*, Lisboa, Revista Internacional de Língua Portuguesa, dezembro de 1991).

Em suma, acreditamos que a Linguística, multiforme e interdisciplinar, pode contribuir positivamente ao trabalho de professores de português como língua materna, tanto na aquisição e cultivo de atitudes objetivas, sensatas, esclarecidas (e bem fundamentadas em resultados de pesquisas) sobre a língua portuguesa, suas variedades e os usuários destas, como no desenvolvimento de estratégias promotoras de uma comunicação verdadeiramente humanizadora, centrada em valores que dignifiquem o desempenho, pelo usuário, de múltiplos papéis, através das mais variadas práticas sociolinguísticas em contextos e domínios de uso do português. Usar bem a Linguística é usá-la para o bem. Relacioná-la com o ensino de português é, antes de tudo, pôr uma ciência a serviço de usuários de uma língua que caracteriza a identidade cultural de uma vasta comunidade falante no Brasil, em Portugal, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

Que cientistas e educadores, irmanados em sua missão linguística positiva, humanizadora, continuem a criar condições úteis e agradáveis para os aprendizes de nossa querida mas ainda tão pouco internacionalizada língua portuguesa. Trabalhos importantes sobre a interação da linguística com o ensino de português certamente continuarão a ser elaborados pelas novas gerações de linguistas educacionais, inspirados em exemplos, testemunhos de que linguistas e professores só terão muito a lucrar, aprendendo uns com os outros. Essa lição de reciprocidade é transmitida, por exemplo,

na publicação *Cadernos de Letras*, nº 2, do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ). Intitulada **A Lingüística e o Ensino de Português**, a coletânea de estudos do pioneiro Carlos Eduardo Falcão Uchôa oferece uma perspectiva equilibrada dos aportes da ciência da linguagem ao exercício responsável, sistemático, motivador da docência em língua portuguesa no contexto educacional brasileiro.

Aplicar bem a lingüística ao ensino de português é aplicá-la **para o bem** dos educandos como pessoas e como cidadãos. Na medida em que o trabalho dos lingüistas contribua à consecução desse objetivo humanístico maior, estará a ciência da linguagem prestando um serviço relevante. Por outro lado, na medida em que professores de português ponham sua experiência, os resultados de suas observações sistemáticas da interação em sala-de-aula, a serviço de pesquisadores da Lingüística, aprimorar-se-á a percepção dos cientistas quanto aos direitos, às necessidades, aos interesses dos que aprendem português como língua materna.

Finalmente, cabe-nos lembrar que o conhecimento sobre a linguagem e a língua portuguesa que hoje é processado, integrado, criado pelas mentes dos professores de português é fruto de uma significativa tradição, manifestada bibliograficamente pelos escritos de pioneiros como José Gonçalo Herculano de Carvalho, em Portugal, e Joaquim Mattoso Camara Jr, no Brasil. Sem as reflexões emanadas das obras desses lingüistas, a quem conheci e dos quais muito aprendi, não teríamos uma Lingüística tão institucionalizada como atualmente, através de Associações nacionais, no caso brasileiro, singularmente de uma Associação Brasileira de Lingüística (fundada em 1969) e de uma Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (fundada em 1990).

A LÍNGUA DAS "SEXTILHAS DE FREI ANTÃO"

Gladstone Chaves de Melo
UFF

As "Sextilhas de Frei Antão" figuram nos *Segundos Cantos* do poeta Gonçalves Dias (1823-1864). Constituem uma série de poemas autônomos (em relação à primeira parte do livro), encadeados pelo assunto e pelo "estilo". São cinco os poemas, que totalizam 2430 versos heptassílabos, com acentuação interna vária: "Loa da Princesa Sancta", "Gulnare e Mustaphá", "Lenda de Sam Gonçalo", "Soláo do Senhor Rey Dom João", "Soláo de Gonçalo Hermíguez".

Não vale a pena recordar aqui a informação do grande amigo e biógrafo do poeta, Antônio Henriques Leal, de que as "Sextilhas" foram escritas em quinze dias de janeiro de 47, para contestar e esmagar os censores do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, que teriam visto no drama *Beatriz Cenci* "mil defeitos de gramática e galicismos imperdoáveis". Realmente, como mostrou Lúcia Miguel Pereira, não foi por mal escrita mas por imoral que se recusou a peça. Além disso, o poeta, em cartas a Teófilo Leal, deixa ver que está ocupado com a redação das "Sextilhas" pelo menos de janeiro a agosto de 1847.

Se não adianta muito recordar a lenda e desfazê-la, é sem dúvida muito útil trazer para aqui a "interpretação autêntica", isto é, ouvir o que das "Sextilhas de Frei Antão" diz Gonçalves Dias:

"A segunda parte é um ensaio filológico, – são sextilhas, em que adotei por meus a frase e o pensamento antigo, procurando tornar o estilo liso e fácil que não desagradasse aos ouvidos de hoje, e dar ao pensamento a cor forte e carregada daqueles tempos, em que a fé e a valentia eram as duas virtudes cardeais, ou antes as únicas virtudes. Coloquei-me no meio daquelas épocas de crenças rígidas e profundas – talvez de fanatismo – e esforcei-me por simplificar o meu pensamento, por sentir como sentiam os homens de então, e por exprimi-los na linguagem que melhor os pode traduzir – a dos Trovadores – linguagem simples mas severa, – rimada mas fácil, – harmoniosa e valente sem ser campanuda, nem guindada. Variei o ritmo das sextilhas para que não cansasse; quis ver enfim que robustez e concisão havia nessa linguagem semi-culta, que por vezes nos parece dura e mal soante, e estreitar ainda mais, se for possível, as duas literaturas – Brasileira e Portuguesa – que hão de ser duas, mas semelhantes e parecidas, como irmãs que descendem de um mesmo tronco e que trajam os mesmos vestidos, – embora os trajem por diversa maneira, com diverso gosto, com outro porte, e graça diferente."

(Do "Prólogo" dos *Segundos Cantos*)

Será, pois, a língua arcaica e da feição primeira, a das cantigas, inexplicavelmente conhecidas pelo poeta?¹ Talvez não o seja, apesar de tão enfática declaração. Porque outra coisa, mui diversa, diz o autor, em longa nota explicativa da "Loa da Princeza Sancta": "Figuro terem sido compostos estes cantos na primeira metade do século XVII: por isso aludo freqüentemente ao domínio dos Filipes em Portugal. (...) Escusado é dizer que deveria ter sido Frei Antão dos mais teimosos macróbios que nunca existiram, para ser ainda em vida por aquele tempo. Não se sabe de quando foi da sua morte; mas dele diz Frei Luís de Sousa que em 1490 já era muito velho, e tinha administrado grandes cargos na Ordem de S. Domingos, a que pertenceu." (p. 390 da ed. de M. Bandeira)

Desdê logo, pois, um grande descompasso no tempo. Vamos ver o gritante anacronismo que perpassa o texto, de ponta a ponta.

E não só: Frei Antão é vidente profético, uma vez que manda o leitor contemplar o convento e palácio de Mafra (p. 374). Ora, todos sabemos que ele foi construído por D. João V, entre 1717 e 1730.

E mais prasmão dos feitos
De pedra, que Memphis tem,
Sem ter olhos pera Mafra,
Pera Batalha ou Belém!

Longe de mim querer menoscabar a Gonçalves Dias como escritor. Muito ao contrário disto, considero-o um dos mais perfeitos maneжadores da língua portuguesa, exímio versejador, grande poeta. Apenas, não se sabe bem porque, resolveu empreender um "ensaio filológico", sem ter condições para isso. Nem ele as teve, nem nenhum contemporâneo as poderia ter.

Só mais tarde é que se conheceram devidamente as antigas composições poéticas, e só muito mais tarde vieram as primeiras sistematizações dos caracteres diferenciais da língua arcaica.

O resultado foi que GD ficou a meio caminho, entre a língua arcaica e a moderna, intencionalmente a seiscentista. Mistura a fonologia, a morfologia, a sintaxe e o vocabulário, muitas vezes na mesma estância, quando não no mesmo verso.

Não sou eu o primeiro em estudar lingüisticamente as "Sextilhas de Frei Antão". Fora os admiradores néscios, que se embasbacaram ante a obra, reveladora de "profundo conhecimento de Português" – e estes não vêm ao meu caso – só tenho conhecimento de uma crítica séria, feita por Cândido Jucá (filho) e apresentada como tese ao Segundo Congresso das Academias de Letras, "A linguagem das Sextilhas de Frei Antão" (in *Anais do Segundo...*, Rio de Janeiro, 1939, p. 137-143).

Como neste meu trabalho sigo linha diversa e trato a matéria com outro método e numa visão mais global, penso que ele tem cabida, tanto mais quanto a dissertação de Jucá se tornou quase inacessível, ausente que está de quase todas as bibliotecas públicas.

Minhas citações se reportam à excelente edição crítica de Manuel Bandeira (*Obras Poéticas de A. Gonçalves Dias*. Organização, apuração do texto, cronologia e notas por... 2 tomos, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944), ainda não superada, porque a da Aguilar, bastante posterior e organizada por Antônio Houaiss, infelizmente está cheia de erros e acidentes tipográficos. Logo na segunda linha, um verso de Goethe, tomado como epígrafe, está sem o substantivo **Laub**, o que torna ininteligível a frase e quebrado o decassílabo: "Im dunkeln **Laub** die Gold-Orange glühn".

Passemos, pois, às observações e comentários que me pareceram convenientes e bastantes para fundamentar a conclusão.

1.

Comecemos por uma de caráter geral, e é que todas as vezes que usa o artigo indefinido emprega o autor a forma atual **uma**

Ora, a língua arcaica só conhece **ũa**, hiato com /u/ nasal, resultado da queda, ainda recente, do /n/ intervocálico. Só muito mais tarde é que se vai desentranhar desse /u/ nasalado a consoante bilabial homorgânica /m/, desfazedora do hiato. A escrita do tempo do suposto Frei Antão, 1640, geralmente não documenta a forma evoluída, que, no entanto, já devia ser corrente na fala de todos. Na *Vida do Arcebispo*, de Frei Luís de Sousa, 1619, se bem notei, só ocorre **ũa**, **algũa**, **nenhũa**; igualmente em *Corte na Aldeia*, de Rodrigues Lobo, do mesmo ano. No primeiro volume dos *Sermões* de Vieira, 1679, predomina absolutamente a forma antiga, mas ocorre aqui e ali a moderna, até a pequeníssima distância uma da outra:

... se contente Deus e o seu Vigário com que
vos ponhais de joelhos **numa** igreja; respondi-me
a **ũa** pergunta: (col. 1018)

No segundo volume, 1682, já é bastante freqüente **uma**, às vezes em curiosa competência:

Vamos ponderando **uma por uia** as mesmas
palavras da tentação. (p. 61)

...de **ũa** parte está a alma, da outra
o mundo; de **uma** parte está o temporal,
da outra o eterno; de **uma** parte está a
verdade, da outra a vaidade. (p. 63)

Nas *Sextilhas*, que ora seriam do século XIII, ora da primeira metade do século XVII, só se encontra **uma, alguma, nenhuma**, como se vê, para exemplificar, das páginas 438, 442, 445, 458, 460, 463, 466, 477 e **passim**.

2.

Utilização de formas sem respaldo nos velhos textos

Mais de uma vez Gonçalves Dias, talvez como "licença poética", emprega formas que não figuram nem podiam figurar em textos do século XIII e que dificilmente ocorreriam na linguagem poética seiscentista. Sirva de exemplo **discíp'lo** (p. 461), **escând'lo** (p. 392), **c'roou** (462), **c'roa** (423), **p'rigo** (459), **of'rece** (416, 431).

Estes dois últimos pedem um comentário. Sabemos que o escurecimento dos /e e/ pretônicos só se ultimou, **em Portugal**, na segunda metade do século XVIII, razão por que todas as pronúncias do Brasil mantêm a forma plena. Mas, não obstante, já encontrei, pelo menos uma vez, em autor quinhentista a forma sincopada **ofrecer**, o que poderia ser acidente tipográfico. Já não o será na dedicatória do retrato de Camões, supostamente de Goa, 1581, "**ofresido** ou rey", porque aí está desenhado à mão. Deve representar uma pronúncia. Mas de quando, uma vez que dito retrato é hoje considerado sem valor, uma das muitas fraudes em que eram férteis os antigos?

Enleiado, que aparece, por exemplo, nas ps. 384 e 428, nunca existiu na língua. **Enleio**, sim, e análogas podem figurar em textos seiscentistas, como já aparecem nos próprios quinhentistas. O desfazimento do hiato, por dupla ditongação, deve ter-se dado no fim do quatrocentos, mas a grafia é avara em documentá-lo, como adiante se verá.

Gonçalves Dias emprega as formas medievais **lo** e **no** do pronome da terceira pessoa em situações em que elas não podem ocorrer, porque não estão pospostas a consoante final assimilada. É o caso de "Quando o rei **tinha-los** juntos" (368), ou de

E mercês também fasião,
No dia do seo triunfo,
A los que justas pedião. (p. 385)

No primeiro exemplo se pode estranhar a ênclise do pronome-objeto em oração subordinada, possível mas não provável em texto do décimo terceiro ou do dezessete.

Muezzin (p. 420) não ocorreria em texto arcaico ou clássico. A palavra nos vem do francês, onde é empréstimo ao turco, que, por sua vez, o adaptou do árabe **muadhham**. Acrescentando-se aí, como é normal, o artigo, teríamos que a melhor forma portuguesa seria **almoedão**, empregada por Zurara na *Crônica da Tomada de Ceuta*, a par de **almoadão** (ou **almoádão?**), que aparece na *Crônica de D. Pedro*. **Meizim**, que denota influência de Além-Pirineus (cf. **maizin**, doc. em 1568, segundo Bloch-Wartburg), aparece como **hápax** no *Itinerário* de Frei Gaspar de S. Bernardino,

sinonimizado com "telismano", não pode justificar a preferência gonçalvina, evidente empréstimo do francês novecentista. Herculano fugiu a ele e empregou sistematicamente **almuadém**.

Não percebo onde o grande poeta foi fisgar a palavra **comemoração**:

Vivemos de lembrança
E em longas fallas fasemos
De tudo commemoração. (p. 374)

Diz ele (p. 390) que as palavras que emprega nas *Sextilhas* se acham todas no Dicionário de Morais. Em vão busquei esta lá, bem como no Aulete (que GD não conheceu), e não me lembra jamais ter dado de cara com esta variante de **comemoração**, transplante vernáculo do ciceroniano **commemoratio**.

Aliás, não é só neste caso que o Morais de 1813 não abona Gonçalves Dias: também **confessional**, por **confessionário**, prima pela ausência no famoso léxico. Nunca vi a palavra em bom autor português ou brasileiro. Conheço-a do italiano e do francês, onde, creio, nosso poeta, distraído, foi buscá-la, para escrever isto:

Té os moços que as namorão
Dirão no **confessional**,
Jurando por Deos eterno
E pola vida eternal,
Que se fallão delle e della,
É puro aleive e não al. (p. 480)

Na mesma página vem **bestunto**, que Morais registra, sim, mas como termo chulo, e que nos parece criação posterior ao século XVII. J.P. Machado aponta um exemplo de Garção, 1778.

3.

Convivência de inconvidentes

Este é um comprido parágrafo, que dividiremos em alíneas, onde arrolaremos casos de utilização, por parte de Gonçalves Dias, de formas representativas de épocas diversas e distantes uma da outra.

- a) Começaremos pela utilização de formas verbais com /d/ intervocálico, na segunda pessoa do plural, como **amades** ou **corredes**.

Todos hoje sabemos que este é um dos casos em que a evolução continuou, porque o -d- resultante de -t- veio a desaparecer, quando se manteve numa infinidade de outras palavras, como vida, miúdo, fado, lide, etc., etc.

Na língua moderna só se conservou o **-d-** nas formas correspondentes a infinitivos monossilábicos e naquelas – é óbvio – em que o /d/ vinha precedido de consoante ou de ressonância nasal, o que vem a dar no mesmo, porque na passagem da vogal nasal para a consoante dental se forma necessariamente um /n/ incoativo (digamos assim).

A seqüência **amatis > amades > amaes > amais** constitui cadeia evolutiva e, portanto, a forma posterior anula a anterior, melhor, só vinga com o desaparecimento da primeira, depois de um período mais ou menos longo de hesitação.

A propósito deste caso vale a pena observar que o castelhano dos nossos dias, sobretudo na América, está perdendo o /d/ intervocálico no final **-ado**, cada vez mais pronunciado **ao**.

Pois bem: Gonçalves Dias faz o seu frade escrever quase sempre **amais**, **correis**, **vestis**, como é normal na primeira metade do século XVII, mas por vezes lhe põe no bico da pena **havedes** (400, 423), **tenhades** (419), **ficades** (435), **havedes** (472; e linhas abaixo, na boca do mesmo falante interviniente, **conheceis**), **casade-os** (404), formas correntias no século XIII.

- b) A sintaxe dos poemas é sempre moderna, de sabor clássico, por vezes de tom popular, aliás ajudado pela constância do metro escolhido, o heptassílabo. Mas, de quando em quando, aparece um arcaísmo, como o pleonasma da negação pré-verbal: "jamais não vi" (418; coerentemente de vera ser **non**), "ninguém me não conheceu" (472), "jamais não foi esse o estilo" (476); "nada não soube dizer" (401).

- c) Alternância dos ditongos **ou** e **oi**.

Ninguém ignora que, a partir do século XVI, começam a alternar estes dois ditongos, ou, mais exatamente, surgiram formas em **oi** ao lado das etimológicas em **ou** e, muito mais raro, formas em **ou** a conviver com as antigas em **oi**, como é o caso de **Douro**, que, por fim, quase suplantou a anterior **Doiro**, normal continuadora do latim **Duriu**.

Chama a atenção que Gil Vicente ponha seus judeus a empregar sistematicamente formas em **oi**, que destoam das correntes em **ou**. Isto levou alguém a levantar a hipótese de influência de cristãos-novos e velhos na quase súbita mudança. Impossível aceitar isto, porque os judeus representavam pequeníssima parcela, estavam concentrados em determinados sítios e não tinham condição de se fazerem ouvidos e imitados. A ser autêntico o retrato que lhes faz o genial dramaturgo (e deve ser, porque ele era excelente observador de modismos), a conclusão prudente só pode ser que os semitas acolheram rápido a inovação e fizeram dela, exagerada e generalizada, um traço idiolético.

Nunca me apliquei a estudo especial do caso, mas tenho forte impressão de que os grandes autores resistiram ao sincretismo, o que me faz supor neles conotação de vulgaridade nas formas em **oi**. Por exemplo, em *Camões*, *Lusíadas*, só encontro **ouro**, **tesouro**, **cousa**, (43 vezes), **doudo**, **touro**, **dous**, **mouro** (87 vezes), **louro**, e por aí.

Certo é, pois, que não havia oscilação no século XIII e que no dezessete era ainda discreta a presença de variantes em **oi**. Não obstante, outro foi o caminho trilhado por "Frei Antão", que sobrecarregou seu texto com a novidade e até fez disso matéria de apuro estilístico, empregando ambas as formas em oposição próxima.

Aqui vão algumas anotações: **moiro** (376, 422, 427, 428, 492, 493, 496), **repoisavam** (373), **oiro** (380), **doirado** (474), **loiro** (487), **dois** (487), **coisa** (382, 404, 405, 408, 409, 423, 440, 461, 463, 479...; não anotei uma só ocorrência de **cousa**), **moirama** (427). Aparente jogo de estilo:

Devião ser finas bruxas,
 Inda que' eram bem meninas,
 Que estas **moiras** da **mourama**
 Nascem já bruxas cadimas! (p. 376)
 ...E que então a moça **moira**,
 E mais o **mouro** donzel
 Parassem no fundo inferno,
 Provassem, como eu, seo fel. (p. 428)

d) Infinitivo flexionado referido ao objeto direto

Esta construção é tardia e, ainda assim, muito rara na língua clássica. A norma é a que se desprende, por exemplo, desta seqüência vicentina (fala Maio):

e, por me desfadar,
 farei os asnos zurrar
 e cantar os roussinóis.
 E farei calar as rãs
 de noite, e cantar os grilos
 e as patas pelas manhãs...
 e florecer os pampilos.

(*Compilaçam*, 1562, f. 242v)

Só no Romantismo é que se vai tornar freqüente a flexão do infinitivo. Herculano quase sempre a emprega com belo efeito estilístico, como neste passo, em que concorrem as duas formas:

e, alongando a vista pelo portal
 do recinto, viu **alvejar** os turbantes, e, depois, **surgirem** rostos
 tostados e depois, **reluzirem** armas."

(*Eurico* 34, Lisboa-Rio, p. 244)

Estranhos, pois, seriam à língua dos Cancioneiros e excepcionais na da primeira metade do século XVII estes dois passos das *Sextilhas*:

Velhos guerreiros vi eu
Chorarem também aly. (p. 387)

Antes que eu veja crianças
Pregarem às cans nevadas,
 A correr de noite as ruas
 Com folias e toadas, (p. 436)

- e) Esta transcrição me dá passagem para outra nota. Aí está, no último verso, o chamado infinitivo gerundial, que surge muito tímido no seiscentismo e só vai ganhar força na segunda metade do século passado. Fisquei-lhe uma possível ocorrência na *Carta* de Pero Vaz de Caminha, numa passagem muito ambígua. Até hoje só tomei consciência de dois exemplos em Vieira e dois em Bernardes. Claro que haverá mais, porém se, procurando, não dei com a construção em quinhentistas e só topei com estas em seiscentistas, é porque neles é rara ou raríssima.

Hoje ela se generalizou em Portugal (menos no Alentejo) e no Brasil tem valor estilístico, pela excepcionalidade e pelo tom de "apurado" que traz. Aqui realmente mantivemos a imemorial e ininterrupta tradição da língua. Dizemos sempre como Camões:

... Os olhos, porque as mãos lhe **estava atando**
 Um dos duros ministros rigurosos.
 (Lus. III, 125)

Um dia que **pregando** ao povo **estava**,
 Fingiram entre a gente um arroído:
 (Ibid. X, 117)

Dá já se vê que toa falso o "discurso" de Frei Antão (sobretudo o "medieval"), quando diz "a correr" (= correndo: p. 436), e quando nisso insiste, na p. 488:

Mas talvez dos cavos olhos
 Polas faces **a correr**
 Sinta o pranto represado
 Pelo seo muito soffrer:

ou na página seguinte:

Horas de noite folgada
 Não tardão, não têm vagar:
 A noite assi do Bautista
 Vai serena **a escorregar**.
 Como areia da ampulheta,
 Um grão e outro **a tombar!**

ou ainda, em 492:

Allah nos valha, mofinas!
Dizem moiras a chorar.

- f) Categoremáticas (para dizer como Herculano de Carvalho) próprios da língua arcaica, mas impróprios na seiscentista.

É abundante a exemplificação e freqüentíssima a ocorrência. Para documentar, de leve e sem nexos:

ende (437), **porende** (457), **tôdalas** (468), **per i** (393), **porém** (= por isso), **nulla rem** (395), **entonces** (404), **perol** (426), **al** (392).

- g) Um galicismo sintático do final do século XVIII.

Refiro-me ao emprego de **mesmo** com valor adverbial (em lugar de **ainda**, **até**), construção que os puristas condenaram e que hoje é tão comum, sobretudo nos que perderam o senso da vernaculidade. Curioso é que Gonçalves Dias misturou o galicismo setecentista com uma forma arcaica:

Agora torno ao meu Sancto;
A lenda aqui principia:
Dai-me, ó Sancto milagroso,
Ajuda em tençam tão pia,
Que um Sancto, **mesmo por ende**,
Deve de usar cortezia. (p. 437)

- h) Vocábulos inventados?

"Frei Antão" de vez em quando emprega formas que a mim me parecem inventadas. Nunca dei com elas em nenhum texto, e a clássica pergunta aos dicionários não me acudiu à dúvida nem me tirou da ignorância.

Seja exemplo **disfraz**, que o "frade" usa pelo menos duas vezes (444, 467) com sentido de **disfarce**. O Moraes de 1813, que ele diz ser seu constante e indefectível abonador (p. 390), não registra a palavra, senão apenas a forma metatética **disfrace**, apoiando-se em Luís de Sousa.

Bondadoso existe teoricamente, mas terá existido realmente? Aulete o consigna, com a nota de "pouco usado" e não alega nenhum exemplo. Moraes é omissivo, e eu nunca me lembra ter topado com semelhante vocábulo pleno. Pergunto: teria alguém algum dia falado ou escrito **semi-mínima**, nota musical, ou **trágico-cômico**, ou **saudadoso**, ou **Candidinha**?

Desly (428, 431, 484, 491), suposta forma arcaica por **desde ali**, nunca me passou sob os olhos, nem a encontro em nenhum glossário da língua medieval. Conhecemos todos, é claro, **desi**, **desno**, **desna**. No *Graal* ocorre **des ali**, a significar "dali em diante": "assim houve nome des ali" (cf. Magne, *Glos.*, 1944, s.u. **dês**).

Tôdolo (p. 439) nunca existiu, nem podia ter existido, porque a manutenção do /l/ de **lo** só é possível pela assimilação de consoante anterior, como acontece no plural **tôdolos**, resultante de **todos os**. Aliás, o contexto é realmente mau, já que aparece nele a forma **proe** (lat. **prode**, deduzido de **prodest**) usada num significado muito estranho, "bens", "haveres". Só conheço a palavra como "vantagem", "lucro", "proveito", sentido ainda vivo (embora não percebido pelo homem da rua) na locução "em prol de".

Vejam como se expressou o "frade" panegirista de São Gonçalo:

Todo lo prée dava aos pobres
Com tam largo coração,
Que não tomava um adarme
De quanto tinha na mão. (p. 439)

i) Larga mistura de **-ea**, **-eo**, **-eia**, **-eio**.

O hiato formado de /e/ tônico mais /a/ ou /o/ normalmente resulta da perda de uma consoante débil intervocálica. Não durou muito, pois na aurora da língua moderna se resolveu em dois ditongos, um decrescente, outro crescente – ey+ya.

Os textos, até o fim do século XVII, documentam-nos formas literais com hiato; mas a presença de grafias com **i** ou com **y** força-nos a concluir o que acima dissemos, isto é, a progressiva ditongação certamente a partir da primeira metade do século XVI. Baste-nos observar que a palavra **alheio** *n'Os Lusíadas* aparece assim escrita 9 vezes, 6 vezes como **alheyo** e outras tantas como **alheo**. Tomando-se outra palavra qualquer, já será bem diferente a proporção, ou até só teremos escrita com hiato, como é o caso das 11 ocorrências de **area**.

Mudando-se o autor, ou mudando-se o gênero, ou mudando-se a tipografia, os resultados da pesquisa se diversificam muito. Poder-se-á encontrar número maior de hiatos literais num prosador do século XVII do que no texto épico camoniano. O que, porém, nunca se nos deparará em autor da primeira metade do dezesete é a quase sistemática escrita atual, como vemos nas *Sextilhas*. Se tivéssemos diante de nós um discurso contemporâneo dos Cancioneiros, aí nem pensar em ditongos. Em todo caso, são impossíveis os **i**, **porende**, **perol**, **entonces**, **havedes**, **sembrar**, **coyta**, **chantar**, **leixar**, **liança**, e **feito** (467, 478), **campeia**, **arreceia**, (485), **alteia**, **cheio** e similares (**passim**).

Por fim e para mais, note-se que estão presentes nas estâncias do "frade" certas construções de requintado sabor clássico, como

He força fallar a moira!
Disse commigo, e assi
Andava curtas passadas
Por não chegar; (p. 407)

Ou, pior ainda, esta insistente e exagerada repetição do pronome **qual**, com valor distributivo de **um... outro**:

Qual apresta o seo ginete,
Qual a fita dependura
No colo nunca domado;
Qual a pesada armadura
Inverga, e ahy se recolhe,
Como em arce mui segura!

Qual a Deos por testemunha
Toma da sua tenção,
Qual aos pés da sua dona
Requer-lhe extremo condão,
Extremo volver dos olhos,
Extremo apertar da mão!

Qual desly toma algum nome
Por grito de accommetter,
Que nas lidas e pelejas
Saberá fazer valer!
Qual sente o nojo futuro,
Em mal, que lá vai morrer! (p. 483-84)

O que aí ficou basta de sobra para mostrar e demonstrar que a língua das *Sextilhas* não corresponde a nenhuma época concreta, sendo, antes, uma mistura incongruente de arcaico e clássico com predomínio constante do habitual discurso do poeta maranhense.

Como "ensaio filológico" merece reprovação, do mesmo modo que merece aprovação com grau dez (ou com vinte valores, em termos portugueses) a esplêndida, castiça, coerente e segura língua do autor de *Primeiros Cantos*, de *Segundos Cantos*, ou de *Novos Cantos*, ou de *Últimos Cantos*, ou de *Poesias Americanas* ou d'*Os Timbiras*, – do Gonçalves Dias proclamado grande pelo grande Alexandre Herculano.

NOTAS

1. De fato, é muito difícil conceber que Gonçalves Dias tenha tido acesso à mais antiga lírica medieval, porque, como se sabe, a primeira publicação da Ajuda, quase confidencial (25 exemplares), é de 1823; segue-se à da Vaticana, de Caetano Lopes de Moura, Paris, 1847. Ora, em janeiro deste ano já está o poeta compondo as "Sextilhas". Logo, não se valeu da edição de Caetano. Teria podido deitar os olhos em algum exemplar da "encoberta"?

BIBLIOGRAFIA

- _____. *Anais do Segundo Congresso das Academias de Letras do Brasil*. Rio de Janeiro, 1939.
- BANDEIRA, Manuel. *Obras Poéticas de A. Gonçalves Dias*. Organização, apuração do texto, cronologia e notas por... 2 tomos. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.
- BLOCH, O. et WARTBURG, W. von. *Dictionnaire Etymologique de la Langue Française*. 2ème édition, refondue par W. von Wartburg. Paris, Presses Universitaires de France, 1950.
- DIAS, Gonçalves, *Poesia Completa e Prosa Escolhida....* [Antônio Houaiss. O texto dos poemas.] Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda., 1959.
- LEAL, Antônio Henriques. *Panteon Maranhense*. Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2ª edição, 3 vols. Lisboa, Editorial Confluência, 1967-73.
- MAGNE, Augusto. *A Demanda do Santo Graal*. Vol III: Glossário. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *A Vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1943.
- VICENTE, Gil. *Compilaçam de totalas obras...* Lisboa, 1562. Edição facsimilada. Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

PROTEÇÃO AO TEXTO LITERÁRIO COMO PEÇA INTEGRANTE DO NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

1 – DÉCADA DE 30: A GRANDE RENOVAÇÃO DA VIDA CULTURAL BRASILEIRA

A década de 30 está assinalada no Brasil como a do início de notáveis realizações nos campos da Educação e da Cultura. O Governo Provisório instalado com a Revolução de 1930, sob a chefia do Presidente Getúlio Vargas, tomou como uma das primeiras iniciativas a da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, confiado à direção do jurista e político mineiro Francisco Campos, a quem coube promover importantes reformas como a que regulamentou a formação e organização das Universidades brasileiras¹. Só em 1934, todavia, seria criada a primeira das nossas Universidades verdadeiramente em condições de propor e executar programas de ensino e pesquisa de maior alcance: a Universidade de São Paulo (USP), lúcido ato de governo de Armando de Sales Oliveira à frente do Estado bandeirante².

Meses mais tarde, no âmbito federal, a Assembléia Nacional Constituinte, em funcionamento desde o ano anterior, concluía a elaboração de uma nova Constituição para o país – a Constituição de 1934 – em cujo artigo 148 se estabelecia com toda a nitidez:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

O cumprimento desse dispositivo constitucional ficou a cargo de um político de boa formação humanística – Gustavo Capanema – a quem o Presidente Getúlio Vargas, na segunda e na terceira fase do seu governo (1934–1937/1937–1945, o chamado Estado Novo), entregou a direção do Ministério da Educação e Saúde. Os planos desse novo Ministro, executados em mais de onze anos, tiveram sempre as marcas de seriedade, de lucidez, de incontestável interesse público: os referentes à proteção ao patrimônio histórico e artístico puseram em relevo o dever de cuidar das relíquias do passado, atestados de etapas seguidas em que se plasmou o espírito nacional.

Desejando tornar realmente efetiva essa proteção, o Ministro Capanema solicitou e obteve do escritor Mário de Andrade, que dirigia o Departamento de Cultura da municipalidade de São Paulo, a elaboração de um anteprojeto de criação de um órgão governamental com tal finalidade. E assim foi feito, num documento datado de 24 de

março de 1936, em que no entanto as referências mencionam o "patrimônio artístico" e não o "patrimônio histórico e artístico" como estava no pensamento do Ministro³. No mesmo ano de 1936, começava a funcionar o órgão que receberia o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Pouco mais tarde, já no Estado Novo, Capanema conseguiu que o artigo 134 da carta constitucional de 10 de novembro confirmasse a proteção do poder público aos "monumentos históricos, artísticos e naturais" e às "paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza", e ainda mais, equiparasse os "atentados contra eles cometidos" aos "cometidos contra o patrimônio nacional". Decretos-Leis ainda no ano de 1937 consagraram as medidas que o Ministro tinha em mente: o de número 25, datado de 30 de novembro, que estabeleceu a organização inicial do SPHAN; e o de número 83, que criou o Instituto Nacional do Livro (INL), fixando como atribuições principais do mesmo as de "editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional" e de "promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros"⁴.

No ano de 1935, entrara em funcionamento na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, uma outra importante instituição de ensino superior, a Universidade do Distrito Federal (UDF), na administração do Prefeito Pedro Ernesto e do Secretário de Educação Anísio Teixeira: e foram convocados para integrar o seu corpo docente muitas das mais expressivas figuras da intelectualidade e do magistério brasileiro, a que vieram juntar-se no correr dos anos os professores de Universidades européias que, como já se fazia em São Paulo, se dispuseram a dar decisiva contribuição para o encontro do verdadeiro caminho do estudo e da pesquisa científica no Brasil. A Universidade do Distrito Federal teve vida efêmera, extinta como foi no começo do ano de 1939⁵. Porém, sem demora o Ministro Gustavo Capanema punha em andamento o que fora previsto na Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, destinada à organização da chamada Universidade do Brasil: assim sendo, já em maio de 1939 passava a existir de fato a Faculdade Nacional de Filosofia, para a qual se transferiram os alunos e muitos professores da UDF; e tinham prosseguimento as experiências científicas e educacionais intentadas na Universidade pioneira⁶.

2 – SOUSA DA SILVEIRA E A RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS NO BRASIL

Na composição do corpo docente de uma das unidades da UDF – a Escola de Filosofia e Letras – foi destinada a regência da cátedra de Língua Portuguesa ao professor Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, já bastante conhecido como autor de obras fundamentais, como os três compêndios que escreveu com o propósito de favorecer a visão geral da origem, formação, desenvolvimento e estado atual da nossa língua: *Trechos Seletos* (1919), *Lições de Português* (1923) e *Algumas Fábulas de Fedro* (1927)⁷. Sousa da Silveira teve assim a mais adequada oportunidade de levar avante os seus planos de ensino e de pesquisa, de que já vinha dando conta em artigos de colaboração em alguns dos principais jornais e revistas especializadas da época, como o que se publicou em 1921 com o título "A Língua Nacional e o Seu Estudo"⁸. Tendo

sido um dos professores da UDF aproveitados no corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia para exercer o mesmo cargo de catedrático, desempenhou seguidamente e por muitos anos o papel relevante de orientador dos estudos lingüísticos e filológicos nesse início dos cursos superiores de Letras no Brasil: e mais, pela circunstância de lhe ter sido também entregue a direção da cadeira de Lingüística Geral, coube-lhe ainda consagrar com o mais esclarecido apoio e a presença às aulas o primeiro curso dessa matéria, aqui ministrado por um jovem professor recém-chegado dos Estados Unidos – Joaquim Matoso Câmara Júnior⁹.

A biografia de Sousa da Silveira nos mostra que ele teve uma demorada, cuidadosa e multiforme preparação para o exercício do magistério, a sua verdadeira vocação¹⁰. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1883, e criado num ambiente propício ao cultivo dos estudos literários, foi aluno no curso secundário do Ginásio Nacional¹¹, de 1897 a 1902, integrante da turma que desfrutou do privilégio de ter como mestres algumas das maiores figuras da intelectualidade brasileira – como José Veríssimo, Silva Ramos, João Ribeiro, Said Ali, Ramiz Galvão e outros, e em que foram seus condiscípulos Manuel Bandeira e Antenor Nascentes. Por razões especiais, ingressou em 1903 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro para fazer o curso de Engenharia, que se estendeu por duas etapas, afinal concluídas em 1918: foi aí que teve o ensejo de desenvolver o raciocínio matemático, segundo uma das suas tendências marcantes; mas ao mesmo tempo se patenteava nele a vocação para os estudos de língua e literatura, aguçada no contato com mestres e colegas do Ginásio Nacional. Desde menino, Sousa da Silveira se entregou à leitura de grandes autores e obras literárias, leitura atenta e meticulosa que o levaria a se interessar pela observação dos fatos da língua com rigor e lucidez penetrante. Tendo interrompido o curso de Engenharia para passar três anos em Portugal (de 1908 a 1911) em tratamento da saúde debilitada, atendendo a insistente convite do seu tio-avô, padrinho e benfeitor Visconde de Taíde, viu ampliadas as possibilidades do conhecimento das variedades do uso da língua portuguesa; e mais: a necessidade de manter correspondência com a família – mãe e irmãos que ficaram no Rio de Janeiro – deu azo a que se expandisse com ampla liberdade a tendência literária, de que entre outras provas já existia o livro de poemas que publicou em 1908, intitulado *Ecoss*, sob a inspiração do exemplo de Machado de Assis, amigo da família e morador da casa vizinha à mansão do Visconde de Taíde, na rua do Cosme Velho, bairro de Laranjeiras. De fato, foi em Lisboa que Sousa da Silveira pôde anotar miudamente os traços da pronúncia dos habitantes da capital portuguesa, confrontando-os com os da pronúncia carioca; foi lá mesmo que, preparando-se para uma viagem à região do Minho, terra dos seus ancestrais pelo lado paterno, dedicou-se à leitura de obras que refletissem a linguagem e a vida regional. Uma extensão dessa mesma viagem a terras da Galiza o fez aprofundar o conhecimento da língua espanhola, que aprendeu e praticou com extraordinária rapidez, e interessar-se pela cultura galega, em particular pelas figuras de dois poetas que se exprimiram em língua galega, Rosalía de Castro e Curros Enríquez. Sabendo repartir as atenções entre as manifestações da arte requintada e as da arte popular, entre os fatos da língua culta e os das diversas modalidades dos falares correntes e regionais, acumulou riquíssimo cabedal de ensinamentos, de que se valeria com segurança anos mais tarde, em razão do exercício do magistério de língua portuguesa, a que se consagrou regularmente a partir de 1917, ano em que conquistou

por concurso público o lugar de docente da Escola Normal do Distrito Federal (Rio de Janeiro).¹²

Para encontrar o rumo certo dos estudos e pesquisas de Lingüística e de Filologia Portuguesa, Sousa da Silveira apoiou-se principalmente nas lições de alguns grandes mestres portugueses e brasileiros que nos legaram notáveis contribuições ao progresso das duas ciências, dos fins do século XIX às primeiras décadas do século XX: Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, J. J. Nunes, Júlio Moreira, Gonçalves Viana, M. Said Ali, Silva Ramos, Otoniel Mota, Oskar Nobiling, João Ribeiro, Mário Barreto e alguns mais. Ressalte-se a coincidência de terem sido publicados em 1911, o ano do regresso ao Brasil, as duas obras de autores portugueses que mais fortemente influíram em sua decisão de se voltar para os estudos lingüísticos e de adotar nos escritos uma ortografia simplificada à luz de critérios coerentes e racionais: as *Lições de Filologia Portuguesa* de Leite de Vasconcelos e as *Bases Para a Unificação da Ortografia* preparadas pela comissão de que foi presidente Francisco Adolfo Coelho e relator Gonçalves Viana.¹³ Com relação ao livro de Leite de Vasconcelos, o próprio Sousa da Silveira haveria de dizer, num depoimento prestado ao jornalista Homero Sena em 1945:

A leitura das *Lições de Filologia*, do Doutor Leite de Vasconcelos, é que me veio mostrar que havia, realmente, uma ciência da linguagem que, podendo satisfazer às exigências do meu espírito, era menos seca do que a Matemática, por ter como objeto o mecanismo da produção da palavra e como importante campo de estudo os documentos da literatura, popular ou erudita, onde a alma humana, individual ou coletiva, se reflete ou está latente, ao alcance, porém, de uma observação penetrante.¹⁴

Os três primeiros trabalhos mais extensos de Sousa da Silveira decorrentes das atividades do magistério comprovam como em relativamente tão pouco tempo se assenhoreou do verdadeiro método de estudar e ensinar a língua portuguesa: *Trechos Seletos* (1919), *A Língua Nacional e o Seu Estudo* (1920) e *Lições de Português* (1923). A visão do lingüista e filólogo ainda mais se apurou nos anos seguintes, como se percebe nas novas publicações e nas reedições em que sempre procurava melhorar as lições ministradas. Ressaltam em seus escritos como traços principais da atuação renovadora que empreendeu: a noção de que os fatos devem ser observados e anotados com rigor e fidelidade, em todas as variedades do uso lingüístico, e não apenas na língua literária; a atenção dispensada à linguagem regional (como se vê na consagrada recensão ao livro *O Dialecto Caipira*, de Amadeu Amaral)¹⁵; a nítida compreensão de que é preciso recorrer aos autores contemporâneos e aos autores brasileiros sobretudo para a formulação das normas gramaticais que nos dizem respeito, sem desprezar todavia a lição dos clássicos; a necessária distinção entre os campos da Gramática e da Estilística, e o conhecimento seguro dos fenômenos de Fonética Sintática, indispensáveis à correta análise e interpretação dos textos; a oposição ao dogmatismo da corrente purista e aos preconceitos gramaticais, estilísticos e literários, de tão larga e perniciososa divulgação no ensino da língua e no meio intelectual. Na mesma linha de fidelidade aos fatos,

rejeitou mais de uma vez a denominação de "língua brasileira" para o português do Brasil, com argumentos claros, firmes e insofismáveis.¹⁶ No plano didático, recomendou e praticou, como soluções adequadas e convenientes: a adoção da ortografia simplificada, de acordo com a proposta portuguesa de 1911, num momento em que muitos ainda a combatiam com a maior veemência; a exploração de textos selecionados, de todas as épocas, como fontes dos mais ricos e variados ensinamentos; o estudo dos múltiplos recursos de expressão da língua, e do vocabulário latino de que se originou a parte mais substancial do nosso léxico; o combate à supervalorização da teoria e da nomenclatura gramatical e aos excessos da análise sintática.

3 – A RENOVAÇÃO DA CRÍTICA TEXTUAL

Nas décadas de 30 a 50, foi ao campo da Crítica Textual que Sousa da Silveira dispensou maior atenção. Seu prestígio de preparador e comentador de textos clássicos se firmou com as publicações de artigos em série, depois reunidos em separatas ou livros, em que tratou da tragédia *Castro* de Antônio Ferreira (1932), da égloga *Crisfal* de Cristóvão Falcão (1933–1934), do poema *Sôbolos rios que vão* de Luís de Camões (1938), do *Auto da Alma* (1939–1942 e 1944) e do *Auto da Mofina Mendes* (1943) de Gil Vicente.¹⁷ A partir de 1934, no exercício do magistério superior de Língua Portuguesa, imprimia ao ensino da matéria uma orientação segundo a qual era proporcionada aos alunos não só a visão mais ampla e aprofundada das questões de Lingüística Portuguesa, mas também a oportunidade da aplicação dos princípios da ciência filológica à análise dos nossos mais importantes documentos literários, portugueses e brasileiros. Ficaram famosas, desde os tempos da UDF, as suas aulas de comentários de texto, sobretudo aquelas em que fez a exegese de textos quinhentistas, como os já citados: e entre os ouvintes de cursos que ministrou sobre o *Auto da Alma* e o *Auto da Mofina Mendes* estiveram inclusive alguns professores, como Manuel Bandeira e Mário de Andrade, desejosos de aproveitar as sábias lições do filólogo. Essas aulas de Crítica Textual de Sousa da Silveira, em que com um mínimo de apoio teórico e reduzidíssimo uso da terminologia da ciência a apresentação dos textos se fazia com a preocupação dominante de caracterizar a autenticidade e fidedignidade dos mesmos e com o propósito de favorecer a compreensão global e particularizada dos seus elementos significativos, muito contribuíram por conseguinte para que se constituísse em torno do Mestre uma verdadeira "escola filológica", cujos discípulos perceberam de imediato a necessidade de participar do amplo e inadiável trabalho de defesa e valorização do patrimônio literário.¹⁸

Para preparar a matéria das aulas, dos artigos e livros que veio a publicar, Sousa da Silveira valeu-se sempre da experiência de leitor atento dos comentários filológicos em edições modelares como as das *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1885), de "*Os Lusíadas*" *Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias* (1910), dos *Textos Arcaicos*, de Leite de Vasconcelos (1923) e outras.¹⁹ Por isso, também, tais comentários na obra do autor das *Lições de Português* não ficaram restritos aos fatos lingüísticos, mas buscaram uma visão histórico-cultural para a explicação integral da mensagem literária.

O estudo comparativo das seis primeiras edições do livro *Trechos Seletos* (1919, 1935, 1937, 1938, 1942, 1961) fornece valiosos elementos para documentar a evolução do pensamento filológico de Sousa da Silveira e para compreender a sua trajetória de editor de textos. Se a antologia já na primeira edição revela a preocupação do autor de indicar com toda a clareza as fontes bibliográficas de que se utilizou, o que é um traço distintivo em relação ao que se fazia de modo geral, pode-se concluir por outro lado, a começar pela leitura das indicações bibliográficas, que o filólogo ainda não tinha a plena consciência do grave problema das transcrições textuais infieis, evadas mesmo de grosseiras deturpações, em edições numerosas dos nossos autores, várias delas organizadas por ilustres figuras do mundo das Letras. Entre os anos que separam as duas primeiras edições – ou seja, de 1919 a 1935 – Sousa da Silveira aprimorou e enriqueceu de tal maneira os conhecimentos especializados e a visão pedagógica, que sentiu necessidade de introduzir modificações na coletânea de textos: e assim, na edição de 1935 se verifica a utilização mais freqüente de edições em vida dos autores ou de edições fidedignas, a preponderância numérica dos autores brasileiros e a escolha de novos textos com acentuados reflexos da natureza e dos costumes brasileiros.²⁰ Do final da década de 30 em diante, cremos nós, graças aos estudos mais detidos de *Fonética Sintática* – que anos mais tarde reuniu no livro *Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Frases Feitas e na Interpretação de Textos*²¹, pôde perceber melhor a razão de ser de construções irregulares e aceitá-las como fatos da própria língua culta, segundo a lição dos bons autores: assim sendo, passou a adotar como norma no estabelecimento de textos críticos a de conservar com todo o rigor as formas lexicais e as construções sintáticas que se apontavam como inadmissíveis em vista de uma falsa noção de correção lingüística, ou como decorrentes de falha ou erro tipográfico. Dessa nova compreensão do que lhe cabia fazer resulta a principal diferença introduzida na apresentação definitiva dos *Trechos Seletos*: se na edição de 1935 o filólogo ainda tomava a liberdade de alterar o que tinha como inaceitável num texto antológico, fazendo no entanto com toda a honestidade o registro da correção em nota de pé de página, já na edição definitiva (1961) assumia a atitude inversa de preservar na transcrição crítica qualquer forma ou construção das que antes preconceituosamente impugnava e de também em notas de rodapé explicá-las à luz de outros critérios de avaliação do "certo" e "errado" em linguagem. Infelizmente, porém, até mesmo o seu espírito iluminado por essa compreensão que tanto o distinguiu no meio brasileiro pagou algum tributo a preconceitos e idéias gramaticais distorcidas, embora nele fosse constante o empenho de combatê-los com firmeza e lucidez.²²

4 – RELAÇÕES DE GUSTAVO CAPANEMA E SOUSA DA SILVEIRA

Já vimos que entre as preocupações fundamentais de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde estava a de pôr em prática as medidas de largo alcance destinadas a proteger as "obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza"²³ – em resumo, a proteger o patrimônio histórico, artístico e paisagístico brasileiro: para isso, propôs e obteve do Chefe do Governo a expedição dos Decretos-Leis de criação de dois órgãos – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (SPHAN) e o Instituto Nacional do Livro (INL), cuja atuação em quase cinquenta anos de existência hoje só se pode reconhecer como das mais benéficas em nossa vida cultural. Gustavo Capanema tomou ainda sob o seu patrocínio o movimento de renovação das Ciências, das Letras e das Artes, acompanhando com vivo interesse a realização dos planos docentes na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) e em outras unidades da Universidade do Brasil. Procurou cercar-se desde logo do que havia de melhor na intelectualidade brasileira, inclusive de alguns escritores ou artistas no começo de uma atuação que tanto os projetaria no cenário nacional e mesmo internacional. Entre os seus principais colaboradores, é forçoso destacar os nomes de Carlos Drummond de Andrade (Chefe de Gabinete do Ministro), Rodrigo Melo Franco de Andrade (Diretor do SPHAN), Augusto Meyer (Diretor do INL), Raul Leitão da Cunha (Reitor da Universidade do Brasil), San Tiago Dantas (Diretor da FNF), Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Luís Camilo de Oliveira Neto, Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Burle Marx, Heitor Vila-Lobos, entre outros, o que ajuda a compreender o que significou esse momento histórico para o país.

O Ministro Gustavo Capanema sem demora teve notícias do altíssimo nível alcançado por Sousa da Silveira em sua atuação renovadora no magistério de Linguística e Filologia Portuguesa e como autor de trabalhos de fundamental e indiscutível valor. Assim, pois, meses depois de empossado, convocava o mestre das *Lições de Português*, junto com o professor Antenor Nascentes, para ter a colaboração de ambos na solução do problema do sistema ortográfico a ser adotado no Brasil. Mais adiante, em três momentos diversos Sousa da Silveira foi distinguido com provas de especial apreço do Ministro: em 1937, quando recebeu o filólogo a incumbência de preparar para o Ministério da Educação e Saúde uma edição dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães; em 1939, quando Sousa da Silveira foi nomeado catedrático de Língua Portuguesa da FNF; e em 1942, quando organizou para a chamada Reforma Capanema do ensino secundário o Programa de Português e as respectivas Instruções Metodológicas, que representaram a consagração dos novos métodos de ensino da língua entre nós.

A edição dos *Suspiros Poéticos e Saudades* organizada por Sousa da Silveira figura entre as mais notáveis realizações de iniciativa do Ministro, interessado igualmente na defesa e na divulgação do nosso patrimônio literário. Já era colaborador do plano de publicação de obras-primas da literatura brasileira, que teria execução mais ordenada e ampla no recém-criado Instituto Nacional do Livro, o poeta Manuel Bandeira, que em 1937 lançou com o patrocínio do MES a sua *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica*, e em 1938 a *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana* e a edição das *Poesias* de Alphonsus de Guimaraens, de que é co-autor João Alphonsus. No caso de Domingos José Gonçalves de Magalhães, foi prevista a reedição das Obras Completas, que todavia não se efetivou: saiu apenas, como volume II, a edição crítica dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, com o texto estabelecido por Sousa da Silveira e com um prefácio literário de Sérgio Buarque de Holanda, no ano de 1939. Era este, na nossa bibliografia especializada, o primeiro grande exemplo de edição crítica e comentada de autor nacional, trazendo o texto integral do livro considerado o marco da introdução do Romantismo no Brasil em rigorosa transcrição

da versão definitiva de 1865, e em registros de pé de página as variantes das duas edições anteriores (1ª – 1836 / 2ª – 1859) e as notas e comentários filológicos.²⁴

Foi portanto com a colaboração desses dois antigos alunos e colegas de turma no Ginásio Nacional (e desde então fraternais amigos) – Manuel Bandeira e Sousa da Silveira – que o Ministro Gustavo Capanema, empenhado na defesa do patrimônio histórico-cultural, começou a dispensar aos textos a proteção de medidas que os preservassem das descaracterizações em edições mal cuidadas e que promovessem a sua divulgação em edições merecedoras de toda a confiança.

5 – UMA EDIÇÃO MODELAR: *OBRAS DE CASIMIRO DE ABREU* (1940)

Entre todos os trabalhos de Sousa da Silveira no campo do Crítica Textual, o mais completo e impressionante é sem dúvida a edição das *Obras de Casimiro de Abreu*, publicada em 1940, por iniciativa de Afrânio Peixoto, diretor da coleção "Livros do Brasil" da Companhia Editora Nacional, em comemoração ao centenário do nosso grande poeta romântico, ocorrido no ano anterior. O filólogo pôde realizá-la em tão pouco tempo por estar bastante familiarizado com os poemas casimirianos, lidos e relidos desde os tempos da infância. No prefácio da edição, explicitou as três finalidades que nortearam a execução do trabalho:

- a) Restituição do texto de Casimiro (salvo no tocante à grafia, simples roupagem da palavra) à conformidade com o publicado em vida do autor, e que as múltiplas reedições têm deturpado bastante;
- b) Interpretação do sentido estético e rítmico da versificação nos pontos em que o poeta se desviou da rotina;
- c) Demonstração de que era inteiramente injusta a nota de escritor incorreto que mareava um tanto o renome de uma das mais belas e sólidas organizações literárias que temos tido, apesar do pouco tempo que viveu.²⁵

De fato, o meigo poeta de *As Primaveras*, conquanto extremamente popular, sofria as graves e absurdas restrições acima mencionadas, por parte de estudiosos da língua e da versificação portuguesa e, por extensão, de leitores de bom nível intelectual imbuídos dos mesmos preconceitos: haviam-se difundido no meio literário as falsas noções de que Casimiro de Abreu era, além de escritor incorreto, um poeta medíocre e verzejador desleixado; porém, o filólogo as desfez em notas e comentários minuciosos e muito bem fundamentados, demonstrando cabalmente que o confronto do que escreveu Casimiro com a obra literária dos poetas da mesma época, em Portugal ou no Brasil, não o deixa em posição de inferioridade como querem fazer crer as apressadas e tendenciosas observações críticas ao seu legado artístico. Essas notas e comentários – que propiciam o entendimento exato da amplitude e relevância da atividade filológica – podem ser classificados em seis tipos principais: a) os referentes à fidelidade às lições textuais que se deve levar em conta; b) os de caráter histórico-cultural, que visam a favorecer a compreensão das alusões do poeta; c) os referentes às censuras a Casimiro por usar formas lexicais, construções, palavras, rimas que refletem o estilo português,

e não o brasileiro; d) os referentes a problemas de métrica, de ritmo ou de rima; e) os referentes a questões gramaticais ou estilísticas; f) os referentes a questões de pontuação. Por tudo isto, constitui essa edição das *Obras de Casimiro de Abreu* um dos grandes modelos para empreendimentos semelhantes no Brasil.²⁶

6 – O DESPRESTÍGIO DA CRÍTICA TEXTUAL NOS CURSOS SUPERIORES DE LETRAS

A exposição que fizemos dá a perceber que, com as lições e os exemplos de grandes mestres como os já mencionados e outros, era de esperar – tanto em Portugal como no Brasil – o crescente progresso das pesquisas de Crítica Textual e a aplicação continuada dos princípios da ciência ao estudo e à preparação de edições de textos do maior interesse para a história da cultura dos dois países. No Brasil, discípulos de Sousa da Silveira dispuseram-se desde logo a cuidar também da edição de textos antigos e modernos, seguindo o seu exemplo: um deles, Serafim da Silva Neto, que aos 21 anos de idade já alcançava projeção entre os nossos linguistas e filólogos publicando no ano de 1938 uma primorosa edição comentada de *Fontes do Latim Vulgar (o Appendix Probi)*, foi dos primeiros a dedicar a merecida atenção à ciência filológica aplicada a textos portugueses, como atestam a recensão em que analisou a edição das *Obras de Casimiro de Abreu* de Sousa da Silveira (1941), o seu plano de editar o que denominou *Bíblia Medieval Portuguesa* (1947), e a sua edição crítica e comentada de *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro* de André de Resende (1947).²⁷ Em Portugal, na década de 40, um recém-licenciado em Letras, que na Universidade de Lisboa tivera o privilégio de receber lições de insígnies mestres, também já revelava a mesma aguda percepção dos problemas fundamentais nos estudos lingüísticos e filológicos, entrando por um caminho em que se consagraria como uma das grandes figuras da atualidade: José Gonçalo Herculano de Carvalho. Um artigo que publicou em 1949 com assinatura diferente da adotada em trabalhos posteriores, "Sobre o Texto da Lírica Camoniana", teve tal divulgação e louvor que ainda em nossos dias é apontado como "trabalho de vulto" e de leitura obrigatória para os que se empenham em apurar a autenticidade e a fidelidade do que tem sido atribuído ao Poeta; anos mais tarde, embora atraído fortemente pelos estudos de Teoria da Linguagem e de Lingüística Portuguesa, também acharia tempo para dedicar-se à preparação e ao comentário de textos, como nos mostram a sua edição de uma parte selecionada de *Menina e Moça ou Saudades* de Bernardim Ribeiro (1960), e o que reuniu nos volumes II e III da *Opera Omnia* de Bocage organizada sob a direção de Hernâni Cidade (1969/1973).²⁸ A estes dois nomes ilustres de continuadores do labor filológico de mestres como Carolina Michaëlis, Epifânio Dias, Leite de Vasconcelos, Sousa da Silveira e outros, em Portugal e no Brasil, poderíamos acrescentar a relação dos que nos últimos cinquenta anos têm enriquecido a bibliografia de Crítica Textual, qualitativa e quantitativamente, com notáveis trabalhos de valorização das obras de autores portugueses e brasileiros: não o fazemos, porém, por sabermos que uma criteriosa citação de nomes implicaria o levantamento de dados históricos que não foi feito até o presente momento, e que por conseguinte há no momento o risco de numa relação apressada se cometerem omissões indesculpáveis. O que mais importa assinalar é que tais contribuições à Filologia Portuguesa, ainda que de um montante apreciável, estão muito aquém do que seria realmente desejável neste

período em que alcançaram tanto progresso os estudos de Lingüística e de Teoria da Literatura.

No nosso entender, por três razões as atividades de Crítica Textual, mormente a preparação de textos críticos e de edições críticas e comentadas, não têm despertado de modo geral maior interesse dos pesquisadores da área de Letras, e – mais grave ainda – não têm sido devidamente reconhecidas e valorizadas inclusive por professores do ensino universitário: a) a obsessão com os estudos gramaticais em todos os níveis do ensino da língua, vinda de longa data, e mais acentuada nos últimos tempos pela possibilidade do aproveitamento das recentes conquistas no campo da Lingüística Geral; b) a quase absoluta despreocupação com a formação filológica nos cursos superiores de Letras, onde afora as poucas exceções não se desenvolvem com autonomia e regularidade os estudos teóricos e a prática de Crítica Textual capazes de habilitar os estudantes a entender a importância e a utilidade das boas edições e a relevância da tarefa de zelar pela integridade e fidelidade na reprodução das obras literárias; c) a extrema complexidade do trabalho de elaboração das edições críticas, que demanda muito tempo, muita atenção e discernimento, e muita paciência, no cumprimento das penosas etapas da sua consecução.

Tal desprestígio da Crítica Textual é na verdade profundamente decepcionante e lamentável, pois nada justifica o descaso ou a indiferença com que tem sido encarada a atividade básica de cuidar da reprodução íntegra e fiel de todas as formas da mensagem escrita, ponto de apoio indispensável às conclusões seguras no aprimoramento do conhecimento científico. Herculano de Carvalho, na tripla condição de grande conhecedor da história da cultura portuguesa, de autoridade em assuntos de Lingüística Geral e de Lingüística Portuguesa, e de autor de valiosas contribuições à própria Crítica Textual, tem sabido avaliar bem o que representa esse desprestígio, e em mais de uma oportunidade a ele se referiu, como também propôs medidas corretivas para o quadro atual. Num artigo publicado pela primeira vez em 1968, observou:

o trabalho filológico, da edição e do comentário interpretativo dos textos literários portugueses, iniciado, – quase se pode dizer –, por uma Carolina Michaëlis, foi nas décadas seguintes lamentável e vergonhosamente abandonado, com algumas raras exceções de uns poucos, que bem viram que esse trabalho estava longe de se encontrar concluído e corajosamente lhe deram continuidade.

Assim caracterizou logo em seguida o estudo de textos de Bernardim Ribeiro e de Luís de Camões no referido artigo:

uma chamada de atenção para a necessidade inadiável de se retomar finalmente, *em bases verdadeiramente científicas e atualizadas*, a tarefa inacabada da *edição crítica* e do *comentário filológico* dos textos literários dos nossos escritores – tarefa preliminar indispensável para todo o estudo de crítica valorativa e de análise estilística, de cada obra e de cada autor²⁹

Na abertura de um curso sobre problemas textuais na obra de Bocage, ministrado em 1973 no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, defendeu com os seguintes argumentos a inclusão da disciplina de Filologia nos cursos superiores de Letras:

Na qualidade de lingüista, desejaria dizer umas palavras também da importância dessa disciplina para aquela que especialmente cultivo. Recordarei apenas que, tendo o estudo de línguas extintas e de fases antigas de línguas vivas de se fundar exclusivamente nos textos escritos, só a crítica filológica, com os seus métodos mais rigorosos e exigentes, permite descobrir, em documentos a tantos títulos imperfeitos, uma imagem relativamente fiel da língua que esses documentos tão imperfeitamente conservam. Daí que seja desejável e altamente conveniente que nos "curricula" universitários quer de língua quer de literatura seja contemplada a inclusão de cursos de índole filológica. E isto, não apenas para formar futuros investigadores, mas para dar a todos quantos, em nível superior, estudam uma língua ou uma literatura, – digamos, concretizando, a língua portuguesa e a literatura de expressão portuguesa desde os cancioneiros medievais –, para lhes dar a consciência mais clara dos problemas que para esse estudo implica o conhecimento do texto escrito, através do qual por um lado se reconstitui a obra como produto da atividade verbal criadora de um autor, por outro lado a forma lingüística em que se deu essa atividade.

Pouco antes, nessa mesma aula inaugural, dera o depoimento do que colhera na experiência de preparar textos da obra de Bocage:

só o trabalho filológico, pela colação das várias edições da mesma obra e o cotejo das variantes, permite compreender aspectos essenciais da personalidade criadora de um poeta, retificando a imagem que outras fontes de informação nos apresentam mutilada e, de certo modo, deformada: o Manuel Maria repentista, improvisador brilhante e, por vezes, demasiado fácil, aparece-nos aqui como artista insatisfeito, que corrige e volta a corrigir os textos dos seus poemas, quando não os refaz por completo ...³⁰

Só pode causar estranheza que pronunciamentos assim tão lúcidos e convincentes não tenham alcançado na República das Letras a desejável repercussão.

7 – MEDIDAS DE EFETIVA PROTEÇÃO AOS TEXTOS

É triste verificar o que tem acontecido como conseqüência do descaso ou do abandono a que têm sido relegadas as atividades filológicas de preparação de texto e de organização de edições críticas, no Brasil e em Portugal: de modo geral, as casas

editoras, acompanhando o progresso tecnológico, utilizam os recursos mais modernos de composição e impressão de livros; porém, não estando sujeitas a nenhuma exigência de preservar a integridade da obra literária, confiam as difíceis tarefas de estabelecimento dos textos, de preparação dos originais e de revisão tipográfica, com deplorável frequência, a qualquer pessoa que se disponha a encarregar-se das mesmas e a receber ínfima remuneração pelo trabalho executado. Também a improvisados profissionais se entrega com a mesma deplorável frequência a complexa operação filológica e lingüística que é a tradução, até mesmo a de textos literários. Os bons profissionais – preparadores de texto, revisores críticos, tradutores – sofrem, portanto, a absurda concorrência dos ineptos, e ainda por cima tendo de aceitar as imposições de editores que sabem valorizar a apresentação gráfica dos livros mas não sabem valorizar o principal – a qualidade do texto. Este é, salvo honrosas e poucas exceções, o quadro geral da editoração nos países de língua portuguesa.

Não foi sem fortes motivos, portanto, que na segunda sessão ordinária do I Congresso Estadual do Livro, realizada a 25 de setembro de 1979 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), após ouvirmos longa e minuciosa exposição sobre a produção do livro, em que se tratou de tudo menos do problema fundamental da qualidade do texto, achamos oportuno como debatedor apresentar à consideração do plenário as seguintes sugestões, bem exemplificadas, como convinha que o fossem:

- a) Que as instituições de ensino superior, levando em conta o progresso editorial no Brasil, procurem atender às exigências da boa formação de profissionais como o revisor crítico, o preparador de originais, o preparador de textos e de edições críticas, o tradutor, o diagramador e outros, com diversificações dos currículos dos cursos de Letras e de Biblioteconomia e a previsão da realização de estágios em empresas gráficas bem aparelhadas;
- b) Que as casas editoras façam corresponder aos esforços louváveis de modernização dos processos de composição e impressão a preocupação constante de reproduzir textos rigorosamente fiéis aos originais e isentos das falhas e erros tipográficos que tanto desmerecem numerosas publicações atuais;
- c) Que as instituições oficiais – como o Instituto Nacional do Livro e o Instituto Estadual do Livro de modo particular – só aceitem o patrocínio de edições comprometidas com todo esse empenho de reprodução fiel e cuidada dos textos, exigindo a menção da responsabilidade do próprio autor, ou de um profissional competente, ou da casa editora, no que diz respeito ao desempenho de tarefas fundamentais como a preparação de originais, a revisão tipográfica e outras;
- d) Que seja revista a legislação federal referente a direitos autorais, assegurando-se daqui por diante ao preparador de edições críticas e ao tradutor não simplesmente a remuneração por tarefa executada, mas em cada reedição do seu trabalho o percentual a que fazem jus por esses tipos de elaboração intelectual de alto nível e do maior interesse para o nosso progresso cultural.

É preciso e é urgente que o poder público e as instituições de cultura se mobilizem em defesa do patrimônio literário: com efeito, já estando "sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas"³¹, e fixadas as penas em que incorrem os que danificam bens tombados pela autoridade competente ou alteram "o aspecto de local especialmente protegido por lei"³², como compreender que idênticas medidas legais não resguardem as obras literárias das mutilações e grosseiras deturpações em tantas edições mal feitas? Se é possível, por exemplo, chamar à responsabilidade penal até mesmo o proprietário de um prédio de valor histórico que tenha tomado a iniciativa de alterar as suas características sem levar em conta as exigências da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), porque não admitir igualmente a possibilidade de responsabilizar nos termos de novos preceitos legais os editores descuidados ou inescrupulosos que pouco se interessam pela boa qualidade dos textos publicados?

Nossos autores, principalmente aqueles cuja obra já caiu em domínio público, como José de Alencar ou Machado de Assis, para citar apenas dois exemplos, merecem essa homenagem do mais absoluto respeito à integridade da mensagem literária que nos legaram. Se não tomarmos providências, continuarão a ser vítimas do descabro de tantas reedições, algumas de excelente aspecto gráfico, que na verdade são imprestáveis para leitura ou estudo sério, tais as descaracterizações a que os textos foram submetidos. A experiência nos tem mostrado que dois tipos de profissionais incompetentes contribuem para o resultado desastroso: o mau revisor, que no confronto das provas com os originais deixa passar erros e até saltos na composição tipográfica; e – pior ainda – o mau preparador de textos, que na quase cegueira de limitados e distorcidos conhecimentos lingüísticos e filológicos se sente à vontade para corrigir supostos deslizos de forma e mesmo de conteúdo nas obras confiadas aos seus cuidados editoriais. Os exemplos que temos colhido das duas possibilidades apontadas são numerosos, impressionantes, eloqüentes por si mesmos: muitos deles já estão relacionados nos registros filológicos ou nos estudos prévios das edições que publicamos – como as dos romances *Ubirajara* (1970), *Til, O Tronco do Ipê* e *O Sertanejo* (1973), de José de Alencar³³, da cena dramática *Camões e o Jau* (1980), de Casimiro de Abreu³⁴, e mais recentemente, do romance *Amor de Perdição* (1983), de Camilo Castelo Branco.³⁵ Nesses registros se mencionam, entre muitos outros, os seguintes erros ou alterações textuais em edições mal feitas de grande distribuição no mercado de livros: "crueldade com que **tratavam, por vezes**, os índios" (em vez de "crueldade com que **tratavam** os índios", segundo a lição da única edição em vida do autor), "grande **festa** do chefe" ("grande **taba** do chefe"), "até **o romper** da alvorada" ("até **perto** da alvorada"), "para que **nela bebas**" ("para que **bebas nela**"), "O desprezo do inimigo o acompanharia aos **seus nativos**" ("O desprezo do inimigo o acompanharia aos **seus campos nativos**"), "a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso **do mal**" ("a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso **de mel**"), "Araci, **conduze-me** à presença de Itaquê" ("Araci, **conduz-me** à presença de Itaquê"), "tinha na mão **o macaná afiado**" ("tinha na mão **a macana afiada**"), "Além do casamento legítimo, havia o **concubinato, era** uma adúltera, isto é, uma ladra e descia à última infâmia" ("Além do casamento legítimo, havia a **concubinato, como existiu entre os romanos, produzindo direito e obrigação recíproca. A mulher que traía a fé conjugal, ou o concubinato,**

era uma adúltera, isto é, uma ladra e descia à última infâmia") – no romance *Ubirajara*; "braço" (por "abraço"), "afiar" (por "afilar"), "animar" (por "amimar"), "avançar" (por "avençar"), "chinelas" (por "chilenas") – no romance *Til*; "afago" (por "afogo"), "batalhar" (por "babatar"), "blocos" (por "biocos"), "bolinhos" (por "bolinhos"), "pequena dona de casa" (por "doninha de casa"), "cessar" (por "sessar") – no romance *O Tronco do Ipê*. Os poucos exemplos apresentados bem demonstram que as infidelidades textuais ora resultam de descuidos de revisão, ora da atuação de preconceitos gramaticais ou de uma visão muito falha e restrita da riqueza de formas lexicais na língua portuguesa que autorizam o revisor a corrigir nos textos o que considera absolutamente inaceitável, segundo a sua ótica. Numa edição do romance *O Sertanejo* anterior à nossa de 1973, lançada pela mesma editora, documentamos a seguinte curiosíssima alteração do texto, que se soma a inúmeras outras: na frase "nossos vaqueiros não seriam homens para pedir meças em jogos de destreza aos mais esforçados paladinos de outras eras"³⁶, a expressão "pedir meças" (= temer comparações) foi substituída por "medir peças", o que desfigurou por completo a afirmação do romancista. Falhas assim gritantes – modificações de formas lexicais e de construções sintáticas, ou saltos no texto – documentamos também em edições da peça *Camões e o Jau*, de Casimiro de Abreu, inclusive a que foi publicada em 1972 pelo Serviço Nacional de Teatro, órgão do Ministério da Educação e Cultura.³⁷ A nossa mais recente experiência de organização de uma edição crítica – a do romance camiliano *Amor de Perdição* – permite-nos dizer, sem receio de contestação, que as edições atuais, salvo raras exceções (uma ou duas apenas), não podem merecer a menor confiança, tão graves e tão frequentes são as falhas e infidelidades textuais que nelas se verificam, nas edições brasileiras e também nas portuguesas.³⁸

De tudo o que foi exposto cremos que se pode tirar a seguinte conclusão: as instituições culturais e educacionais mais ligadas ao campo das Letras precisam saber ou ter condições de valorizar as atividades de Crítica Textual; por outro lado, urge que os nossos legisladores aprovelem medidas de proteção ao patrimônio literário, tão seriamente atingido na forma e no conteúdo pela ação desastrosa e irresponsável, livre e descontrolada, dos maus revisores e preparadores de textos e dos maus editores. Sem tais providências, os leitores mais interessados e os estudiosos de língua e de literatura continuarão a não encontrar no mercado de livros as boas edições de que necessitam para assentar em bases seguras todo o trabalho da investigação literária. É oportuno lembrar, aliás, que a nova Constituição da República, de 5 de outubro de 1988, em seu Artigo 216 não só obriga o Poder Público a promover e proteger "o patrimônio cultural brasileiro" (§1º) mas também estabelece: "Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei" (§4º) – o que implica a definição na legislação ordinária das medidas que permitam chamar à responsabilidade os autores dos atentados ao patrimônio literário, tão frequentes e tão gritantes, como ficou demonstrado há pouco.

NOTAS

1. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado pelo Decreto nº 19402, de 14 de fevereiro de 1931.
2. O Decreto nº 6283, de fundação da Universidade de São Paulo, está datado de 25 janeiro de 1934.
3. O texto integral do anteprojeto está transcrito no livro *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural do Brasil: Uma Trajetória*, Brasília, MEC – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – Fundação Nacional Pró-Memória, 1980, p. 90-106.
4. Cf. *Diário Oficial* de 27 de dezembro de 1937, ano 76, nº 295, p. 25586.
5. A Universidade do Distrito Federal foi criada pelo Decreto municipal nº 5513, de 4 de abril de 1935, e extinta pelo Decreto-Lei nº 1063, de 20 de janeiro de 1939.
6. O Decreto-Lei nº 1190, de 4 de abril de 1939, determinou a forma de organização da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil. Pouco depois, o nome dessa unidade universitária passou a ser apenas Faculdade Nacional de Filosofia.
7. *Trechos Seletos – Com Uma Introdução Histórico-Gramatical e Anotações* Rio de Janeiro, Tip. Besnard Frères, 1919. XX + 338 p. // *Lições de Português – Dadas no 3º Ano da Escola Normal* Ano Letivo de 1921. Rio de Janeiro, Revista de Língua Portuguesa, (1923). (2) + 280 + (8) p. // *Algumas Fábulas de Fedro – Com Tradução Literal, Notas Visando ao Português, e Vocabulário* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927. 216 p.
8. In *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, nº 9, jan. 1921, p. 17-32. / Do artigo se tirou separata: *A Língua Nacional e o Seu Estudo – 6ª Conferência da Série Promovida e Organizada Pelo Curso Jacobina – Realizada a 12 de Agosto de 1920, no Salão do "Jornal do Comércio"* Rio de Janeiro, Tip. Lit. Rohe, 1921. (2) + 16p.
9. Por iniciativa de Sousa da Silveira, as aulas desse curso de 1938 na UDF foram publicadas em fascículos sucessivos (146 a 163) da *Revista de Cultura* dirigida pelo Padre Tomás Fontes, nos anos de 1939–1940, sob o título "Lições de Linguística Geral". Pouco mais tarde, reapareceram "melhoradas e ampliadas" no livro *Princípios de Linguística Geral (Como Fundamento Para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa)*, Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1942, em cujo prefácio Sousa da Silveira se estende em importantes considerações sobre a atuação de Matoso Câmara no curso pioneiro.
10. Dados biobibliográficos minuciosos sobre o lingüista e filólogo encontram-se no livro de nossa autoria *Sousa da Silveira – O Homem e a Obra – Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, com prefácio de Pedro Nava, Rio de Janeiro, Presença, 1984, (16) + 365 p.
11. No começo da República, o antigo Colégio Pedro II passou a denominar-se Ginásio Nacional. Em 1909, no governo Nilo Peçanha, foi restabelecido o nome primitivo.
12. A antiga Escola Normal é hoje o Instituto de Educação, unidade de ensino do Estado do Rio de Janeiro.
13. J. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa – Dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa* Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911. XXIV + 519 p. //

- Ministério do Interior – Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial – 1ª Repartição, *Bases Para a Unificação da Ortografia que Deve Ser Adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais* Lisboa, Imprensa Nacional, 1911. 49 p.
14. Cf. Homero Sena, *República das Letras (20 Entrevistas com Escritores)*, 2ª edição (revista e ampliada), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1968, p. 148. / A entrevista com Sousa da Silveira, publicada pela primeira vez a 16 de setembro de 1945 em *O Jornal* do Rio de Janeiro, está transcrita nas páginas 147 a 165 dessa edição do livro de Homero Sena, com o título "O Problema da Língua Brasileira".
 15. In *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, nº 11, maio 1921, p. 23-32.
 16. Cf. "O Problema da Língua Brasileira", in Homero Sena, op. cit., p. 147-165, ou o parecer "Denominação do Idioma Nacional do Brasil", datado de 15 de outubro de 1946, in Sousa da Silveira, *Lições de Português*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Presença, 1983, p. 291-293.
 17. Cf. *Textos Quinhentistas* – Camões: "Sóbolos Rios"; Cristóvão Falcão: "Crisfal"; Antônio Ferreira: "Castro"; Gil Vicente, "Auto da Alma" – Estabelecidos e Comentados por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 374 + (4) p. / *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)* – Explicados por Sousa da Silveira. 2ª edição melhorada e acrescida com o texto integral de cada auto. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953. 223 p.
 18. Entre os discípulos declarados de Sousa da Silveira apontam-se como os primeiros a publicar notáveis contribuições ao progresso da Lingüística e da Filologia Portuguesa os professores Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, Gládstone Chaves de Melo, Celso Cunha, Jesus Belo Galvão, Antônio Houaiss; aos citados podem acrescentar-se vários outros nomes de discípulos que no exercício do magistério ou como autores de outros valiosos trabalhos tiveram sempre em mira o exemplo do grande mestre das *Lições de Português*.
 19. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda* – Edição Feita Sobre Cinco Manuscritos Inéditos e Todas as Edições Impressas, Acompanhada de um Estudo Sobre o Poeta, Variantes, Notas, Glossário e um Retrato por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Halle, Max Niemeyer, 1885. CXXXVI + 950 p. // "*Os Lusíadas*" de Luís de Camões – Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. 2 tomos, Porto, Magalhães & Moniz, 1910. XL + 316 + 350 p. (2ª edição, 2 tomos, 1916/1918). // *Textos Arcaicos* Coordenados. Anotados e Providos de um Glossário pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos 3ª edição (ampliada). Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923. 222 p.
 20. Cf. *Trechos Seletos* – Complemento Prático às *Lições de Português* do Mesmo Autor com Uma Introdução Histórico-Gramatical e Anotações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 444 p. / No prefácio, diz o filólogo: "Atendendo a um justo reparo da crítica, faço refletir-se mais acentuadamente, nas páginas de agora, a nossa natureza, as coisas do nosso meio e da nossa vida. Neste particular, sou devedor de muito ao meu amigo, o nosso poeta Manuel Bandeira"; e indica em seguida os principais acréscimos e modificações nessa segunda edição do livro.
 21. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952. 203 p.
 22. V. o que dizemos sobre a evolução do pensamento filológico do grande Mestre em nosso livro, já citado na nota 10, *Sousa da Silveira – O Homem e a Obra – Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, p. 308-314.

23. Cf. artigo 178 da Constituição de 1946, indicando que continuava "sob a proteção do poder público" o patrimônio histórico, artístico e paisagístico, como ao tempo da atuação de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde.
24. Ministério da Educação – *Obras Completas de D. J. G. de Magalhães – Volume II: Suspiros Poéticos e Saudades*. Edição Anotada por Sousa da Silveira. Prefácio Literário por Sérgio Buarque de Holanda. (Rio de Janeiro), Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, XXXII + 386 p.
25. *Obras de Casimiro de Abreu* – Edição Comemorativa do Centenário do Poeta (1939) – Organização, Apuração do Texto, Escorço Biográfico e Notas por Sousa da Silveira São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. XXVI + 457 p. / Em 1955, por iniciativa do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, saiu a segunda edição do livro, com muitos acréscimos e melhoramentos.
26. V. as informações sobre a repercussão do trabalho do filólogo no livro de nossa autoria, já citado nas notas 10 e 22, *Sousa da Silveira – O Homem e a Obra – Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*.
27. Serafim da Silva Neto, "Bibliografia ... *Obras de Casimiro de Abreu* por Sousa da Silveira", in *Revista Filológica*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 13, dez. 1941, p. 93-94. // Idem, "Notas – Bíblia Medieval Portuguesa", in *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, ano 2, fasc. 7, set. 1947, p. 139-142. // Mestre André de Resende, *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro, Porteiro do Mosteiro de S. Domingos de Évora* – Edição Fac-Similada do Único Exemplar Conhecido, Acompanhada de Transcrição, Introdução e Notas por Serafim da Silva Neto – Prefácio-Estudo de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1947. 214 + (49) p.
28. José Gonçalo Chorão de Carvalho, *Sobre o Texto da Lírica Camoniana* (Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa). Lisboa, 1949. 56 p. // Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça ou Saudades* – Seleção e Fixação do Texto, Introdução, Notas e Glossário de J. G. Herculano de Carvalho Coimbra, Atlântida, 1960. 103 p. // Manuel Maria Barbosa du Bocage *Opera Omnia* – Direção de Hernâni Cidade – II: Odes, Canções, Epístolas, Idílios, Cantos e Cantatas – Preparação do Texto e Notas de José Gonçalo Herculano de Carvalho. Lisboa, Livraria Bertrand, 1970. 375 p. / Idem III: Elegias, Epicédios, Sátiras, Poesias Várias, Fragmentos, Elogios, Elogios Dramáticos, Dramas Alegóricos, Fragmentos Dramáticos, Traduções – Preparação do Texto e Notas de José Gonçalo Herculano de Carvalho e de Maria Helena Paiva Joachin. Lisboa, Livraria Bertrand, 1970. 382 p. (A parte tratada por Herculano de Carvalho corresponde às 109 páginas iniciais do volume – Elegias, Epicédios, Sátiras, Poesias Várias, Fragmentos).
29. José G. Herculano de Carvalho, *Crítica Filológica e Compreensão Poética*. 2ª edição, revista, com uma nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, MEC, Departamento de Assuntos Culturais – Programa Especial UFF-FCRB, 1973, p. 11. / A publicação anterior deste trabalho foi feita nas páginas 85-107 de *Festschrift Litterae Hispanae et Lusitanae zum fünfzigjährigen Bestehen des Ibero-Amerikanischen Forschungs-instituts der Universität Hamburg, herausgegeben von Hans Flasche, Max Hueber, Verlag, München, 1968*.
30. "Aula Inaugural dos Cursos do Prof. José Gonçalo Herculano de Carvalho Sobre Gramática Gerativa-Transformacional e os Problemas Textuais da Obra de

- Bocage", in *Sessão Inaugural do Programa Especial UFF-FCRB* Organizado pela Universidade Federal Fluminense e pela Fundação Casa de Rui Barbosa, Niterói, UFF – Imprensa Universitária, 1973.
31. Cf. Art. 180, parágrafo único, da Constituição de 24 de janeiro de 1967, com as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
 32. Cf. Art. 165 e 166 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
 33. José de Alencar, *Ubirajara – Lenda Tupi*. 14ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da 1ª Edição (1874) – Apuração do Texto, Revisão, Introdução, Notas e Índices por Maximiano de Carvalho e Silva Colaboração de Dulce Mendes e Maria Alice Pires Cardoso de Aguiar. São Paulo, Melhoramentos, 1970. 168 p. // Idem, *Til – Romance Brasileiro*. 9ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da Edição de 1872 – Apuração do Texto, Revisão, Introdução, Notas e Índices por Maximiano de Carvalho e Silva Colaboração de Marlene Mendes Veloso. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 276 p. // Sênio (José de Alencar), *O Tronco do Ipê – Romance Brasileiro*. 15ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da Edição de 1871 – Apuração do Texto, Introdução, Notas e Índices, Preparação dos Originais e Revisão por Maximiano de Carvalho e Silva Colaboração de Aluísio Gonçalves Costa, Noêmia Leite Costa e Marlene Mendes Veloso. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 292 p. // José de Alencar, *O Sertanejo*. 10ª Edição – Reprodução Fiel do Texto da 1ª Edição (1875) – Apuração do Texto, Revisão, Introdução, Notas e Índices por Maximiano de Carvalho e Silva Colaboração de Marlene Mendes Veloso, Lúcia Pereira Garcia Ramos e Masumi Ota. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 319 p.
 34. Casimiro de Abreu, *Camões e o Jau*. Reprodução Fac-Similada da 1ª Edição (1856) Apresentação de Aldio Leite Corrêa – Estudo Prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Niterói, Comissão Especial do IV Centenário da Morte de Luís de Camões, 1980. 24 + (26)p.
 35. Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição (Memórias Duma Família)*. Reprodução Fac-Similada do Manuscrito, em Confronto com a Edição Crítica, Segundo Plano Organizado e Executado sob a Direção de Maximiano de Carvalho e Silva Estudo Prévio Histórico-Literário de Aníbal Pinto de Castro. Rio de Janeiro / Real Gabinete Português de Leitura, Porto / Lello & Irmão, 1983. LXXX + 646 p.
 36. Cf. edição de 1875, 1ª Parte, Capítulo XVI, §42.
 37. Casimiro de Abreu, *Camões e o Jáo* [sic] – *Cena Dramática*. Rio de Janeiro, MEC – Serviço Nacional de Teatro, 1972.
 38. No estudo prévio da edição do *Amor de Perdição* mencionada na nota 35, p. XXXII-XXXV, fazemos referência a algumas dessas edições atuais do romance que se caracterizam pela má qualidade do texto, e indicamos num quadro comparativo as principais infidelidades e grosseiras deturpações encontradas na reprodução dos seis capítulos iniciais.

SOBRE OS TERCETOS DE CAMÕES

Leodegário A. de Azevedo Filho
UFRJ/UERJ

No que se refere especificamente aos **Tercetos** (composição em **terza rima** italiana, em geral incluídas no gênero elegíaco), no primeiro volume da nossa edição da *Lírica de Camões*, edição da IN/CM, de Lisboa, já transcrevemos o seguinte trecho de Henri Morier:

La terza rima est formée de tercets dont les vers extrêmes, le premier et le troisième, riment ensemble; le second vers fournit à chaque fois les rimes extrêmes du tercet suivant; quand le poète désire terminer ce petit jeu de tricotage, il ajoute un vers à son ultime tercet, dont la rime centrale trouve ainsi son écho final. Le nombre des vers du poème entier est donc un multiple de 3, plus 1. (HM, p. 451).

Esquema:

```

a b c d e f g h i ...      y
  / / / / / / / / /      /
b c d e f g h i      ... y z
  \ \ \ \ \ \ \ \ \      \
a b c d e f g h i ...      y
                                   z

```

E acrescenta Henri Morier, precisando a definição, na mesma página:

Chaque tercet présente un caractère d'inachèvement. Le sens est arrêté, ou du moins semble généralement former un tout syntaxique à la fin du troisième vers de chaque tercet; mais, à ce moment, la rime du vers central reste en suspens. Il faut attendre la suite, la naissance d'une nouvelle pensée, pour que cette rime trouve son écho et que l'oreille soit satisfaite. En d'autres termes, la satisfaction de l'esprit et celle de l'oreille ne coïncident pas: quand le sens est complet et l'intelligence satisfaite, l'oreille ne l'est pas; quand l'oreille est satisfaite, l'intelligence ne l'est pas encore...

Observe-se ainda que o último verso pode vir isolado ou juntar-se ao último terceto, formando uma espécie de quarteto final, que satisfaz à inteligência e ao ouvido. Quando o verso final vem isolado, costuma-se falar, aliás imprópriamente, em estrofe monóstica, pois qualquer estrofe reclama sempre a reunião de dois ou mais versos. Mas tal estrofe monóstica, que se resume apenas num verso, vem sempre relacionada com o último terceto da composição, encerrando a estrutura poética pela rima e pelo sentido. Camões, em suas extraordinárias elegias, soube construir habilmente a **terza rima** italiana, tão vem quanto Dante ou Petrarca.

Nas duas edições quinhentistas (*Rhythmas*, 1595 e *Rimas*, 1598) foram publicadas cinco composições em **terza rima**, aqui apresentadas em ordem alfabética e pelos respectivos **incipit**:

- 1 – Aquela que de amor descomedido
- 2 – Aquele mover d'olhos excelente
- 3 – Depois que Magalhães teve tecida
- 4 – O poeta Simónides falando
- 5 – O sulmonense Ovídio desterrado

Entretanto, os organizadores de RH e de RI, mesmo dispendo de muitos manuscritos da época, como tantos supõem, mas de certeza nenhum autógrafo, deixaram escapar a seguinte composição: "Se quando contemplamos as secretas", certamente de Camões. Com efeito, tal composição é incontrovertidamente atribuída ao Poeta não apenas no "Índice" do *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, fôlio 70, mas também no importante *Cancioneiro de Madrid*, fôlio 104. Dispõe assim de duplo e até hoje incontestado testemunho quinhentista de atribuição camoniana, com o indispensável apoio manuscrito. O seu autor, por isso mesmo e salvo prova em contrário, que até hoje ninguém deu, só pode ser igual a Camões.

Na segunda parte das *Rimas* (1616), Domingos Fernandes teve o mérito de incluir a composição em Tercetos acima indicada, embora no meio de duas outras manifestamente apócrifas, como já indicámos no primeiro volume da nossa edição, acima referida. Ei-las:

- 1 – Duvidosa esperança, certo modo
- 2 – Se obrigações de fama podem tanto

Em 1668, na terceira parte das *Rimas*, Álvares da Cunha iria incluir, no universo lírico camoniano, nada menos que 9 composições em Tercetos, mas sem prova aceitável de atribuição camoniana. Em ordem alfabética, eis os textos:

- 1 – De peña en peña nuevo las passadas
- 2 – Foi-me alegre o viver, já me é pesado
- 3 – Ilustre, e nobre Silva descendido
- 4 – La sierra fatigando de contino

- 5 – Não me julgueis, Senhora, a atrevimento
- 6 – Não porque de algum bem tenha esperança
- 7 – Nunca um apetite mostra o dano
- 8 – Que novas tristes são, que novo dano
- 9 – Saíam desta alma triste, e magoada

Dessas 9 composições, a oitava (Que novas tristes são, que novo dano) tem o seu **incipit** expressamente atribuído a Camões em PR – 66. Mas não há, para ela, nenhuma outra confirmação quinhentista de autoria camoniana, pelo menos nos manuscritos que trouxemos à colação. Portanto, deve ficar em ritmo de espera para entrar no **corpus** básico. A primeira composição "De peña en peña nuevo las passadas" figura no COD. 8920, da Biblioteca Nacional de Lisboa, mas sem qualquer indicação de autoria. A segunda composição, como já mostrou Vítor Manuel de Aguiar e Silva, em suas *Notas sobre o cânone da lírica camoniana II*, vem atribuída a Estêvão Rodrigues de Castro, no manuscrito *In Bibliothecam Lusitanam*. A terceira composição, também na relação acima, consta do já citado COD. 8920, da BNL, mas sem qualquer indicação de autoria, exactamente como a quarta. A quinta composição certamente veio do fólio 88, mas sem qualquer indicação de autoria, do *Cancioneiro de Luís Franco Correa*. A sexta pertence às *Obras Completas*, de Diogo Bernardes: Elegia V, vol. I, p. 145. A sétima também se encontra no COD. 8920, da BNL, igualmente sem qualquer indicação de autoria. Da oitava, inicialmente, já tratámos; e da nona e última seja dito que é atribuída a Fernão d'Álvares do Oriente no "Índice" de CPR, aparecendo ainda em LF – 51, mas sem qualquer indicação autoral. Como se vê, das nove composições em Tercetos introduzidas por Álvares da Cunha no universo lírico de Camões, em 1668, apenas uma, cujo **incipit** é "Que novas tristes não, que novo dano", tem possibilidade de ser de Camões. Mas fica à espera da indispensável confirmação de autoria camoniana, para entrar no **corpus minimus**. Portanto, Álvares da Cunha também dilatou o **corpus**, ampliando o universo lírico atribuído ao Poeta, mas sem qualquer fundamento aceitável de autoria camoniana para os textos.

Na famosíssima edição de Faria e Sousa (1685), vão penetrar abusivamente no universo lírico camoniano as seguintes composições em Tercetos:

- 1 – Ao pé de um'alta faia vi sentado
- 2 – A vida me aborrece a morte quero
- 3 – Belisa único bem desta alma triste
- 4 – Entre rústicas serras e fragosas
- 5 – Juíz extremo, horrífico e tremendo

A primeira, a segunda, a quarta e a quinta das composições acima não apresentam qualquer prova aceitável de autoria camoniana. A terceira é atribuída a Francisco de Andrade, aliás duplamente: no fo. 221, do *Cancioneiro de Luís Franco Correa*, e no fo. 394 do COD. 8920 da BNL. Portanto, à luz do rigoroso critério aqui adotado, nenhuma dessas cinco composições tem condições de integrar o **corpus minimus**, pelo menos diante dos dados de que dispõe a crítica, no presente momento.

Em 1860/69, o Visconde de Juromenha daria continuidade aos desmandos anteriores, incluindo os seguintes textos no já tumultuado universo lírico do Poeta:

- 1 – A Aónio que de amor solto fugia
- 2 – Correntes agoas frias do Mondego
- 3 – Divino almo Pastor Délio dourado
- 4 – Eu só perdi o verdadeiro amigo
- 5 – Ganhei Senhora tanto em querer-vos
- 6 – Quando os passados bens me representa
- 7 – Quem poderá passar tão triste vida

Das sete composições acima, a quinta é variante de "Aquele mover d'olhos excelente"; a primeira e a sexta não apresentam qualquer prova aceitável de autoria camoniana; a segunda foi colhida no *Cancioneiro Fernandes Tomás*, do século XVIII; a terceira veio do *Cancioneiro de Luís Franco Correa*, mas sem qualquer indicação de autoria, o mesmo ocorrendo com a quarta; e a sétima (e última) aparece no Ms. 2209 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas sem qualquer indicação de autoria. Portanto, à luz dos critérios aqui adotados, nenhuma das composições acima tem condição de integrar o **corpus minimus** da lírica camoniana, o que não impede possam ser estudadas como textos da época, mas não como textos de incontroversa atribuição a Camões. E nas edições de Teófilo Braga, como se sabe, nenhuma composição foi acrescentada, no que se refere à **terza rima**.

Nas principais edições modernas, a partir de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira (1932), das 28 composições em Tercetos, acima indicadas, apenas 10 foram aproveitadas:

- 1 – Aquela que de amor descomedido
- 2 – Aquele mover d'olhos excelente
(Variante: Ganhei, Senhora, tanto em querer-vos)
- 3 – Depois que Magalhães teve tecida
- 4 – Divino, almo Pastor, Délio Dourado
- 5 – Foi-me alegre o viver, já me é pesado
- 6 – Não me julgueis, Senhora, a atrevimento
- 7 – O poeta Simónides falando
- 8 – O sulmonense Ovídio desterrado
- 9 – Que tristes novas são, que novo engano
- 10 – Se quando contemplamos as secretas

Em face da edição de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, o professor A. J. da Costa Pimpão eliminou ainda as seguintes composições:

- 1 – Foi-me alegre o viver já me é pesado
- 2 – Ganhei tanto, Senhora, em querer-vos
- 3 – Não me julgueis, Senhora, a atrevimento

Além desses textos, o editor de Coimbra menciona, em apêndice, uma composição problemática: "Divino, almo Pastor, Délio dourado".

Hernâni Cidade, em sua edição, retomou os textos de 1932, pois só eliminou a variante de "Aquele mover d'olhos excelente", que é "Ganhei, Senhora, tanto em querer-vos". No caso, CP procedeu com mais rigor e, a nosso ver, com mais acerto, em relação a HC.

Na edição de António Salgado Júnior, primeira parte, há apenas os 5 textos que vieram das duas edições quinhentistas. Mas, na segunda parte, incorporou os seguintes textos:

- 1 – Divino, almo Pastor, Délio dourado
- 2 – Foi-me alegre viver, já me é pesado
- 3 – Ganhei, Senhora, tanto em querer-vos
(Variante: Aquele mover d'olhos excelente)
- 4 – Não me julgueis, Senhora, a atrevimento
- 5 – Que novas tristes são, que novo dano
- 6 – Se quando contemplamos as secretas

Portanto, SJ edita 11 composições em Tercetos, entre autênticas e apócrifas.

Por fim, Maria de Lurdes Saraiva editou, como autênticos, apenas 9 Tercetos, a saber:

- 1 – Aquela que de amor descomedido
- 2 – Aquele mover d'olhos excelente
- 3 – Correntes ágoas frias do Mondego
- 4 – Depois que Magalhães teve tecida
- 5 – Divino, almo Pastor, Délio dourado
- 6 – O poeta Simónides falando
- 7 – O sulmonense Ovídio desterrado
- 8 – Que novas tristes são, que novo dano
- 9 – Se quando contemplamos as secretas

Os demais textos, MLS os transcreveu como apócrifos ou como de autoria duvidosa, à exceção de "Ganhei, Senhora, tanto em querer-vos", composição impressa logo após "Aquele mover d'olhos excelente", como variante formal.

Em seguida, vejamos o testemunho dos manuscritos da época, a partir de CPR, via PR:

- 1 – Aquela que de Amor descomedido
Nº 68 – Camões
- 2 – Aquele mover d'olhos excelente
Nº 84 – Camões
- 3 – O poeta Simónides falando
Nº 67 – Camões
- 4 – O Sulmonense Ovídio desterrado
Nº 69 – Camões
- 5 – Que novas tristes são, que novo dano
Nº 66 – Camões
- 6 – Se quando contemplamos as secretas
Nº 70 – Camões

Em confronto com as duas edições quinhentistas, logo se verifica a importância do "Índice" do *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, pois, com exceção dos Tercetos dedicados a D. Leonis Pereira e já publicados na *História da Província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, com o Autor vivo, texto não indicado em PR, e com exceção ainda das duas últimas composições acima relacionadas, as quatro restantes integram o primeiro ramo da tradição impressa quinhentista. E não se entende bem por que, como aqui já assinalámos, a última composição, que é "Se quando contemplamos as secretas", deixou de ser aproveitada pelos editores de RH e de RI, já que, além de aparecer em PR 70, também figura no fo. 104 do *Cancioneiro de Madrid*, com expressa indicação de autoria camoniana. Teria havido, por parte dos editores quinhentistas, certo receio de incluir, entre poesias profanas, um texto de cunho altamente religioso?

Eis agora a relação de Tercetos, no importante *Cancioneiro de Luís Franco Correa*:

- 1 – Aquela que d'amor descomedido
(Fo. 2 v., com atribuição indirecta de autoria camoniana)
- 2 – Belisa, um só amor dest'alma triste
(Fo. 221, variante atribuída a Francisco de Andrade)
- 3 – Divino almo Pastor, Délio dourado
(Fo. 61, com atribuição a Francisco Mendonça)
- 4 – Eu só perdi o verdadeiro amigo
(Fo. 86 v., variante sem indicação de autoria)
- 5 – Ganhei (Senhora) tanto em querer-vos
(Fo. 48, variante de "Aquele mover d'olhos excelente", sem indicação de autoria)
- 6 – Não me julgueis senhora atrevimento
(Fo. 88, sem indicação de autoria)

- 7 – O poeta Simónides falando
(Fo. 4, com atribuição indirecta de autoria camoniana)
- 8 – O sulmonês Ovídio desterrado
(Fo. 1, com expressa indicação de autoria camoniana)
- 9 – Saiam desta alma triste e magoada
(Fo. 51, sem indicação de autoria)

Pena é que o *Cancioneiro de Luís Franco Correa*, na imensa maioria dos casos, não traga indicação expressa de autoria para as composições que reúne. As anotações feitas à margem, com mão posterior e com base na tradição impressa, bem se sabe, não têm qualquer valor documental.

No *Cancioneiro da Real Academia da História*, de Madrid, a relação é a seguinte:

- 1 – Aquele mover d'olhos excelente
(Fo. 194, com expressa indicação de autoria camoniana)
- 2 – Se quando contemplamos as secretas
(Fo. 104, com expressa indicação de autoria camoniana)

O *Cancioneiro de Madrid*, como abreviadamente temos designado o códice, ao contrário do que ocorre com o *Cancioneiro de Luís Franco Correa*, em geral, indica a autoria dos textos. Por isso, muito se lamenta que nele só haja duas composições em Tercetos atribuídas a Camões.

No *Cancioneiro da Biblioteca do Escorial*, só há uma composição em Tercetos, mas sem indicação de autoria, no fo. 10, que é: "Ganhei Senhora tanto em querer-vos".

No Ms. 2209 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, só há duas composições em Tercetos:

- 1 – Aquele mover d'olhos excelente
(Fo. 124 v., com expressa indicação de autoria camoniana)
- 2 – Quem poderá passar tão triste vida
(Fo. 121 v., sem indicação de autoria)

No *Manuscrito Juromenha*, eis a relação de Tercetos:

- 1 – Aquela que de amor descomedido
(Fo. 17 v., com **incipit** variante "Aquela cujo peito em flama ardida" e expressa indicação de autoria camoniana)
- 2 – Aquele mover d'olhos excelente
(Fo. 21 v., com indirecta atribuição a Camões)

- 3 – Duvidosa esperança certo medo
(Fo. 118 v., com **incipit** variante "Incertas esperanças certos medos" e expressa atribuição a Diogo Bernardes e não a Camões)

Como se vê, o testemunho do Ms. Jur. é importante, pois traz atribuições claras de autoria, de forma direta ou indireta.

Em MA (Manuscrito apenso a um exemplar das *Rhythmas*, pertencente à BNL), só aparece uma composição em Tercetos, aliás publicada com o Poeta Vivo, na *História da Província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576: "Depois que Magalhães teve tecida". O mesmo texto se encontra, naturalmente, no Manuscrito b – IV – 28, da Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo del Escorial, onde se acha a primitiva redação da obra de Gândavo.

No COD. 8920 da BNL, eis a relação de Tercetos:

- 1 – Belisa único bem desta alma triste
(Fo. 394 v., com **incipit** variante "Belisa um só amor desta alma triste" e atribuídos a Francisco de Andrade)
- 2 – De peña en peña moviendo las passadas
(Fo. 8, sem indicação de autoria)
- 3 – Ilustre e nobre Silva descendido
(Fo. 318, sem indicação de autoria)
- 4 – La sierra fatigando de contino
(Fo. 10, sem indicação de autoria)
- 5 – Nunca um appetite mostra o dano
(Fo. 9, sem indicação de autoria)

Aqui também se lamenta a falta de indicação de autoria para vários textos do códice.

No tardio *Cancioneiro de Fernandes Tomás*, pois é do século XVIII, há apenas duas composições em Tercetos, a saber:

- 1 – Correntes ágoas frias do Mondego
(Fo. 159, com expressa atribuição de autoria camoniana)
- 2 – Belisa único bem desta alma triste
(Fo. 19, com expressa atribuição de autoria camoniana)

Por conseguinte, de acordo com o critério por nós adotado, que é o do duplo testemunho quinhentista incontroverso, sendo um deles procedente da tradição

manuscrita, apenas podem integrar o **corpus minimus** da lírica de Camões os seguintes Tercetos:

- 1 – Aquela que de amor descomedido
C. I.: PR – 68; LF – 2 v.; Ms. Jur. – 17 v.; RH – 55 v.; RI – 74 v.
S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 2 – Aquele mover d'olhos excelente
C. I.: PR – 84; M – 194 v.; Ms. Jur. – 21 v.; TT – 124 v.; RH – 59 v.; RI – 81
S. I.: LF – 48; E – 10
Variante: "Ganhei, Senhora, tanto em querer-vos" (eliminada)
- 3 – Depois que Magalhães teve tecida
C. I.: Esc. – 1; H – 2; MA – 24; RI – 78 v.
S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria
- 4 – O poeta Simónides, falando
C. I.: PR – 67; LF – 4; RH – 51; RI – 69 v.
S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 5 – O sulmonense Ovídio, desterrado
C. I.: PR – 69; LF – 1; Ms. Jur. – 20; RH – 57 v.; RI – 76 v.
S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.
- 6 – Se quando contemplamos as secretas
C. I.: PR – 70; M – 104
S. I.: Não encontramos o texto sem indicação de autoria.

Em confronto com as duas edições quinhentistas, verifica-se que o **corpus** básico por nós estabelecido apenas acrescentou uma composição, que é "Se quando contemplamos as secretas", inexplicavelmente fora de RH e de RI, já que figura em cancionários manuscritos da época, com atribuição camonianiana incontroversa. Mais uma vez, por aqui se verifica que os editores de RH e de RI não deviam ter consultado tantos manuscritos, como teoricamente se tem admitido. Ou, então, eliminaram o texto por motivos que só Deus sabe. Aliás, muitas vezes, em relação a RI, chega-se à conclusão de que apenas partiu de MA, cujos textos acrescentou a RH, depois de reexaminar a questão autoral, compondo-se assim a segunda edição das *Rimas*, com seu conhecido espírito corretivo.

Há apenas uma composição em Tercetos com um testemunho quinhentista incontestado de autoria camonianiana, em PR, que talvez possa ainda integrar o **corpus minimus**, a saber:

Que novas tristes são, que novo dano.

(O testemunho vem de PR – 66, mas sem confirmação de autoria em qualquer outro manuscrito conhecido daquela época. O texto penetrou na tradição impressa com a edição de Álvares da Cunha, em 1668).

As demais composições, salvo prova em contrário, que ninguém deu, não têm condições de integrar o **corpus** básico, sob pena de quebra do critério aqui adotado. Pode até ser que entre elas haja uma ou outra de Camões, mas isso só deve ser discutido depois da fixação do cânone mínimo, por uma questão de método ou coerência de crítica textual. E é só.

Observação:

As abreviaturas empregadas neste artigo, após a nossa edição de *Lírica de Camões*, tornaram-se de conhecimento comum e amplo uso por todos os estudiosos do assunto.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E SEU REFLEXO NO LÉXICO DA LINGUAGEM URBANA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Dino Preti
USP

O léxico é o campo da língua que melhor espelha a dinâmica social. Sua mobilidade, para atender às necessidades de comunicação, traduz a representação mais imediata das transformações dos costumes, das crises sociais e políticas, das lutas de classe, das atividades científicas, das conquistas tecnológicas. "É, efetivamente, o léxico que, numa língua, reflete mais diretamente as realidades não lingüísticas", como o diria Martinet.¹ Nenhum campo lingüístico apresenta maior variabilidade do que o léxico, razão pela qual se torna extremamente difícil estabelecer padrões ou subpadrões lexicais.

O ritmo instável e, até certo ponto, imprevisível, da vida na sociedade contemporânea tem tornado a atividade lingüística de criação e substituição de vocábulos ainda mais intensa, agilizando os processos de neologia e obsolescência lexical, apressando a desatualização dos dicionários e trazendo maior incerteza nos critérios sociais de uso dos vocábulos.

O crescente poder dos meios de comunicação de massa, em particular da televisão, do rádio e da imprensa, acabou por tornar esses veículos sociais o grande repositório dos neologismos técnicos e populares que se incorporam continuamente ao estoque lexical. Com eles uma imensa e variada massa de novos significados, para os vocábulos já existentes, engrossa os verbetes nos dicionários e é absorvida pela língua falada e escrita.

Esse painel genérico traduz, pode-se dizer, a realidade sociocultural e lingüística das grandes cidades brasileiras, onde o critério de aceitabilidade social dos vocábulos tem-se tornado mais elástico, mais descompromissado com a rigidez da tradição lingüística e das regras da sintaxe lexical, menos compartimentado dentro dos limites dos dialetos sociais, cujas fronteiras parecem cada vez mais incertas, no léxico. Assim, rompe-se, com freqüência, o equilíbrio das forças sociais da tradição e da renovação, confundindo no falante comum os conceitos culturais de uma teórica "boa linguagem", alterando o prestígio social dos vocábulos, tornando precária a classificação de **culto**, **popular**, **técnico**, **gírio**, **obsceno**, etc., com que os lingüistas costumam etiquetá-los.

Várias razões têm colaborado, na sociedade contemporânea – e, em especial, na brasileira, de que falamos – para essas transformações que o léxico registra, como, por exemplo, a própria extensão de funções do indivíduo dentro da comunidade, que tem mostrado uma multiplicidade crescente, ao contrário de outras épocas, onde a sociedade era bem mais compartimentada, onde cada indivíduo exercia prioritariamente uma função específica: o político, o médico, o professor, o operário, o estudante, a dona-de-casa etc., com reflexo direto em sua linguagem.

Na sociedade moderna – e referimo-nos, em particular, às grandes comunidades urbanas do Brasil – o indivíduo passa com notável rapidez de uma função para outra, vivendo simultaneamente vários papéis sociais, que provocam alterações substanciais de seu repertório verbal, em função da multiplicidade de **situações de comunicação** a que está sujeito diariamente: uma dona-de-casa pode ser, concomitantemente, uma secretária, uma estudante; um professor pode ser também um aluno; um operário pode ser, igualmente, um estudante, um político, um pastor; etc. De forma que as funções sociais não se separam bem, sobrepõem-se, alternam-se, dividem-se e subdividem-se para um mesmo indivíduo, cujo vocabulário usual reflete essa mobilidade.

A ação desse fenômeno social pode-se tornar tão intensa no léxico, a ponto de apagar ou diminuir os fatores extralingüísticos, tradicionalmente aceitos como geradores da diversidade lingüística e dos **dialetos sociais**: a origem geográfica do falante, sua faixa etária e sexo, seu grau de escolaridade, sua condição sócio-econômica, sua profissão e círculo de relações etc. Assim, os vocábulos se indeterminam ou se nivelam socialmente, dentro desse emaranhado de funções que se sobrepõem, confundindo-se o termo culto com o popular, o técnico com o jargão, o gírio com o obsceno etc. Esses valores sociais dos vocábulos podem vir, pois, a confundir-se, acompanhando a própria mobilidade das estruturas sociais.

Com isso, pode-se falar num fenômeno progressivo de nivelamento lingüístico com o aparecimento de um léxico "comum", formado pela contribuição de vários vocabulários sociais. Aparentemente contraditório na sua essência, esse léxico diversificado atende, tanto à linguagem falada, quanto à escrita, e seu melhor campo são os meios de comunicação de massa e a propaganda. Sua tendência progressiva parece ser a de aproximar-se do vocabulário coloquial, de fácil compreensão.

Tem cabido aos meios de comunicação de massa o papel de difusores dessa linguagem "comum". E essa função tem sido cumprida na sociedade brasileira contemporânea, primordialmente, pelos canais de televisão, em grande parte pelos programas cômicos e pelas novelas seriadas, produzidos com o objetivo de um lazer fácil e descompromissado, em cuja linguagem predomina o **registro** coloquial, em especial a gíria, mas também os vocábulos e expressões eróticas mais esvaziados de sua marca obscena, as construções dúbias de conteúdo malicioso.

Os grandes níveis de audiência, decorrentes do fato de a programação de TV ter-se transformado numa das únicas opções de lazer da maior parte da comunidade brasileira, esmagada por uma crise econômica sem precedentes, acabaram por difundir essa linguagem nos mais diversos setores culturais da sociedade, que absorvem, indefesos, os modismos lingüísticos (em especial, vocabulares) da televisão. Uma das conseqüências mais imediatas desse fato tem sido o alargamento do emprego da gíria na comunidade, nas mais diversas **situações de comunicação** e até na linguagem escrita.

Não se trata, é certo, de um processo de criação de vocábulos, por parte da televisão, de um fenômeno de neologia vocabular de formas gírias, mas apenas da divulgação para o grande público, comandada pelos roteiros de produção, da linguagem livre da vida social da juventude burguesa ou dos ambientes dos jovens universitários. São "gírias de grupo" que vêm a se transformar, em pouco tempo, em linguagem corrente, em "gíria comum" que se alastra, não só por toda a massa de falantes urbanos das grandes capitais, mas também pelas cidades menores do interior, invadindo o meio

rural (de resto, sempre pronto a imitar a linguagem das capitais), cobrindo, enfim, todo o país.

Tão logo vão perdendo sua força, desgastando-se pelo uso abusivo, alargando desmedidamente seus significados, esses signos gírios, cumprindo seu efêmero ciclo social, são substituídos por outros mais em moda.

Repetido, desgastado, constantemente renovado, esse vocabulário parasita exerce grande fascínio sobre a juventude e sobre aqueles que buscam uma identificação com os jovens, constituindo-se verdadeira marca social de um grupo.² Sua força extrapola fronteiras geográficas e, hoje, já vemos a gíria brasileira, com a exportação das novelas de televisão, influenciar a própria linguagem de Portugal, como testemunha um estudioso dessa linguagem: "No momento presente a densidade de programação televisiva em língua brasileira (sic) permite-nos afirmar que as riquíssimas gírias e a expressividade do falar do chamado **País irmão** começam a instalar-se no nosso português diário. Não só a riqueza desse vocabulário mas também a imensa popularidade desses programas, o garantem."³

Mas o fenômeno da expansão do uso do vocabulário gírio não pára aí. Ingressando na imprensa falada e escrita, na linguagem política, nos trabalhos universitários, tornando-se a marca habitual da propaganda comercial, a gíria vem contribuindo para a instabilidade da norma lexical, e seu uso geral acaba por enfraquecer a resistência natural até dos chamados falantes cultos, nas **situações de comunicação** de linguagem mais controlada e refletida.

Nesse sentido, a título experimental, realizamos um levantamento sobre a incidência de gíria no vocabulário das pessoas cultas, em dez gravações do Projeto NURC (norma urbana culta), que se realiza concomitantemente em cinco cidades brasileiras.⁴ Tomados dez inquéritos, de diferentes graus de formalidade (diálogo entre informante e documentador, diálogo entre dois informantes e elocução formal), num total de 9h 35' gravados na cidade de São Paulo, foi registrado um considerável número de lexias gírias, entre os quais **a olho, bacana, bagunça, bagunçado, broto, cafona, cara, chato, chué, fofoca, mixo, mixuruco, no papo, penetra, pintar, quadrado, transar, troço** etc.⁵ Essas gravações que têm, em média, oito a dez anos, foram realizadas com plena consciência do informante, portanto, com todas as limitações formais impostas pelo ato de fala gravado, o que pode ser um índice expressivo de que aqueles e outros vocábulos já entraram nos hábitos dos informantes entrevistados, todos com formação universitária completa, dado básico para sua classificação em "falantes cultos", na metodologia do Projeto.

O agravamento da crise político-econômica na década de 80, que aumentou a insatisfação e a agressividade nos centros urbanos, veio acentuar ainda mais os critérios de aceitabilidade social dos termos gírios. Neste contexto mais recente, a gíria e a linguagem obscena reforçaram consideravelmente a expressão linguística dos conflitos populares, da tensão social, da luta entre facções políticas. As mais simples manifestações de revolta popular são logo acompanhadas de coros de palavras injuriosas, às vezes gritadas por toda uma platéia de um estádio de futebol ou de um comício político, num processo de verdadeira catarse coletiva pela linguagem, que é novo no Brasil.

Por outro lado, nestes anos de grande crise, outro índice sociolinguístico significativo revela a convivência de grupos sociais restritos com a grande comunidade. Referimo-nos à crescente incidência de "gíria marginal" e "gíria dos tóxicos" na linguagem falada e escrita, em particular no Rio de Janeiro e São Paulo, coincidentemente os centros de maior atuação do crime, da prostituição e da droga. Lexias como **bacana** (bom, belo etc), **bagana** (cigarro de maconha), **virada** (noitada de droga), **apagado** (drogado, bêbado), **bagulho** (maconha, coisa ruim), **barato** (estado de euforia), **baratinado** (tonto, drogado), **baseado** (cigarro de maconha), **bicão** (estranho), **branquinha** (cocaína), **carango** (carro), **careta** (intruso), **chué** (doente), **cupincha** (companheiro), **curtir** (fumar maconha, aproveitar), **curtição** (ato de fumar maconha ou de aproveitar alguma coisa), **embalo** (disposição), **enrustir** (esconder a droga), **justa** (polícia), **lance** (oportunidade), **mina** (namorada), **ouriço** (agitação), **pacau** (embrulho de maconha), **patota** (grupo de maconheiros, grupo em geral), **papelote** (pacote de cocaína), **paquera** (conquista), **pirado** (drogado, louco), **pico** (injeção de droga), **pivete** (pequeno marginal), **sufoco** (agitação, atrapalhão), **travado** (drogado) etc. já passaram ao vocabulário "comum", perdendo, muitas vezes, seus significados originais fechados, mas conservando de forma inequívoca sua marca gíria; entraram na propaganda comercial e, mais recentemente, com a invasão do chamado "rock brasileiro", na música jovem.

Esses fatos demonstram, sem dúvida, a perigosa interação social entre esses grupos marginais e a sociedade brasileira, em particular, a juventude. Tradicionalmente muito fechados e apenas conhecidos pelos organismos policiais (e nem sempre), esses grupos minoritários, pelo aumento de sua atuação, acabaram por revelar seus costumes e, conseqüentemente, o vocabulário que os nomeava, tornado público pela via dos noticiários da imprensa policial (mais amplos do que nunca).

A crise social teve, também, como não poderia deixar de ter, suas conseqüências marcantes nos costumes e na moral, refletindo-se no afrouxamento dos tabus, em particular na comunidade urbana, com uma condescendente simpatia pelos comportamentos sexuais de exceção, como o homossexualismo. Esse clima tem favorecido uma exploração exacerbada dos temas sexuais na divulgação científica e na ficção literária, nas letras de música (no "rock brasileiro", por exemplo), nos filmes de cinema, no grande número de revistas e fotonovelas eróticas, nos **cartoons** de jornais.

Observa-se, paralelamente, um processo subliminar de "erotização" da propaganda e da ficção televisiva. E, para escapar à ação da censura (hoje já bem mais atenuada), recorre-se, com freqüência, ao discurso malicioso, muito empregado nos programas cômicos da TV e, sob certos aspectos, de maior conteúdo erótico.

A linguagem falada "comum" tem refletido esse processo cultural em seu léxico, com a liberação crescente dos tabus lingüísticos, nos mais diversos contextos, nos falantes de ambos os sexos. Nesse sentido, vem ocorrendo um enfraquecimento do significado e da força injuriosa dos vocábulos obscenos, cujo critério de aceitabilidade social tem-se alterado substancialmente, não só em relação à linguagem oral, mas também em relação à escrita.

Em certos ambientes cultos, como os meios universitários, processa-se uma violenta inversão do prestígio social dessas lexias, tradicionalmente estigmatizadas. Para alguns, elas passam a ser o índice de uma linguagem mais livre e democrática,

mais próxima da cultura popular. Na realidade, esses vocábulos, usados de forma abusiva, tornam-se muito mais a marca de um **registro** lingüístico artificial em relação a essa classe de falantes, caracterizando um verdadeiro processo social de intelectualização do obsceno.

No cinema, por outro lado, com o objetivo de reproduzir com mais realidade os diálogos que envolvem personagens de várias classes sociais, processa-se uma liberação total dos vocábulos obscenos, em situações emocionais. E mesmo as traduções dos diálogos em língua estrangeira (linguagem escrita, portanto), aboliram os eufemismos ou até mesmo o recurso de empregar as primeiras letras dos termos "proibidos", seguidas de reticências.

Mas, hoje, essa influência do cinema sobre a linguagem pode ser considerada menor, pois, cada vez mais, diminui o público das salas de espetáculo, devido ao empobrecimento do povo e à concorrência da televisão. Grandes cidades do interior de São Paulo, o Estado mais progressista do país, às vezes possuem um único cinema, ou até mesmo nenhum.

O impacto mais curioso dessa transformação de atitude lingüística com relação aos vocábulos eróticos, a nosso ver, dá-se na língua escrita, onde a resistência é tradicionalmente sempre maior. E um índice inequívoco desse processo de erotização do léxico "comum", temos na propaganda comercial, na imprensa e nos **out-doors** espalhados pelas ruas e estradas. Nestes últimos, a ousadia publicitária se vale do impacto causado pelo tamanho físico, visual, das palavras, que, apesar de correntes na linguagem falada, ainda causam espécie nesse veículo de comunicação, pois, evidentemente, mesmo esvaziadas de sua força original, continuam a guardar sua marca obscena, porque se referem às partes sexuais ou aos comportamentos sexuais de exceção.⁶

Dentro do mesmo fenômeno lingüístico, igualmente expressivo é o recurso de que se valem a televisão e o rádio, veículos mais sujeitos à censura, mas também a propaganda escrita, para "dire et ne pas dire",⁷ utilizando o "discurso da malícia", pelo qual o falante divide com o ouvinte a responsabilidade do significado. Trata-se, em síntese, de um processo de comunicação lacunoso, onde o destinatário é chamado a intervir, preenchendo os claros, numa **situação de comunicação** em que ocorre um discurso sob outro discurso, permitindo a ambigüidade semântica, decorrente da própria polissemia do vocábulo, e insinuações licenciosas. Assim, um discurso implícito, de responsabilidade dividida entre falante e ouvinte, que funciona como uma segunda **isotopia**, toda ela ligada a referentes eróticos, sobrepõe-se ao discurso ingênuo, a partir de determinadas palavras-chave que, como uma mola, servem de comando às intenções do falante.⁸ Um exemplo, entre outros, é o comercial veiculado pela televisão brasileira, a propósito do "dia dos namorados", em que se jogava habilmente com dois significados do verbo **dar**. O primeiro, empregado com objeto direto apagado ("dar um presente") confundia-se com o segundo significado de natureza erótica ("entregar-se sexualmente"), num monólogo em que uma jovem, hesitante na escolha de um presente, manifestava sua indecisão se deveria "dar" ou não para o namorado. Trata-se, conforme se percebe, de uma verdadeira manipulação do significado dos vocábulos, de evidente intuito erótico, a serviço de interesses comerciais.

Da propaganda escrita poderíamos destacar o exemplo de um texto, inserido num dos jornais mais tradicionais de São Paulo, a propósito de uma emissora de rádio que se dispunha a transmitir concomitantemente dois eventos esportivos: "O time do Osmar Santos dá duas sem sair de cima".

Paralelamente ao uso da gíria e ao aumento da incidência dos vocábulos e expressões eróticas na linguagem "comum", desenvolve-se também o gosto pelo uso dos jargões técnicos, como o "economês", que já possui até glossário impresso e que circula pelas seções econômicas dos jornais e, ainda por esse veículo, chega ao uso falado.

O interesse desusado pelos assuntos econômicos é novo no contexto social brasileiro e decorre diretamente da crise, da divulgação diária das notícias de negociações político-financeiras do governo com os países e organizações estrangeiras, e das inúmeras colunas jornalísticas e programas de rádio e televisão que aconselham o que fazer com o dinheiro ante o avassalador processo inflacionário. Economistas, até há bem pouco tempo desconhecidos, passaram a ser os grandes astros do jornalismo falado e escrito. Com isso, desenvolve-se também o gosto pelos termos técnicos, exóticos, da política econômica. Lexias como **subsídio, correção monetária, inflação, expurgo cambial, indexar, desindexar, especulação, moratória, zerar, moeda escritural, repasse, estimativa, refinanciamento, empréstimo administrado, desmonetização, flutuação articulada, rolar dívida, aceleração e desaceleração da economia, recessão** etc. passam a integrar-se no vocabulário "comum" falado e escrito.⁹

Esse uso vocabular lembra a teoria da "banalização lexical" do termo técnico, estudada por Robert Galisson, e demonstra outra importante faceta dessa tendência niveladora do vocabulário "comum", de vez que esse tipo de lexia é bem específico dos contextos de ensino e pesquisa e de outras áreas que sempre estiveram fechadas ao falante comum.¹⁰

Os jargões, cuja definição é passível de muitas controvérsias, constituem uma linguagem técnica vulgarizada, com formações neológicas imprevisíveis, e resultam diretamente do prestígio social dos termos técnicos, decorrente de atividades que alcançam maior desenvoltura, em certas épocas, como hoje são a Economia, a Informática, a Cibernética etc.

Esses fatos todos permitem-nos concluir que se torna cada vez mais difícil estabelecer, na língua contemporânea do Brasil, os limites de uma norma lexical, baseada nos critérios de aceitabilidade social, não só pela mobilidade e conseqüente indeterminação cultural das classes sociais, mas também pela ação decisiva da linguagem dos veículos de cultura de massa que, preocupados com objetivos de audiência, procuram nivelar a sua produção. Essa política cultural, no léxico, conduz, conforme vimos, à linguagem "comum", nivelada, mais abrangente, por reunir uma contribuição heterogênea de vocabulários de classes sociais diversas, inclusive dos grupos minoritários e marginais.

Por outro lado, os reflexos da crise se fazem sentir nos costumes e acabam por apagar com maior facilidade os tabus lingüísticos. Por isso, a gíria, os jargões e a linguagem obscena constituem hoje os índices mais expressivos dessa abertura trazida por um processo sociolingüístico que também acaba por desembocar num léxico

"comum", indefinido socialmente, mas de alto grau de aceitabilidade pelos falantes, e que já vem sendo incorporado pela própria literatura brasileira contemporânea, em particular pela prosa de ficção.¹¹

NOTAS

1. MARTINET, André. *Le Français sans fard*. Paris, PURF, 1974, p. 36.
2. Cf. PRETI, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, 1984.
3. NOBRE, Eduardo. "História do calão". In: *O calão – dicionário de gíria portuguesa*. Lisboa, Casa do Livro Editora, 1980, p. 20.
4. O Projeto NURC, que pretende fazer uma descrição da língua falada das pessoas cultas, desenvolve-se, no Brasil, desde 1971, em cinco capitais: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, já tendo sido efetuadas, em todas essas cidades, mais de 300 horas de gravação. No momento, desenvolvem-se os trabalhos de transcrição, primeiras análises e publicação de um **corpus** mínimo. O Prof. Ataliba Teixeira de Castilho, juntamente com o autor deste artigo, coordena o Projeto em São Paulo.
5. Inquéritos NURC-SP nº 1, 2, 32, 153, 187, 234, 235, 324, 333 e 390.
6. Referimo-nos, entre outras, a lexis do tipo **frescura** (deixar de frescura), **saco** (encher o saco) etc.
7. Ref. à teoria do implícito e pressuposto, veiculada por Oswald Ducrot, na obra *Dire et ne pas dire – principes de Sémantique linguistique*. Paris, Hermann, 1972.
8. Cf. PRETI, Dino. *A linguagem proibida – um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, 1984.
9. Esta exemplificação, bem como todas as demais mencionadas neste artigo, faz parte do material gravado ou escrito do arquivo pessoal do autor.
10. Cf. GALISSON, Robert. *Recherches de lexicologie descriptive: la banalisation lexicale*. Paris, Nathan, 1978.
11. Queremos referir-nos a escritores como Rubem Fonseca, João Antônio, José Louzeiro, Plínio Marcos, Deonísio da Silva e outros.

UM APARENTE DESCONCERTO DE ADJETIVAÇÃO EM CAMÕES E AS ÁREAS SEMÂNTICAS DE PURO N' OS *LUSÍADAS*

Evanildo Bechara
UERJ/UFF

Ao distinto Mestre e Amigo
Prof. Doutor J. G. Herculano de Carvalho

Depois dos feitos gloriosos que constituem a matéria narrada n' *Os Lusíadas*, tiveram os portugueses como prêmio a possibilidade de ver surgir a ilha móvel que Vênus pusera na sua rota, feita de todas as belezas naturais. Aí desembarcaram e enquanto os marujos conheciam as mil delícias da Ilha dos Amores, Vênus disserta sobre os legítimos meios de se alcançar a imortalidade. E nesse instante o poeta diz:

E ponde na cobiça um freio duro,
E na ambição também, que indignamente
Tomais mil vezes, e no torpe e escuro
Vício da tirania infame e urgente;
Porque essas honras vãs, esse ouro puro,
Verdadeiro valor não dão à gente.
Melhor é merecê-los sem os ter,
Que possuí-los sem os merecer.

(*Lus.* IX, 93)

Até a malograda edição crítica de Gomes de Amorim, em 1889, nunca os comentadores pararam diante da estança para argüir-lhe algum ponto obscuro, embora sobre o seu conteúdo Faria e Sousa se tenha derramado em longo excurso. Fê-lo, parece-nos que pela primeira vez, aquele exegeta do Poema, ao tropeçar com os adjetivos *vãs*, aplicado a **honras**, de par em par com **puro**, aplicado a **ouro**, que, no seu entendimento, não se casavam bem: "se o poeta qualificava as honras de *vãs*, não podia escrever em seguida **oiro** (sic!) **puro**, tanto em vista do que dissera antes, como do que depois acrescenta" (p. 216 do tomo II).

A solução seguida pelo editor e comentador consistiu em emendar **puro** para **impuro**.

José Leite de Vasconcelos, em 1890, em opúsculo intitulado *O texto d'Os Lusíadas segundo as idéias do Sr. F. Gomes de Amorim*, insurgiu-se contra os critérios adotados para a fixação do texto crítico e, para o caso aqui em estudo, discordou da solução proposta nos seguintes termos:

"Aqui há dois erros: um de sentido, outro de língua. Há um erro de sentido, porque **tanto em vista do que está antes, como do que depois se acrescenta**, Camões quer dizer efetivamente **ouro puro**: em vista do que está antes, pois se refere a **cobiça e ambição**, e ninguém tem cobiça e ambição de ouro impuro, mas sim de OURO MUITO PURO; em vista do que está depois, porque seria absurdo imaginar que alguém desejasse **merecer ouro impuro** ou **possuí-lo**. Vejamos agora o erro de língua. O Sr. Amorim tomou a palavra **vãas** (ou **vãs** na sua ortografia) como sinônima de **vazias e ocas**, e foi por isso que não compreendeu os versos; mas, se S. Ex^a se desse ao incômodo de fazer estudos comparativos, concluiria que tal palavra não tem aqui essa significação, e sim a de **vaidosas**. No *Dic. da língua portuguesa* de Morais ministram-se os seguintes exemplos desta última acepção: "soldado mais **vão** que a mesma **vaidade**" (Miranda, **Estrangeiros**); "mais **vão** que um pavão" (**Eufrosina**). A estes exemplos junto eu mais um, que encontrei em Antonio Ferreira (Liv. I, carta X, pág. 47 do vol. II ed. cit. isto é, 1771):

Procura honras, estados e altezas,
Ambicioso **vão**, farta esse peito...

e outro que me oferece Bernardes na carta III:

Enchendo peitos **vãos** de vaidade...

Já se vê que **ambicioso oco, vazio**, seria uma contradição, ao passo que **ambicioso vaidoso** compreende-se. Eu até podia fazer ascender esta significação ao latim, mas os exemplos citados bastam. Agora percebe-se que Camões, quando escreveu:

...essas honras **vãas**, esse ouro puro
Verdadeiro valor não dão à gente:
Melhor é merecê-los sem os ter,
Que possuí-los sem os merecer,

quis dizer: **honras QUE ENCHEM DE VAIDADE os que as possuem**; porque tais honras é que é melhor merecê-las sem as ter, do que tê-las sem as merecer. O **ouro puro** está exatamente no mesmo caso. Por que é, pois, que o Sr. Gomes de Amorim se deixou levar somente da sua fantasia, e não estudou o problema nos termos em que eu o ponho?" (*Opúsculos*, IV, 1171-2).

Podemos dizer que a lição do mestre Leite de Vasconcelos foi decisiva para a solução a ser adotada pelos posteriores comentadores do Poema, quanto ao sentido em que se há de tomar o adjetivo **vãs**, na passagem em estudo: todos repetem que **vãs** significa que **enchem de vaidade, vaidosas**.

Que *vãs* pode ser interpretado como o quer o competentíssimo Leite de Vasconcelos é ponto que aqui se não discute, mesmo porque alguns passos d'*Os Lusíadas* mostram claro a relação entre *vãs* e *vaidade*, e os dois vocábulos o imortal vate até os aproxima em IV, 95, 1-2:

Ó glória de mandar! Ó *vã* cobiça
Desta **vaidade** a quem chamamos Fama.

O que se precisa indagar é se a nova correspondência proposta satisfaz ao sentido geral da estança IX, 93, e se QUE ENCHEM DE VAIDADE conserta o aparente desconcerto de se achar o adjetivo *vãs*, nesta acepção, ao lado de OURO PURO.

Ora, quem percorre atentamente os vinte e oito passos em que Camões emprega o adjetivo *vão*, se certificará de que o poeta sempre lhe atribui um sentido negativo, sentido que contrasta com o do adjetivo **puro**, se tomado na acepção normal de "sem mistura", "depurado", "genuíno", de valor, como vemos, nitidamente positivo. E foi este contraste de adjetivação que levou Gomes de Amorim a mudar **puro** em **impuro**, para nivelar os valores de ambos os termos coordenados: **honras VÃS** e **ouro IMPURO**.

Pomos dúvidas em que *vãs*, significando **que enchem de vaidade**, na proposta de Leite de Vasconcelos, resolve definitivamente o nosso problema; o que parece evidente é que a acepção sugerida não harmoniza os adjetivos *vãs* e **puro** e ponha luz ao entendimento cabal da estrofe.

Ainda temos dúvida de se a proposta de Leite de Vasconcelos chegou a convencer inteiramente um erudito camonista da marca de Epifânio Dias, porquanto, no seu comentário à estança referida, agasalha a lição de que *vãs* signifique **que desvanecem**, chega até a reportar-se elogiosamente ao estudo de seu compatriota e amigo, mas silencia quanto a expressão **ouro puro**. Isto num exegeta atento e minucioso como Epifânio assume uma importância que não se pode nem se deve desprezar.

Outro camonista de peso, dos maiores que Portugal ostenta, José Maria Rodrigues, em 1921, no Aparato Crítico que acompanha a reprodução fac-similada da edição de 1572 d'*Os Lusíadas*, tenta resolver o desacordo dos dois adjetivos parecendo optar, ainda que medrosamente, pela solução sugerida por Gomes de Amorim, apesar de ter debaixo dos olhos a lição de Leite de Vasconcelos, pois se limita a citá-lo na mesma nota: "Mas o epíteto **puro** está aqui tomado no sentido material: **fino, sem liga** (cf. IX, 87, 4; X, 3, 3). Por **puro**, por fino que seja, o ouro não dá etc." (pág. 44).

Foi, cremos, querendo aludir a essa tão importante adesão à tese de Gomes de Amorim, que Leite de Vasconcelos, na reedição do seu trabalho, em 1929, inserido no vol. IV dos *Opúsculos*, apõe um Aditamento, onde declara:

"Não desconheço que pessoa ilustre defende recentemente também **ouro impuro**, págs. 1170-1171; mas, em vista do que ali digo, não posso mudar o meu parecer" (pág. 1190).

Como Epifânio não fora fundo na discussão do problema, limitando-se, conforme vimos, a aceitar a aceção sugerida por Leite de Vasconcelos para o adjetivo **vãs**, José Maria Rodrigues não explicitou o seu ponto de vista nos dois trabalhos de comentários que dedicou às 1^a e 2^a edições preparadas pelo primeiro dos mestres citados, mas fê-lo nas notas com que enriqueceu a chamada Edição Nacional:

"O contexto exige **impuro** (talvez **i** com til, no manuscrito). É o ouro adquirido pela cobiça (v. 1), a que se contrapõem as "riquezas merecidas" da est. 2, v. 7." (p. CCI).

Vê-se, pois, que o mérito da proposta de F. Gomes de Amorim, secundado por José Maria Rodrigues e outros, foi tentar resolver a questão pelo adjetivo **puro**, e não pelo expediente proposto por Leite de Vasconcelos, interpretando **vãs** como sinónimo de **que desvanecem**, pois, qualquer que fosse a aceção atribuída, **vãs** teria sempre um valor negativo a contrastar com o valor positivo de **puro**. Naturalmente, o caminho seguido por Gomes de Amorim apresentava o obstáculo de uma substituição não autorizada pela edição de 1572, que não se poderia apoiar num caso de má leitura evidente ou de um erro tipográfico flagrante. A proposta de José Maria Rodrigues, imaginando que o manuscrito teria **ipuro**, é tão fantasiosa quanto algumas outras suas emendas de substituição do texto de 1572.

O mestre brasileiro Sousa da Silveira, tão fino comentador de textos quinhentistas, sugeriu, numa de suas preciosas *Notas soltas de linguagem*, a de número 4, outra interpretação para o adjetivo **puro** da nossa estança:

"Eu entendo (se em tal assunto posso ter opinião) que **puro** está em IX, 93 com a significação de "claro", "brilhante", "esplêndido", não desconhecida a outros lugares dos *Lusíadas*, como veremos. As **honras vãs** acho que são mesmo as que enchem de vaidade ou desvanecem, para o que me lembro de uma expressão análoga, os **títulos inchados** de Ferreira, – títulos que incham de vaidade, que envaidecem:

Pompas, e ventos, **títulos inchados**

Não dão descanso, nem mais doce sono

(Castro, pág. 35 da ed. de Mendes dos Remédios. 1915)

Não me parece – prossegue Sousa da Silveira – que nos versos de Camões se trate de pureza material – ouro sem liga, nem de impureza moral – ouro mal adquirido. Penso que o poeta se refere às honras que desvanecem e ao ouro que brilha e fascina, mas que, honras e ouro, não comunicam valor a quem não o possui: são meras exterioridades que adornam e realçam o mérito, mas não o criam onde ele falta.

Aquelas honras e aquele ouro não dão valor a ninguém (oitava 93): mas tenha valor quem os possui, que o ouro constituirá uma riqueza merecida,

e as honras ilustrarão a vida como sinais exteriores de um mérito real intrínseco (oitava 94)" (*Estudos camonianos*, pág. 500).

Segundo o nosso modo de entender, o primeiro mérito da proposta de mestre Sousa da Silveira é tentar resolver a dificuldade através de **puro**, e para tanto supõe que o adjetivo esteja no sentido de "claro", "brilhante", "esplêndido", acepção em que realmente aparece em algumas passagens d'*Os Lusíadas*. Sousa da Silveira, neste particular, lembra esses trechos:

"Em II, 79 diz Camões **Olimpo puro**, e Epifânio observa que **puro** está com a significação que tem **claro** em I, 24 e 73: **claro assento**, isto é, **brilhante assento**, à imitação do latim **clarus**.

O mesmo **Olimpo puro** é em outra ocasião (IX, 90) designado por Camões com a expressão **o estelante Olimpo**, que Morais explica deste modo, na edição de 1813: **que luz como estrela**. A explicação de Morais faz-nos pensar, por associação de idéias, no conhecido provérbio "nem tudo o que luz é ouro", e nos leva facilmente a admitir a **puro** o sentido de "brilhante", "luzente", na expressão **ouro puro** do referido passo camoniano.

Havendo Camões falado – prossegue Sousa da Silveira –, em I, 22 num **assento de estrelas cristalino** onde estava sentado Júpiter, refere-se de novo ao mesmo em I, 37 chamando-lhe "sólido puro", isto é, "brilhante".

Saindo de Camões, vejo o adjetivo **puro** com a mesma significação de "brilhante" em Rodrigues Lobo (*Églogas*, ed. de José Pereira Tavares, pág. 219):

Bem vês no céu mais alto, e mais seguro,
Estar fixas as luzes de contino,
O norte firme, o sol fermoso e **puro**,
No seu fermoso assento cristalino"

(S. Silveira, op. cit., 501).

Que **puro** podia assumir a acepção de "brilhante" e que, neste sentido, Camões o empregara no Poema, é fato de que não padece dúvida, e os exemplos arrolados por Sousa da Silveira o demonstram clara e insofismavelmente. O que cabe perguntar é se com o sentido de "brilhante" a dificuldade de interpretação da estança estará resolvida. Vimos que o mestre não aceita que **puro** tenha aí o sentido de impureza material – "ouro sem liga" – ou moral – "ouro mal adquirido", mas prefere vê-lo como sinônimo de "brilhante". Ora, como esta significação, **puro** assume sempre valor positivo, de modo que o desconcerto da coordenação de um adjetivo de valor negativo – **honras VÁS** – a outro de valor positivo – **ouro PURO** –, conciliação que, a partir de Gomes de Amorim, todos os comentadores tiveram por inusitada, também não estará contornada pela proposta de Sousa da Silveira.

Recentemente, na erudita comunicação ao encontro de lusitanistas de Ponta Delgada, intitulada *As regras de bem viver em Os Lusíadas*, o Prof. Gladstone Chaves

de Melo explica o nosso adjetivo **puro** de IX, 93 com dar-lhe "valor concessivo – "ainda que puro" –, exatamente como em I, 87: "Não sofre muito a gente (ainda que) generosa // Andar-lhe os cães os dentes amostrando" (pág. 384, nº 3).

Sabemos que o adjetivo pode assumir esse valor circunstancial, mas não acreditamos que neste emprego esteja o caso aqui em estudo. Cremos ser difícil – seria pelo menos inusitada a construção – que possa aparecer este emprego numa série coordenada, em que o primeiro adjetivo não assume esse valor e o segundo, sim. Mais natural será que os dois adjetivos da série coordenada tenham uma só explicação, e, pelo menos, não parece que, no verso em tela da estrofe 93, o valor concessivo se estenda aos dois casos.

A bem da verdade, temos de dizer que, embora não a tenha enfatizada, a explicação através de valor concessivo já havia sido proposta pelo ilustre camonista José Maria Rodrigues, pois que, em linhas atrás transcritas, afirmava: "Por **puro**, por fino que seja, o ouro não dá etc."

Assim, apesar do peso da opinião dos distintos mestres, preferimos buscar outro tipo de explicação.

Por acreditarmos que se possa encontrar uma solução plausível para o aparente desconcerto na adjetivação do verso 5 da estrofe 93 do canto IX, através de um estudo mais profundo das áreas semânticas de **puro** n' *Os Lusíadas*, que aí aparece empregado vinte e seis vezes, passemos a examiná-lo mais de perto.

A significação primária de **puro** como "sem mistura", ocorre em I, 67:

Pilouros, espingardas de aço **puras**.

Daí defluem significações secundárias, metafóricas, muitas vezes de difícil demarcação, resultantes das impressões que podem causar ao espectador os prismas por que são observados esses dotes de **pureza**.

A primeira dessas significações secundárias é a de "imaculado", "casto", "virginal", que ocorre em:

Ali tinha um retrato afigurada
Do alto e santo Espírito a pintura,
A cândida Pombinha debuxada
Sobre a única Fênix, Virgem **pura** (II, 11, 1-4).

Tu só, tu, **puro** amor, com força crua
Que os corações humanos tanto obriga,
Deste causa à molesta morte sua,
Como se fora pérvida inimiga (III, 119, 1-4).

De outras belas senhoras e princesas
Os desejados tálamos enjeita,
Que tudo enfim, tu, **puro** amor, desprezas,
Quando um gesto suave te sujeita (III, 122, 1-4).

Nestas fábulas vãs, tão bem sonhadas,
A verdade que eu conto, nua e **pura**
Vence toda grandíloca escritura (V, 89, 6-8).

Todas de correr cansam, Ninfa **pura**,
Rendendo-se à vontade do inimigo (IX, 77, 1-2).

Cair se deixa aos pés do vencedor,
Que todo se desfaz em **puro** amor (IX, 82, 7-8).

Não será a culpa abominoso incesto
Nem violento estupro em virgem **pura** (X, 47, 1-2).

Empíreo se nomeia, onde logrando
Puras almas estão de aquele bem (X, 81, 5-6).

A segunda significação secundária, intimamente ligada ao conceito de "imaculado", "casto", é a de "sincero", "verdadeiro", "genuíno", "fundamentado", e ocorre nas seguintes passagens camonianas:

Por tanto, ó Rei, de quem com **puro** medo
O corrente Muluca se congela (III, 105, 1-2).

Que influência de sinos e de estrelas!
Que estranhezas, que grandes qualidades!
E tudo sem mentir, **puras** verdades (V, 23, 6-8).

Ali, depois que as pedras abrandarem
Com lágrimas de dor, de mágoa **pura** (V, 48, 5-6).

Mas não foi da esperança grande e imensa,
Que nesta terra houvemos, limpa e **pura**
A alegria; mas logo a recompensa (V, 80, 1-3).

Porque o amor fraterno e **puro** gosto
De dar a todo o lusitano feito
Seu louvor, é somente o prossuposto (V, 100, 1-3).¹

A terceira significação metafórica de **puro** é a de "branco", "nível", onde se manifesta a pureza pelo prisma da cor, e o nosso Poeta assim o emprega em:

Na face a beija e abraça o colo **puro**,
De modo que dali, se só se achara,
Outro novo Cupido se gerara (II, 42, 6-8).

Mas quem pode livrar-se por ventura
 Dos laços que Amor arma brandamente
 Entre as rosas e a neve humana **pura**,
 O ouro e o alabastro transparente? (III, 142, 1-4).

A estança anterior nos patenteia que a significação metafórica de **puro** como "branco", "nítido", está bem próxima de outra, a de "transparente", "cristalino", "nítido" (aplicados a líquidos) e daí "brilhante" (aplicado a objetos sólidos ou supostos como tais), significação a que Sousa da Silveira muito acertadamente se referiu, exceto, enquanto a nós, à de **puro** de IX, 93, para o qual proporemos depois outra acepção. Não repetiremos os exemplos já aduzidos pelo mestre, mas a eles acrescentaremos os seguintes:

Cometeram soberbos os Gigantes
 Com guerra vão o Olimpo claro e **puro** (II, 112, 1-2).

As filhas do Mondego a morte escura
 Longo tempo chorando memoraram,
 E por memória eterna em fonte **pura**
 As lágrimas choradas transformaram (III, 135, 1-4).

Dali vão em demanda da água **pura**
 – Que causa inda será de larga história – (IV, 64, 5-6).

Algas, que na forma descuberta
 Do belo corpo estavam confiadas,
 Posta a artificiosa fermosura
 Nuas lavar-se deixam na água **pura** (IX, 65, 5-8).

Uma quinta significação metafórica de **puro** é bastante curiosa, pois vai apoiar-se não nos efeitos exteriores dessa pureza (como "casto", "imaculado", ou "sincero", "genuíno", ou "branco" ou ainda "transparente", "brilhante"), mas na pureza vista nela mesma, na sua essencialidade, o que vale dizer, na sua simplicidade, desprovida de qualquer outra idéia subsidiária. Nesta acepção, **puro** vale por "mero", "simples" ou "exclusivamente", conforme nos atestam os seguintes passos:

Os casos vi, que os rudos marinheiros,
 Que têm por mestra a longa experiência,
 Contam por certos sempre e verdadeiros
 Julgando as cousas só pola aparência,
 E que os que têm juízo mais inteiros,
 Que só por **puro** engenho e por ciência
 Vem do mundo os segredos escondidos
 Julgam por falsos ou mal entendidos (V, 17, 1-8)

ou:

Ocultos os juízos de Deus são;
As gentes vãs que não nos entenderam,
Chamam-lhe fado mau, fortuna escura,
Sendo só providência de Deus **puro** (X, 38, 5-8).

E é exatamente este sentido de "mero", "simples", "exclusivamente", que, para nós, vai abrir o caminho para a última acepção: **puro** como sinônimo de "só", "simplesmente", significação que consideramos perfeitamente possível no verso 5 da est. 93 do canto IX, e que vai esclarecer o aparente desconcerto de adjetivação a que nos vimos referindo.² Aliás, diga-se a bem da verdade, que mestre Sousa da Silveira, numa outra de suas já citadas *Notas soltas de linguagem*, a de número 7, já fizera alusão à possibilidade de **puro**, n' *Os Lusíadas*, significar "mero", "simples", "não acompanhado", "só", "não outra coisa que" e, para exemplificação, cita o canto V, est. 17 e X, 38, antes já transcritos.

"A língua quinhentistas – ensina-nos Sousa da Silveira – é riquíssima de exemplos deste emprego de **puro**:

Que muitos trabalhos, que ele por si tomou, os tomou em grau tamanho que o puderam bem matar, se fora **puro** homem (Frei Tomé de Jesus, *Trabalhos*, 1865, I, 29).

Refere-se o ilustre frade agostinho a Nosso Senhor Jesus Cristo, que não poderia agüentar tamanhos trabalhos se fora **puro homem**, isto é, "simples homem".

Vós sabeis quão mísero sou sem vós, e quão poderoso sois pera desta **pura** miséria fazer templo, e morada vossa, e por isso me quereis tirar de mim, e chegar a vós (Tomé de Jesus, *Trabalhos*, I, 294).

Desta pura miséria quer dizer: "desta simples miséria, disto que não passa de miséria, disto que é só miséria".

A página 308 do mesmo tomo dos *Trabalhos de Jesus* lemos: "não por erro nem engano, mas por **pura** malícia". Há de entender-se aí **pura malícia** como significando "só por malícia".

A mesma expressão **puro homem** aparece várias vezes nos *Diálogos* de Frei Amador Arrais:

Prevaleceu entre os cercados tanto a fome, e foi tão urgente sua necessidade que antes tomavam por partido entregaram-se aos inimigos, a risco de serem crucificados, que perecer de **pura** fome (Arrais, *Diálogos*, 1846, pág. 189) (*Estudos camonianos*, 502-3).

A lição de Sousa da Silveira é perfeita, e só não atinamos com a razão por que o mestre não aproveitou esta acepção que tão bem conhecia, para aplicá-la ao **ouro puro** de IX, 93. A lição do professor brasileiro é até mais completa, pois nos mostra que **puro** = **só** não é fato exclusivo do português. Para tanto, cita exemplos do espanhol e do francês, que são os seguintes:

La Duquesa salió bizarramente aderezada, y don Quijote, de **puro** cortés y comedido, tomó la rienda de su palafren, aunque el Duque no quería consentirlo.
(Cervantes, *D. Quijote*, ed. de Marín, VI, 307).

"la mula" que ya, de **puro** cansada y no hecha a semejantes niñerías, no podía dar un paso

(Id., *ibid.*, I, 210).

et dist au roy que il trouverente ce clerc que vous veez ci, et lui tollirent toute sa robe, li clerks s'en ala en **pure** sa chemise en son hostel et prist s'arbalestre et fist aporter a un enfant son fachon (apud Bartsch, *Chrestomathie de l'ancien français*, 1927, pág. 255).

A exemplificação poderia estender-se, por exemplo, ao italiano, onde o adjetivo **puro** conhece a significação primitiva e todas as veredas metafóricas abertas pelo correspondente português **puro**. Na língua de Dante o sucesso de **puro** reflete-se no advérbio **pure** que aí conheceu uma vitalidade que suas referidas irmãs românicas nem de longe ostentam.

Em geral, recorrem, para a idéia circunstancial – normalmente de intensidade –, ao próprio adjetivo **puro** usado como advérbio. Acompanha-o, neste ofício, a preposição **de**, conforme se pode documentar de uma antiga lição de Bello:

Puro. Este adjetivo, además de su significación ordinaria (**una agua pura, una vida pura**), admite frecuentemente otra, equivalente à la de **mero** (**lo hizo por pura generosidad**), y precediendo á un infinitivo, expresa lo mismo que **mucho**, pero más enfáticamente: "Se le hincharon los ojos de **puro** llorar". En este sentido suele pasar al oficio de adverbio, modificando predicados: "dos pensamientos de Calderón no se entienden á veces de **puro** sutiles y alambicados" (*Gramática*, pág. 333 n.º 1269).

Freqüentíssima no espanhol a expressão **de puro = extremamente, muito**, A. F. de Castilho a emprega no passo, lembrado pelo Professor Sousa da Silveira, no trabalho já citado:

De **puro** cansados com este contínuo tecer e destecer da Penélope política, perdestes a fé na Política (*Felicidade pela agricultura*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, II, 60).

Ensina-nos o mestre:

De um autor moderno, mas às vezes arcaizante, extraio algumas linhas, em que **puro**, tomado adverbialmente, desliza da significação de "só" para a de "excessivamente", "à força de" (*Estudos camonianos*, 503).

Era a expressão corrente no português quinhentistas e dela faz uso Camões na seguinte passagem que nos foi lembrada pelo nosso amigo Professor Sergio Pachá:

Que se o fino pensamento
 Só na tristeza consiste,
 Não tenho medo ao tormento:
 Que morrer de **puro** triste,
 Que maior contentamento?

(*Sóbolos Rios*: In Textos Quinhentistas, pág. 25).

Ficando assentado que **puro** pode assumir a acepção de **só** e assim entendendo o adjetivo em **ouro puro** de IX, 93, temos que as **honras vãs** – isto é, aquelas que não têm significação porque quem as possui não é delas merecedor, são, portanto, **vazias**, como pensava Gomes de Amorim – e o **ouro puro** – isto é, **só** o ouro, sem que carregue a quem o cobiça as qualidades que dele podem decorrer a beneficiar a quem o adquire ou possui por mérito próprio –, não dão verdadeiro valor às pessoas – isto é, elas não passam a valer o que desejariam –, e por isso é melhor merecer **honras** e **ouro** sem os ter do que possuí-los sem os merecer. **Vãs** e **puro** são, pois, de valor negativo ao se referirem, respectivamente, a **honras** e **ouro**.

Esta acepção deve ter favorecido a aplicação de **puro** a estudos de uma disciplina feitos em caráter absoluto, como se vê em **matemática pura**, oposta à **aplicada**.

Acrescente-se, ainda, o efeito expressivo conseguido pelo poeta através do emprego com dilogia de **puro** que em IX, 93, 5 passa a ser mais um trocadilho, jogo de palavra ou maneirismo formal a que os renascentistas, Camões inclusive, pagaram alto tributo, conforme se pode ser na *Literatura européia e Idade Média latina* de Ernest Robert Curtius. **Puro**, nessa ambivalência da posse, nesse muito que pode ser também pouco ou quase nada, ressalta a cobiça inglória a que o vate alude, utilizando, nos dois últimos versos da estrofe, um pensamento assaz corrente entre poetas e prosadores lusitanos do séc. XVI.

A vitalidade de **puro** = **só** nas línguas românicas prenuncia a sua existência em latim. São várias as referências, em trabalhos especializados, ao fato. Assim é que W. Meyer-Lübke, na sua preciosa *Gramática das línguas românicas*, aponta a sinonímia de **purus** a **solus** em III, §137 da tradução francesa.

Entretanto é na obra intitulada *Coniectanea* (págs. 125-28) do erudito latinista sueco Einar Löfstedt que encontramos alusão mais extensa ao emprego de **purus** = **solus**. Começa o mestre por lembrar o adjetivo na inscrição 2079 inserida em *Carmina latina epigraphica* na edição de Büchler-Lommatzsch, em que mãe e filha foram arrebatadas num só dia:

mater cum grata [i] aceo miserabile fato
 qua [s] **pura** et **una** dies detul [i] ad cinere [s].

Interessante é o exemplo extraído do *Martyrium beati Petri apostoli*, XIII, comparável aos passos de autores portugueses citados por Sousa da Silveira onde aparece a expressão **puro homem**. Na obra em latim, declara Pedro a impossibilidade de, como simples homem, imitar a Jesus:

Digne tu solus, Domine, in altum porrecto vertice crucifixus es, qui
 totum mundum a peccato redemisti. Te imitari etiam in passione optavi,

sed rectus crucifigi non usurpavi, quia nos ex Adam **puri** homines et peccatores nati sumus, tu vero ex Deo deus.

O prestimoso *Dicionário da língua portuguesa* do nosso Moraes, tão precioso para a leitura dos clássicos portugueses, registra, desde a edição de 1813, o valor de **puro** com o sentido de **só**, lição que não aparece na 10ª edição, ampliada para dez volumes. Infelizmente já mais de uma vez fomos obrigado a criticar essa iniciativa dos editores modernos do velho Moraes, retirando-lhe muitas das preciosas informações para o cabal entendimento dos escritores do passado.

No caso em tela, é absurdo que se elimine esta acepção de **puro = só**, tão revitalizada nas línguas românicas e vivíssima nestas bandas do Atlântico, num testemunho de que Camões, enquanto legítimo representante da língua do século XVI, se perpetua no falar dos brasileiros.

NOTAS

1. Preso a esta acepção temos o advérbio **puramente** com o sentido de 'sem modificação', 'exatamente', como ocorre nesta passagem de *Aventuras de Diófnas*, de Teresa Margarida: "Aqueles, e outras muitas palavras, que se haviam dito, ele as repetiu **puramente**, e eu não as digo por me faltar o tempo" (pág. 103, ed. de 1945).
2. Note-se a expressão sinonímica **pura e simples**, freqüente nas línguas românicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, F. G. de. *Os Lusíadas de Luís de Camões*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana*. 8ª ed. con notas de D. Rufino José Cuervo, Paris, A. Roger y F. Chervoviz, 1903.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. *O texto d'Os Lusíadas segundo as idéias do Sr. F. Gomes de Amorim*: In Opúsculos, vol. IV, Filologia (Parte II), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.
- LÖFSTEDT, E. *Coniectanea. Untersuchungen auf dem Gebiet der antiken und mittelalterlichen Latinität*, Erste Reihe. Uppsala, Almqvist & Wiksell, 1950.
- MEYER-LÜBKE, W. *Grammaire des langues romanes*. Trad. fr. par A. et G. Doutrepont, 4 vols., New York, G. E. Stechert Reprint, 1923.
- RODRIGUES, J. M. *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Lisboa, Tip. da Biblioteca Nacional, 1921.
- _____. e Vieira, A. L. *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Edição Nacional, 1931.
- SOUSA DA SILVEIRA, A. F. **Notas soltas de linguagem**: In Estudos camonianos, vol. I. Organização, preparação dos originais, estudo prévio, notas e revisão de Maximiano de Carvalho e Silva com a colaboração de Marlene M. Veloso. Rio de Janeiro, MEC, Departamento de Assuntos Culturais, 1974.
- _____. *Textos quinhentistas*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

OS
124 ANOS
DO
LICEU
LITERÁRIO PORTUGUÊS

LICEU: NOVAS ENERGIAS

Antônio Gomes da Costa
Liceu Literário Português

Neste 10 de setembro celebramos os 124 anos de existência do Liceu Literário Português. É um dia de júbilo, de reconhecimento e de esperança. De júbilo, porque todos nos sentimos felizes ao ver uma Instituição como a nossa singrar vitoriosamente ao correr das gerações, fiel às suas raízes, voltada para o ensino e para a Cultura, investindo na formação do Homem, na convergência de rumos e na amizade entre dois povos. De reconhecimento, porque tudo o que foi feito, cada espaço e cada matrícula, cada obra publicada e cada lição, foi resultado do trabalho e do sonho daqueles que se entregaram ao Liceu Literário Português, dos que o fundaram e construíram, desde o Conde de Alto Mearim a José Raíno da Silva Carneiro; dos que o desenvolveram e dirigiram, desde Sá e Gama a Pizarro Loureiro; dos que o enriqueceram com o seu múnus pedagógico, desde Cândido Oliveira e Afrânio Peixoto a Pedro Calmon e Ovídio Cunha. A todos eles, que de uma forma ou de outra serviram e trabalharam pelos ideais desta Casa devemos as nossas homenagens e hoje é o dia próprio para inserir nas páginas dobradas da História o preito do reconhecimento da nossa comunidade.

Finalmente sentimos também a esperança, porque o Liceu, apesar de centenário e coberto de tradições, apesar das marcas do passado e das tarefas cumpridas, apesar da prata do tempo e do ouro das realizações, não é uma instituição que tenha esgotado as suas energias, que revele cansaço, ou que sobreviva para apenas carregar as glórias e os méritos de outrora. Pelo contrário: se esta Casa se abriu para o ensino profissional, para a alfabetização de adultos, para os currículos do 1º e do 2º grau; se desenvolveu cursos admiráveis com mestres insígnies a ocupar suas cátedras; se manteve focos permanentes da Cultura portuguesa passando por intempéries e dificuldades – isso não significa que a sua trajetória esteja terminada e que voltemos a cara aos desafios do futuro e da modernidade. Esta é uma das apostas em que estamos envolvidos. Preparar o Liceu para outras jornadas, de tal sorte que as novas gerações se apresentem na passagem do testemunho e encontrem nesta Casa, não apenas a unção e a devoção do passado, mas a sinfonia vibrante e a conquista do futuro.

Estamos quase a terminar o ciclo administrativo que nos foi conferido. Hoje, inauguramos as reformas no Departamento Escolar, a galeria de benfeitores e os espaços da Administração, enquanto continuam outras obras em todo o Edifício; melhoramos a qualidade e a metodologia das aulas curriculares do 1º e do 2º grau; temos em pleno funcionamento o Instituto de Língua Portuguesa, graças ao trabalho – e nunca nos cansamos de o proclamar – de um conjunto de mestres como Silvio Elia, Gladstone Chaves de Mello, Evanildo Bechara, Maximiano de Carvalho e Silva, Antonio Basílio Rodrigues, Olmar Guterres da Silva e outros que diariamente se entregam ao Liceu – e até aulas de Grego, com mais de 40 alunos, a cargo do Prof. Clemildo Lira de Arruda, e aulas de Latim, que só os seminários no esqueceram de ensinar, estão a ser dadas;

lançamos o nº 3 da revista "Confluência" mantendo uma periodicidade que hoje é rara em revistas da espécie e que está a receber de diversas partes do mundo onde se estudam questões do Idioma os maiores elogios; até o fim do ano deverá entrar em atividade o Instituto de História Luso-Brasileira e vão passar por uma nova fase os Cursos de Cultura Portuguesa do Instituto Afrânio Peixoto; finalmente, de 5 a 10 de outubro próximo iremos promover nesta Casa o "Colóquio Internacional de Língua Portuguesa Literária", com a participação de mestres e especialistas vindos não só de outros Estados do Brasil, mas também de Portugal, da Itália, da Espanha, dos Estados- Unidos, da França, da Alemanha, da China, da Índia, de Cabo Verde, de Angola e de Macau. Esperamos que essa iniciativa do Liceu represente o primeiro passo para transformar a Cidade do Rio de Janeiro no maior centro de estudos da Língua Portuguesa.

Todo este trabalho merece o reconhecimento do Presidente do Liceu Literário Português. Quero de público manifestá-lo, abrangendo desde os Companheiros da Diretoria, incansáveis e intimamente ligados aos nossos propósitos e objetivos, aos dirigentes e professores do Departamento Escolar, aos membros do Instituto de Língua Portuguesa, aos conferencistas do Instituto de Cultura Portuguesa "Afrânio Peixoto", a todos os que têm colaborado conosco nos mais diversos quadrantes. A eles se deve o que foi feito e o que está a ser feito. Do Presidente se cobre o que está por fazer.

Convidamos para orador desta noite um Homem a quem a nossa Comunidade muito deve pelo processo renovador das estruturas associativas que iniciou na década de 60, pela coragem com que sempre defendeu as causas justas, pelo patriotismo e pelo esforço com que procurou realçar, nas mais diversas instâncias, os atributos e as posições dos luso-brasileiros.

Poeta dos tempos da "Távola Redonda" em Portugal; orador vibrante; escritor da palavra limpa e escoreita; intelectual desviado da Universidade para a dureza da indústria; jornalista de muitas andanças e marinheiro de longínquos e fascinantes mares, o Dr. Rodrigo Brás Leal Rodrigues veio especialmente de S. Paulo para estar conosco esta noite – e nós ficamos, mais uma vez, muito sensibilizados e orgulhosos por o termos conosco.

Em nome da Diretoria, e no meu próprio, agradeço a presença de Sr. Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro que comunga diariamente dos nossos projetos e dos nossos trabalhos; das demais Autoridades, dos Presidentes das Associações e de todos os Amigos.

Sabe-nos bem tê-los conosco, quando celebramos os 124 anos de existência do Liceu Literário Português. Sabe-nos bem saber que partilham dos nossos ideais de louvar Portugal no Brasil e de engrandecer o Brasil em Portugal.

(Discurso proferido pela passagem do 124º aniversário do
Liceu Literário Português, na sessão solene do dia 10/09/1992)

ESCREVEM NESTE NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português, Presidente do Real Gabinete Português de Leitura, Presidente do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

DINO PRETI. Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, membro de numerosas instituições lingüísticas no Brasil e no estrangeiro e autor de livros e artigos da maior importância na sua especialidade.

EDITH PIMENTEL PINTO. Professora Titular aposentada da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade do Estado de São Paulo. Tem vários livros publicados e numerosos artigos de sua especialidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de Graduação e Pós-Graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Fundação Souza Marques.

FRANCISCO GOMES DE MATOS. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros e artigos na sua especialidade.

GLADSTONE CHAVES DE MELO. Professor Titular aposentado de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ, do Instituto de Letras da UFF e da Faculdade de Letras da PUC-RJ; professor visitante da Universidade de Coimbra e da Universidade de Tübingen (Alemanha). Autor de vários livros sobre Lingüística, Filologia e Estilística da Língua Portuguesa.

LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO. Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) do Instituto de Letras da UFF. Ex-diretor do Instituto de Letras da UFF e do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Membro da

Academia Brasileira de Filologia e do Círculo LÍnguístico do Rio de Janeiro.
Autor de várias obras de sua especialidade.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de LÍnguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.